

GALERIA DE AJUSTREI

Relatório e Contas do Exercício de 2023



EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A.

Relatório de Gestão e Contas

do

Exercício de 2023

Março de 2024

Cuidamos do passado, desafiamos o futuro.
Taking care of the past, challenging the future.



[Handwritten signature]

CORPOS SOCIAIS DA EDM

(Mandato 2023-2025)

Mesa da Assembleia Geral

Presidente – Tânia Isabel Branco de Jesus

Secretária – Cristina Maria Mourinho Bonfim Ribeiro Cunha

Conselho de Administração

Presidente – Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus

Vogal – Zélia do Rosário do Vale Estevão

Vogal – Jorge Manuel Fernandes Martinho Cristino

Fiscal Único

Efetivo: CASCAIS, PÊGA MAGRO & ROQUE, SROC LDA, representada por Dr. Pedro Nuno Ramos Roque, ROC nº 828,

Suplente: Dr. Domingos Manuel Fernandes Cascais, ROC nº 1265

©EDM_06032024

Cuidamos do passado, desafiamos o futuro.
Taking care of the past, challenging the future.



Several handwritten signatures in blue ink are visible in the bottom right corner of the page, overlapping the footer area.

Contribuinte n.º 501 692 983; Cons. Reg. Com. Lisboa n.º 979

Capital social: € 30.000.000,00

Sede: Rua Sampaio Pina, 1-3º Dtº – 1070-248 LISBOA

Telef. (351) 21 385 91 21/7 – Fax (351) 21 385 63 44



Índice

1	MENSAGEM DO PRESIDENTE	8
2	VISÃO, VALORES E MISSÃO	10
3	CONJUNTURA INTERNACIONAL E NACIONAL	11
4	ASPECTOS RELEVANTES DA ACTIVIDADE DESENVOLVIDA EM 2023	15
4.1	SÍNTESE DA ACTIVIDADE DESENVOLVIDA	22
4.2	SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	29
5	ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS	32
5.1.1	Prospecção e pesquisa	33
5.1.2	Concessões de exploração de depósitos minerais	36
5.1.3	Promoção e Desenvolvimento dos Recursos Geológicos	37
5.2	NO DOMÍNIO AMBIENTAL	44
5.2.1	Concessão para a Recuperação Ambiental de Antigas Áreas Mineiras	44
5.2.2	Candidaturas a Submeter ao Portugal 2030	53
5.3	NO PLANO DE INTERVENÇÃO NAS PEDREIRAS EM SITUAÇÃO CRÍTICA (PIPSC)	89
5.3.1	Enquadramento e Execução	89
5.3.2	Dotação Orçamental Consignada pelo Fundo Ambiental	92
6	SÍNTESE DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS	94
7	STOCK DE URÂNIO	95
8	PARTICIPADA EDM – EMPRESA DE PROJECTOS IMOBILIÁRIOS	99
9	SUSTENTABILIDADE E PERSPECTIVAS FUTURAS	99
9.1	NOVAS ÁREAS DE NEGÓCIO	99
9.1.1	Certificação de Uso de Solos	99
9.1.2	Avaliação de Radão nos Edifícios	99
9.1.3	Projeto Solar Fotovoltaico	100
9.1.4	Projetos Agro-Silvo-Ambientais	101
9.2	ECO.AP2030	102
10	RECURSOS HUMANOS	104
11	CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES E DISPOSIÇÕES LEGAIS	105
11.1	OBJETIVOS DE GESTÃO, (ARTIGO 38º DO RJSPE), E PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO	105
11.1.1	Execução do Plano de atividades e Orçamento para 2022	107
11.1.2	Princípios Financeiros de Referência	109
11.1.3	Quadro de Pessoal	111
11.1.4	Investimento	112
11.1.5	Nível de Endividamento	113



11.2	GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO	114
11.3	LIMITE DE CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO	114
11.4	EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS (PMP)	114
11.5	DILIGÊNCIAS TOMADAS E RESULTADOS OBTIDOS NO ÂMBITO DO CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO AÇIONISTA NA APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2020	115
11.6	REMUNERAÇÕES/HONORÁRIOS (APÊNDICE 1)	115
11.6.1	Órgãos Sociais	115
11.6.2	Auditor Externo	119
11.6.3	Restantes Trabalhadores	120
11.7	APLICAÇÃO DO ARTIGO 32º E 33º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO	120
11.8	APLICAÇÃO DO Nº 2 DO ARTIGO 16º DO RJSPE E DO ARTIGO 11º DO EGP	120
11.8.1	Elaboração e Divulgação de Relatório sobre Remunerações nos Termos do nº 2 da RCM nº 18/2014	121
11.9	ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE RELATÓRIO ANUAL SOBRE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO”	121
11.10	CONTRATAÇÃO PÚBLICA, INDICANDO O MODO DE APLICAÇÃO DAS NORMAS, OS PROCEDIMENTOS INTERNOS E OS ATOS E CONTRATOS DE VALOR SUPERIOR A 5ME	121
11.11	ADESÃO AO SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS	122
11.12	MEDIDAS DE OTIMIZAÇÃO DA ESTRUTURA DE GASTOS OPERACIONAIS	122
11.13	CONTRATAÇÃO DE ESTUDOS, PARECERES, PROJETOS E CONSULTORIA	124
11.14	PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO	124
11.15	ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PLANO PARA A IGUALDADE	125
11.16	ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA	125
11.17	DIVULGAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO SITE DA DGTf	125
11.18	APÊNDICES	127
11.18.1	Apêndice 1	127
11.18.2	Apêndice 2	130
12	PERSPECTIVAS FUTURAS	131
13	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	139
14	AGRADECIMENTOS	140
15	MAPAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	141
15.1	BALANÇO	141
15.2	DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	142
15.3	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES	143
15.4	DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	144
15.5	DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES AO CAPITAL PRÓPRIO	145
16	ANEXO	146

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nos termos da Lei e dos Estatutos, o Conselho de Administração da EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A., apresenta, para apreciação da Assembleia Geral de Acionistas, o Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício de 2023.



1 Mensagem do Presidente

O ano de 2023 continuou marcado pelos impactos provocados pela invasão da Rússia à Ucrânia, nomeadamente na atividade económica, cujos efeitos foram muito significativos e exigentes a nível mundial, aos quais o País e as empresas não ficaram incólumes. Não fora a importante intervenção mitigadora das políticas governativas para combater o aumento inflacionista, as taxas de juro, os preços da energia, dos produtos alimentares e o déficit das matérias primas e sua consequente valorização, teríamos uma realidade económica e social ainda muito mais difícil no país.

Apesar de todo o contexto económico e social de extrema dificuldade, Portugal encerrou o ano, segundo o INE, com indicadores muito relevantes e surpreendentes, que permitiram alcançar metas muito positivas, superando os cenários e as previsões iniciais.

A inflação atingiu, em 2023, um valor médio anual de 4,3%, depois de, em 2022, se fixar nos 7,8%, o mais elevado dos últimos 30 anos. O preço da energia baixou 9%, o Produto Interno Bruto (PIB) subiu 9,7%, as exportações subiram 4,2% e a economia nacional cresceu 2,3% face ao ano anterior. Tivemos enormes avanços e desafios competitivos e tecnológicos, impulsionados por uma agenda ambientalmente sustentável e necessária, onde a energia verde e os recursos minerais são fundamentais para o desígnio nacional do crescimento mais capacitado e competitivo.

A EDM, no ano 2023, apresentou uma situação económica financeira consolidada e estável, com um resultado líquido positivo de € 537 065,16 – revelador da permanente gestão cuidada, planeada, sustentada e equilibrada.

De realçar que os (excepcionais) resultados líquidos de 2022, no montante de € 5 017 520,31, foram aplicados na distribuição de dividendos, ao acionista, no valor de € 4 515,768,28, e na transferência de € 501 752,03 para resultados transitados, conforme deliberado na sessão da Assembleia Geral do dia 30 de novembro de 2023.

No domínio dos investimentos destacam-se: na concessão para a recuperação ambiental, o montante de € 5 533 660,74, na segurança e manutenção, o montante de € 207 141,25, nos trabalhos de descontaminação dos ex-anexos mineiros na Urgeiriça o montante de € 162 996,86,



nas operações de tratamento de águas de mina e monitorização em áreas já intervencionadas o montante de € 26 553,73, na promoção e desenvolvimento dos recursos geológicos, o montante de € 220 450,72, na prospeção e pesquisa de € 107 130,85, e no Protocolo com o Fundo Ambiental, o montante de € 404 930,56.

Destacam-se ainda que, depois de mapeados e priorizados pelas NUTS II o quadro de investimentos do PT2030, no total de 46 M€, foram desenvolvidos vários dos Estudos e Projetos de execução necessários para a submissão de candidaturas e posterior implementação das intervenções de recuperação ambiental nas antigas áreas mineiras.

O ano de 2023 está ainda indelevelmente associado a um conjunto de marcos importantes e estratégicos para a empresa. Desde logo, com a publicação em Diário da República da Resolução do Conselho de Ministros nº70/2023, de 14 de julho, renovou-se, por 8 anos, o contrato de concessão do estado com a EDM para a reabilitação das antigas áreas mineiras abandonadas e sua monitorização até 2030 e, posteriormente, no dia 3 de novembro de 2023, foi publicada a Resolução de Conselho de Ministros n.º 138/2023, que prorrogou até 2026 o Plano de Intervenção nas Pedreiras em Situação Crítica de classes 1 e 2, que possibilita a sua continuidade e a execução, a título subsidiário, pela EDM, do projeto de execução de carácter estrutural nas pedreiras em incumprimento.

Assim, e em síntese, prosseguiu-se a estratégia definida no contrato de gestão e no Plano de Atividades para 2022-2024, o qual foi aprovado em Assembleia Geral, de 30 de março de 2022, após despacho conjunto do senhor Secretário de Estado do Tesouro e da senhora Secretária de Estado da Energia e Clima, do mesmo dia, tendo em consideração o despacho de aprovação do senhor Secretário de Estado do Tesouro nº 506/2023-SET, de 16 de novembro, com base o relatório de análise da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM) n.º 173/2023, de 24 de julho.

Lisboa, 06 de março de 2024.



O Presidente do Conselho de Administração



2 Visão, Valores e Missão

A **missão** da empresa contempla duas dimensões, uma orientada para maximizar o conhecimento dos recursos mineiros do País, a sua valorização e aproveitamento económico, por forma a otimizar a gestão de ativos da empresa e criar valor para o acionista e outra associada à recuperação e valorização, na vertente ambiental, das antigas áreas mineiras degradadas e abandonadas, e consequente monitorização e controle, em especial os das antigas minas de urânio, de modo a cumprir as normas internacionais que regulam o setor e as diretivas do EURATOM e da AIEA.

Para além disso, a EDM tem também por missão, desenvolver estudos e prestar serviços nos domínios das geociências, ciências da engenharia, energia e ambiente, bem como cooperar com outras entidades, no país ou no exterior, em projetos de investigação de interesse comum; desenvolver por si ou em associação de atividades de prospeção, pesquisa e exploração de recursos minerais; gerir o património imobiliário e das participações sociais cuja titularidade lhe pertença ou cujos poderes de gestão lhe hajam sido confiados; e a realização de outras atividades industriais, comerciais ou de serviços, quer diretamente quer em associação com terceiros, conexas com as atividades principais.

Quanto à **visão**, a EDM pretende ser uma empresa de referência no setor mineiro reconhecida nas atividades de prospeção e pesquisa, na avaliação de projetos mineiros e na sustentabilidade ambiental.

No que respeita aos **valores**, a EDM adota os seguintes princípios:

- **Confiança** – proporcionar elevados padrões de confiança e credibilidade com todos com quem se relaciona;
- **Ética** – atuar com elevada postura ética em todos os seus atos;
- **Competência** – promover o saber e o saber fazer como os seus pilares de atuação;
- **Eficiência** – garantir processos que se pautem pela simplicidade, rigor e sejam geradores de valor;
- **Transparência** – atuar de forma responsável no respeito integral dos compromissos assumidos;
- **Sustentabilidade** – garantir o crescimento da empresa e promover o desenvolvimento das regiões em que se desenvolve a sua atuação quer no domínio mineiro quer ambiental.

3 Conjuntura Internacional e Nacional

3.1 Conjuntura macroeconómica internacional

Os últimos quatro anos, devido aos constrangimentos marcados pela pandemia, a guerra na Ucrânia e no Médio Oriente, bem como pela ameaça da recessão global, com várias flutuações verificadas (2019: 2,9%; 2020: -3,1%; 2021: 6,2; 2022: 3,1%; 2023: 1,6%), proporcionou um clima de incerteza e falta de confiança económica. Os mercados globais de matérias-primas metálicas foram fortemente afetados, o que contribuiu para grandes oscilações nos preços, com decréscimos no final de 2023. Assim, verificado um aumento nos preços, com a invasão na Ucrânia, seguiram-se declínios, em que no recente relatório do Banco Mundial, observou que os preços dos metais caíram 2% no terceiro trimestre de 2023, em comparação com o segundo trimestre, seguindo uma tendência geral de queda. O relatório refere ainda, que se esperava um declínio global ao longo 2023 e antecipou que este declínio continuará em 2024, devido à contínua desaceleração da procura dos mercados chineses.

Espera-se que esta conjuntura desfavorável, tenha um interregno, semelhante ao que aconteceu com os períodos de crescimento após a pandemia, em que a recuperação dos preços das matérias-primas foi impulsionada principalmente pela recuperação económica, onde fatores do lado da oferta contribuíram em cerca de um quarto da recuperação final. Assim, verifica-se que esta desaceleração do crescimento global, é em parte também provocada pelo aumento dos preços da energia e pela redução do consumo, por sua vez provocada pelo aumento da inflação, ainda que se tenha verificado o fim das restrições do lado da oferta. São vários os fatores que têm influenciado os mercados neste setor:

1. a recuperação pós-pandemia, em que a recuperação económica global da pandemia da COVID-19, avaliando o ritmo da recuperação e o seu impacto na atividade industrial, nas despesas em infraestruturas e na procura dos consumidores, influenciaram os mercados de metais;
2. as contínuas perturbações na cadeia de abastecimento, exacerbadas pela pandemia e outros fatores, como tensões comerciais e catástrofes naturais, poderão ter afetado os mercados;
3. as infraestruturas e investimentos verdes reforçados pelos governos de todo o mundo em que enfatizaram os gastos em infraestruturas e em iniciativas verdes para estimular o crescimento económico e enfrentar as alterações climáticas, assim como, a aceleração da transição energética global, incluindo a mudança para fontes de energia renováveis e veículos elétricos, em que têm implicações significativas, pela procura de metais



utilizados em infraestruturas de energia renovável e baterias de veículos elétricos, como cobre, lítio, cobalto e níquel. Os avanços na tecnologia, como a automatização e a digitalização nos processos mineiros e de processamento, podem ter afetado os custos de produção e a dinâmica de fornecimento de produtos metálicos;

4. os riscos geopolíticos, nomeadamente as tensões e conflitos nas principais regiões produtoras de metais, como o Médio Oriente e África, são fatores a considerar, com potencial de perturbações no fornecimento e o seu impacto nos preços, assim como as tensões comerciais em curso entre as principais economias, como os EUA, Rússia e a China, bem como as mudanças nas políticas e acordos comerciais;
5. as preocupações com a inflação, com o aumento das preocupações em algumas regiões, nomeadamente na Europa, têm influenciado o sentimento dos investidores e as decisões de política monetária, impactando potencialmente os preços dos metais.

Ainda assim, continuamos a aguardar que a implementação da transição energética traga uma maior estabilidade de preços, reforçada por um aumento da procura de metais face aos combustíveis fósseis, como se tem verificado no início de 2024. Políticas apropriadas ajudarão os exportadores de metais a aproveitar ao máximo as oportunidades de crescimento resultantes nesta transição.

3.2 A economia portuguesa

O ano de 2023 continuou a ser marcado pela guerra Rússia-Ucrânia e pelo impacto do choque energético, de que resultaram uma elevada incerteza no panorama geopolítico e uma perda de confiança dos agentes económicos, agravado pela crise inflacionista entre 2022 e 2023, apenas estabilizada no início de 2024.

A economia portuguesa cresceu 2,3% no ano passado, abrandando face ao crescimento homólogo de 6,8% registado em 2022, mostraram os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), que segundo o Banco de Portugal terá ficado em 2,1%. A economia portuguesa deverá abrandar para 1,2% em 2024 e crescer 2,2% em 2025 e 2% em 2026. A recuperação da atividade será gradual ao longo de 2024, beneficiando da aceleração da procura externa, do efeito da descida da inflação no rendimento das famílias e do impulso dos fundos europeus no investimento. Em 2025 e 2026, o crescimento beneficiará da dissipação gradual do impacto da subida das taxas de juro.

A inflação deverá prosseguir a trajetória descendente, reduzindo-se de 5,3% em 2023 para 2,9% em 2024 e para 2% até ao final do horizonte de projeção. Esta diminuição reflete os efeitos desfasados da redução de custos de produção e das decisões de política monetária do Banco Central Europeu.

O crescimento da economia deverá ser baseado no dinamismo do investimento e das exportações. A formação bruta de capital fixo deverá acelerar para 2,4% em 2024, expandindo-se 5,2% e 4,1% nos dois anos seguintes, respetivamente. As exportações deverão crescer a um ritmo mais contido do que em anos anteriores (3,4%, em média, em 2023-26), devido ao menor dinamismo da procura externa. Projetam-se ganhos adicionais de quota de mercado das exportações neste período.

Estima-se que o consumo privado e o consumo público continuem a perder peso no PIB. O consumo privado deverá crescer de forma moderada, 1% em 2023-24 e, a partir daí, em torno de 1,6%, num contexto de ganhos do rendimento disponível real. A taxa de poupança deverá aumentar em 2024, mantendo-se acima de 8%.

A capacidade de financiamento da economia deve situar-se em 3,6% do PIB, em média, em 2023-26. A balança de bens e serviços volta a apresentar um excedente em 2023, após os défices em 2020-22, e as transferências de fundos da União Europeia aumentam no período de projeção.

O mercado de trabalho continua a apresentar uma situação favorável, apesar da quase estabilização do emprego, esperando-se um aumento dos salários reais. Projetam-se aumentos do emprego de 0,8% em 2023, 0,1% em 2024 e 0,3% em 2025-26. A taxa de desemprego apresenta um valor médio de 7,2% em 2024-26, próximo da estimativa de taxa de desemprego tendencial.

Os principais indicadores orçamentais devem manter uma evolução favorável no horizonte de projeção. O excedente atinge 0,9% do PIB em 2023, sobretudo devido ao fim das medidas relacionadas com a pandemia. Em 2024, a diminuição do excedente, para 0,1% do PIB, resulta do abrandamento da atividade económica e de uma política expansionista, assumindo as novas medidas adotadas uma natureza mais permanente. O rácio da dívida pública deve atingir um valor próximo de 100% do PIB no final de 2023, continuando a reduzir-se no horizonte de projeção.

A economia portuguesa estagnou nos trimestres recentes e as perspetivas a curto prazo são incertas, predominando os riscos em baixa. A fraqueza da atividade reflete o impacto da subida das taxas de juro e o abrandamento da procura externa, a par da dissipação do impulso associado

à retoma pós-pandémica do turismo e à recuperação do choque sobre os termos de troca. As perspetivas são condicionadas pela incerteza dos novos focos de tensões geopolíticas e da situação política nacional. No entanto, subsistem fatores de resiliência no mercado de trabalho, no estímulo dos fundos europeus e na competitividade de alguns sectores-chave.

No período de janeiro a setembro de 2023 as exportações portuguesas mantiveram um crescimento expressivo num contexto económico e geopolítico adverso, aproximando-se da meta dos 48% do PIB. O resultado está principalmente associado ao comportamento das exportações de serviços.

De janeiro a dezembro de 2023 registou-se um saldo orçamental de 5,2M€, um excedente de 3,3% do PIB (2,6% do PIB, no período homólogo de 2022). Esta melhoria resultou do efeito conjugado do aumento da receita e da diminuição da despesa. Para esta evolução contribuíram o dinamismo do consumo privado e do mercado de trabalho e os efeitos do aumento da inflação, do lado da receita, bem como o menor impacto das medidas relacionadas com a pandemia (com destaque para os subsídios às empresas), do lado da despesa.

Em 2023, a dívida pública diminuiu 9,4 mil milhões de euros em comparação com 2022. Esta variação resultou, em grande medida, da redução de títulos de dívida de curto e de longo prazo (-4,2 mil milhões de euros e -11,0 mil milhões de euros, respetivamente), de certificados do Tesouro (-4,2 mil milhões de euros) e de empréstimos (-3,1 mil milhões de euros). Em sentido contrário, destacaram-se as emissões líquidas positivas de certificados de aforro (14,4 mil milhões de euros). O peso da dívida pública em percentagem do PIB prosseguiu a trajetória descendente diminuindo de 125,5% em 2021 e 114,7% em 2022, para 98,7% do PIB.

INDICADORES DA EVOLUÇÃO DA ECONOMIA PORTUGUESA

Taxas de variação em (%)

Indicadores Económicos	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023(*)
Consumo Privado	-5,5	-1,2	2,3	2,3	2,6	2,1	2,6	2,4	-7,1	5,0	2,4	1,0
Consumo Público	-3,3	-2,0	-0,5	1,3	0,8	0,2	0,6	0,7	0,4	4,8	1,4	1,2
Investimento	-16,5	-5,1	2,3	5,8	2,5	11,5	6,2	5,4	-2,7	4,4	-0,1	2,4
Exportações bens e serviços	3,4	7,0	4,3	6,1	4,4	8,4	3,1	3,5	-18,6	19,8	16,2	4,7
Importação de bens e serviços	-6,3	4,7	7,8	8,5	5,0	8,1	5,0	4,7	-12,1	21,0	11,6	-1,8
Produto Interno Bruto (PIB)	-4,0	-1,1	0,9	1,8	2,0	3,5	2,8	2,2	-8,4	4,9	6,8	2,3
Inflação	+2,8	+0,3	-0,3	+0,4	+0,6	+1,4	+1,0	+0,3	0,0	+1,3	+7,8	+4,3

(*) últimas estimativas disponíveis

Fonte: dados recolhidos junto do FMI, World Bank, Banco de Portugal, INE e Comissão Europeia

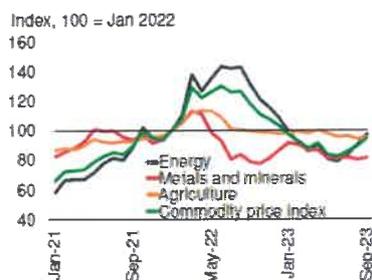
Cuidamos do passado, desafiamos o futuro.
Taking care of the past, challenging the future.

edm

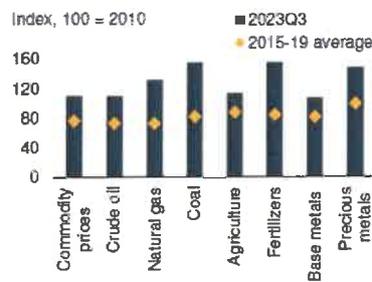
3.3 Envolvente sectorial

O último conflito no Médio Oriente introduziu uma grande incerteza nos mercados de matérias-primas que enfrentaram nos últimos anos uma série extraordinária de perturbações. Antes do conflito começar, o decréscimo voluntário do fornecimento de petróleo por parte dos produtores da OPEP+ fizeram com que os preços da energia subissem 9% no terceiro trimestre de 2023. Como resultado, o índice de preços das matérias-primas do Banco Mundial subiu 5% durante esse período e é agora de 45% acima da média de 2015-2019. Por enquanto, o impacto do conflito nos preços das matérias-primas foi atenuado. Contudo, os preços do petróleo e do ouro subiram moderadamente, enquanto a maior parte dos preços das outras matérias-primas permaneceram relativamente estáveis. No entanto, a história sugere que uma escalada do conflito representa um risco importante que pode levar a um aumento dos preços do petróleo e de outras matérias-primas – o que intensificaria a insegurança alimentar na região e em todo o mundo. Vários estudos fornecem uma avaliação preliminar do potencial impacto do conflito nos preços das matérias-primas, considerando que os efeitos do conflito serão provavelmente limitados, assumindo que não se alargam. Sob essa suposição, a previsão de base prevê que os preços das matérias-primas diminuam ligeiramente nos próximos dois anos. Se o conflito aumentar, a avaliação também inclui o que pode acontecer sob três cenários de risco, baseando-se em precedentes históricos para estimar os efeitos de risco em pequenos, moderados e de grandes perturbações no fornecimento global de petróleo. A magnitude dos efeitos dependerá da duração e da escala das interrupções no fornecimento. As restrições comerciais e as perturbações relacionadas com as condições meteorológicas também poderão resultar em preços mais elevados; por outro lado, o crescimento global mais fraco do que o esperado representa um risco negativo importante para os preços das matérias-primas.

A. Commodity prices



B. Commodity price levels



Sources: Bloomberg; Food and Agriculture Organization of the United Nations; International Energy Agency; World Bank; World Food Programme. Last observation is September 2023.

Preços das Commodities e da evolução da procura de metais

Cuidamos do passado, desafiamos o futuro.
Taking care of the past, challenging the future.



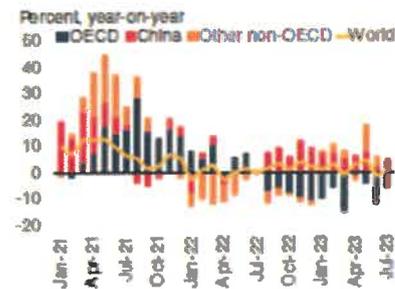
3.3.1 Metais e Minerais

Desde o início do conflito no Médio Oriente, os preços dos metais pouco mudaram, no entanto, o preço do ouro tende a variar consoante as preocupações geopolíticas, aumentando 7 %. Antes do conflito, os metais e o índice de preços dos minerais caiu 2% no terceiro trimestre de 2023, refletindo o impacto na procura e consequentemente na desaceleração da atividade económica das principais economias. Apesar da fraqueza do sector, a procura dos metais na China, que assegura 60% da procura global de metais, foi apoiada por setores como infraestrutura e manufatura, incluindo os veículos elétricos. Após um declínio esperado em 2023, os preços dos metais provavelmente cairão ainda mais em 2024 com a desaceleração da procura, antes de se estabilizar em 2025 à medida que a procura recupera igualando a oferta. A transição verde e sustentável, afastando-se dos combustíveis fósseis, deverá aumentar significativamente a procura de alguns metais até 2025 – nomeadamente alumínio, cobre, níquel e estanho. A escalada dos últimos conflitos e as interrupções do fornecimento de metais associadas representam um risco importante para o aumento dos preços dos metais industriais e do ouro. Outro dos riscos para a variação dos preços dos metais inclui uma previsão antecipada da recuperação do setor mineral na China em 2024 e consequente interrupção no fornecimento, incluindo o que resulta das restrições comerciais.

A. Base metals index and iron ore prices



D. Metal demand growth



Sources: Haver Analytics; National authorities; World Bank; World Bureau of Metal Statistics..Last observation is September 2023

Índice de evolução anual da cotação dos Metals and Minerals

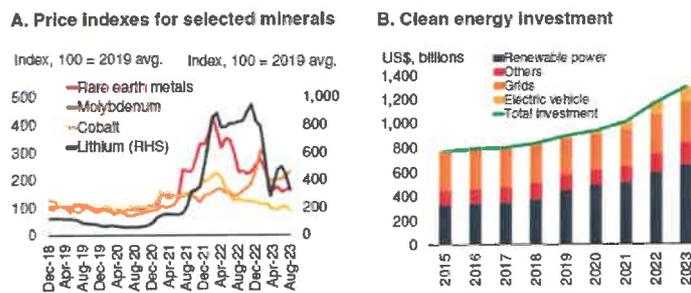
Matérias Primas Críticas

O abrandamento da atividade económica mundial, as tensões geopolíticas e uma necessidade premente de transição energética atingiu os preços das matérias primas críticas. No terceiro trimestre de 2023, os preços das matérias primas essenciais como o lítio, molibdénio, cobalto e terras raras continuaram a diminuir, em particular, os preços do lítio e do cobalto diminuíram 20



Handwritten signatures and initials in blue ink.

% e 4 %, respetivamente, em relação ao trimestre anterior. Enquanto isso, os preços dos metais de terras raras e do molibdénio permaneceram globalmente estáveis, apesar de alguma volatilidade. A descida dos preços das matérias primas críticas faz parte de uma tendência mais ampla que afeta a globalidade dos metais, impulsionado por uma desaceleração da atividade económica global que resulta na redução da procura. Em agosto de 2023, os preços do carbonato de lítio na China caíram para um mínimo a três meses, aproximando-se do seu ponto mais baixo em quase trinta meses, provocado pela diminuição da procura de novos fabricantes de baterias para veículos elétricos. O declínio é atribuído ao elevado número de baterias armazenadas pelos fabricantes e à redução de subsídios governamentais para veículos elétricos.



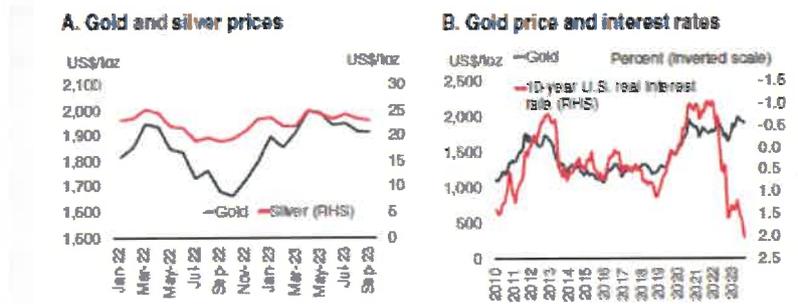
Sources: Bloomberg; International Energy Agency (IEA); United States Geological Survey (USGS) World Bank; Last observation is October 2023.

Índice de evolução anual da cotação das matérias primas críticas e dos investimentos em energias limpas.

3.3.2 Metais Preciosos

O preço do ouro caiu 3% no terceiro trimestre de 2023 devido ao dólar americano mais forte e às expectativas em alta para taxas de juros mais longas. Contudo, os preços permaneceram resilientes face à procura relativamente forte por parte do investimento e consumo de joias, apesar do forte crescimento da oferta e do aumento da produção mineira no primeiro semestre do ano. A recente divergência entre os preços do ouro e os rendimentos da inflação de títulos protegidos do Tesouro a 10 anos (TIPS) sugere que os riscos geopolíticos e a incerteza económica superaram o efeito das altas taxas de juros sobre o custo de manutenção de ouro. As participações do ouro em fundos negociados em bolsa caíram no terceiro trimestre de 2023. A volatilidade dos preços no curto prazo provavelmente vai continuar tendo em conta os elevados riscos geopolíticos. Ao mesmo tempo, a trajetória da inflação e das taxas de juro serão os principais fatores que impulsionarão os preços do ouro em médio prazo. O preço do ouro deverá em média rondar os US\$ 1.900 por onça troy em 2024 – 6% superior ao de 2023, antes de recuar em 2025, com os temores de inflação e recessão a desaparecerem.

Handwritten signature and initials in blue ink.



Sources: Bloomberg; Federal Reserve Bank of St.Louis; World Bank; Last observation is September 2023

Índice de evolução dos metais preciosos

3.3.3 Investimento em Prospecção e Pesquisa

Os dados recentemente publicados pela S&P Global Market Intelligence relativos a orçamentos de Prospecção e Pesquisa (P&P) em 2023, para metais não ferrosos, mostram que o orçamento global agregado caiu 3% ano após ano, para 12,8 mil milhões de dólares.

As únicas regiões que registaram ganhos em 2023 foram a América Latina, os EUA e a Ásia-Pacífico. A América Latina continua a atrair a maior parte do orçamento de prospecção e pesquisa global. O orçamento da região aumentou 2,3% ano após ano, para 3,38 mil milhões de dólares. A Ásia-Pacífico, a região mais pequena em termos de importância económica, registou um orçamento de 370 milhões de dólares, um aumento de 8,8% – o maior aumento percentual em todas as regiões.

As empresas juniores de prospecção (com receitas inferiores a 50 milhões de dólares), são a força motriz na recuperação da prospecção pós-pandemia, no entanto perderam força em 2023, com os orçamentos a caírem 4,5% ano após ano, para 5,36 mil milhões de dólares. O enfraquecimento das condições de financiamento teve um impacto muito maior nas empresas juniores. As grandes empresas não recuaram na prospecção e registaram um orçamento coletivo de 6,02 mil milhões de dólares, registando um aumento de 1,2%.

À medida que a angariação de fundos se tornou mais difícil, as empresas de prospecção juniores foram desproporcionalmente afetadas e, portanto, foram responsáveis pela maior parte da diminuição. Para 2024, prevê-se que os orçamentos de prospecção oscilarão em torno dos níveis

atuais; no entanto, se o ambiente macroeconómico e as condições de financiamento permanecerem como estão, acredita-se que um declínio modesto de ano para ano (<5%) é o cenário mais provável.

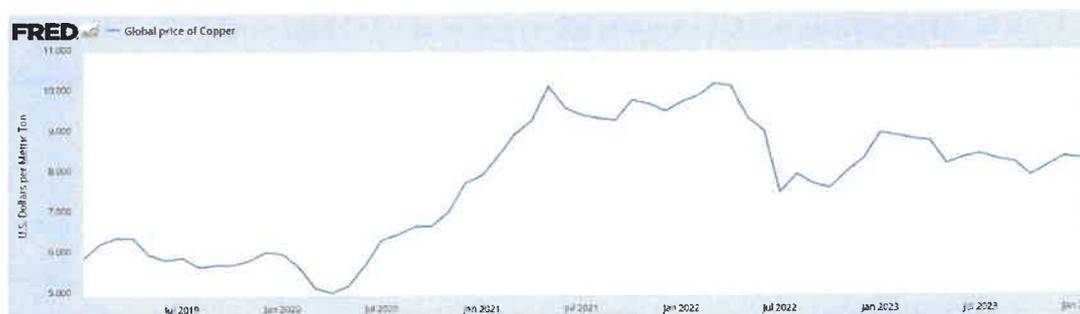
3.3.4 Evolução das Cotações

Apresentam-se, de seguida, as cotações nos últimos anos dos principais minérios com relevância para o setor em Portugal:

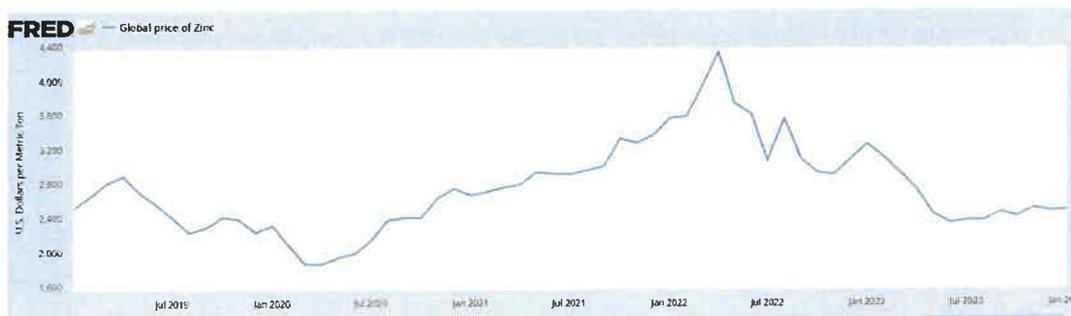
- Metais de transição: cobre, zinco, ferro e chumbo;
- Metal representativo: estanho
- Metais preciosos: ouro e prata.

Metais de transição

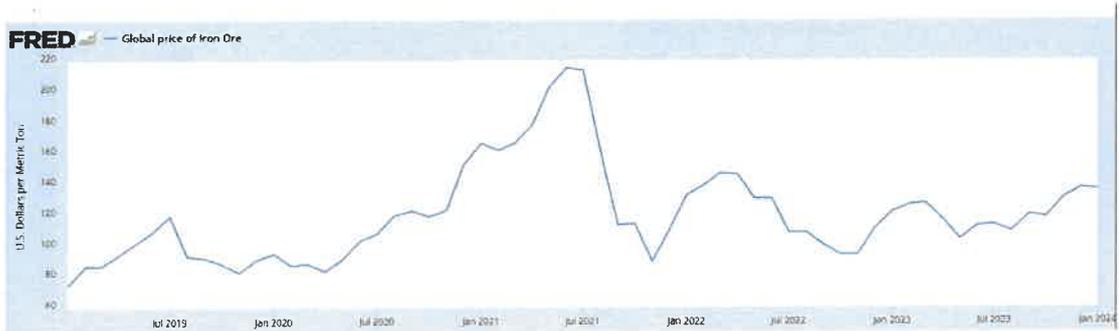
Cobre



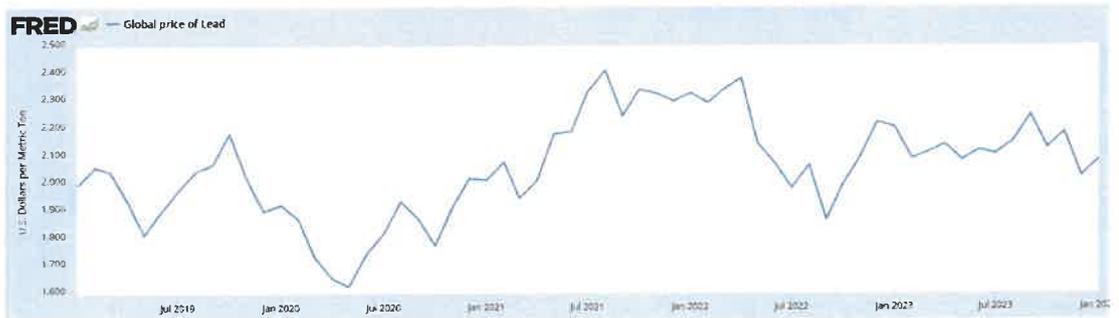
Zinco



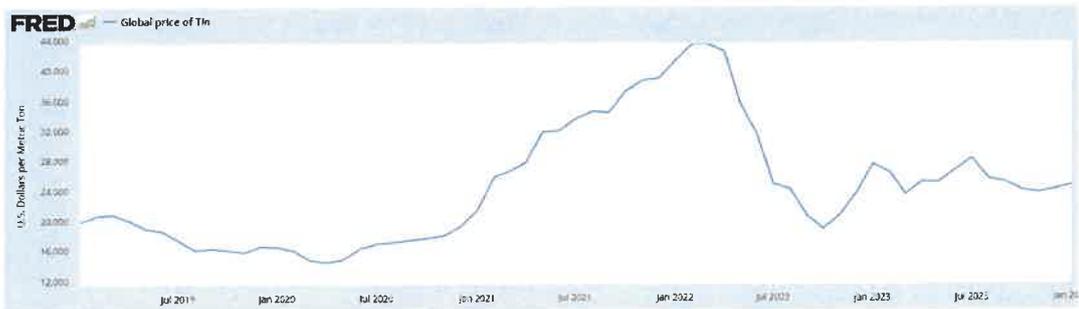
Minério de Ferro



Chumbo



Metal representativo: Estanho



Dados retirados de FRED Economics Data/ST. LOUIS FED (<https://fred.stlouisfed.org/>) em 12 de março de 2024

Metais preciosos: Ouro



Metais preciosos: Prata



Dados retirados de Trading Economics (<https://tradingeconomics.com/> em 12 de março 2024)

4 Aspectos Relevantes da Atividade Desenvolvida em 2023

4.1 Síntese da Atividade Desenvolvida

A EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A., é uma empresa do setor empresarial do estado, de capitais exclusivamente públicos que atua como operador setorial de referência, assumindo, como concessionária em regime exclusivo, um papel de relevo na elaboração e condução de projetos de recuperação ambiental de zonas degradadas por antigas explorações mineiras abandonadas, e desde 2019, a título subsidiário, em explorações de massas minerais, exercendo ainda, por si ou em associação, atividades de prospeção, pesquisa e valorização de recursos minerais.

O Conselho de Administração da EDM foi eleito, em Assembleia Geral, a 30 de novembro de 2023, com efeitos a 1 de janeiro de 2023, para o mandato 2023-2025.

Como descrito abaixo, prosseguiu-se a estratégia definida no contrato de gestão e no Plano de Atividades para 2023-2025, o qual foi aprovado em Assembleia Geral, de 30 de novembro de 2023, após despacho conjunto do senhor Secretário de Estado do Tesouro e da senhora Secretária de Estado da Energia e Clima, do mesmo dia, tendo em consideração o despacho de aprovação do senhor Secretário de Estado do Tesouro n.º 506/2023-SET, de 16 de novembro, com base o relatório de análise da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM) n.º 173/2023, de 24 de julho.

Assim, durante o ano de 2023, a EDM incidiu a sua ação em:

- Preparação e intervenção em projetos de prospeção e pesquisa mineira, em consórcio ou por si própria;
- Intervenções de remediação ambiental de antigas áreas mineiras degradadas atuando como concessionária do Estado nos termos do decreto-lei n.º 198-A/2001, de 6 de julho, tendo sido autorizada a sua renovação por mais 8 anos, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2023, de 14 de julho;
- Intervenção no Plano de Intervenção em Pedreiras em Situação Crítica (PIPSC), dando sequência à aprovação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/2019, de 5 de março, com o respetivo plano, alterada pela Resolução do Conselho de Ministro n.º 201/2021, de 31 de dezembro, tendo sido aprovada a prorrogação do prazo de execução do PIPSC até 31 de janeiro de 2023, por sua vez prorrogado, até 2026, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 138/2023, de 3 de novembro. Estas intervenções são financiadas por um novo Protocolo de Colaboração Técnica e Financeira entre o Fundo Ambiental e a EDM, com uma dotação orçamental até 9M€, previstos entre 2023 e 2026;
- Realização de visitas técnicas de acompanhamento, para dimensionamento das intervenções a realizar em ocorrências de antigas áreas mineiras, bem como para operações de manutenção em áreas já intervencionadas, financiadas pelo Fundo Ambiental, com uma dotação orçamental de 3,23M€, através de um Protocolo de Colaboração Técnica e



- Financeira, celebrado a 22 de dezembro de 2023, com execução até 31 de março de 2026;
- Continuação das ações de descontaminação e monitorização radiológica no parque habitacional do antigo bairro mineiro da Urgeiriça, no Concelho de Nelas, financiadas pelo Fundo Ambiental, com uma dotação orçamental 1,25M€, celebrado a 22 de dezembro de 2023, com execução até 31 de março de 2026.
 - Desenvolvimento de projetos solares fotovoltaicos nas antigas áreas mineiras já remediadas dando uma nova função ao solo que se encontra extremamente limitado quanto ao seu uso, ao mesmo tempo que se aumenta a produção de energia elétrica por fontes renováveis, reduzindo assim os custos de consumo de eletricidade de manutenção dos terrenos, bem como de as emissões de gases de efeito de estufa;
 - Desenvolvimento de ações relacionadas com a sustentabilidade da empresa, com aplicação do Plano ECO.AP 2030, monitorizando os consumos de água, energia e materiais, bem como melhorias do “workflow”, backup e segurança do sistema informático e de dados, na otimização progressiva do “site” da empresa;
 - Desenvolvimento de planos de investimento do Grupo EDM, no sentido de valorizar o património existente e pelo início do estudo de novas áreas de negócios que aproveitem as valências e competências da empresa;
 - Dinamização e mobilização do setor mineiro e dos recursos geológicos, através da organização de diversas iniciativas e criação de uma plataforma de cooperação entre todas as associações empresarias e profissionais setoriais, designada por Mineral.

No ano de 2023 o Conselho de Administração da EDM assegurou a gestão da sociedade. Os membros do Conselho apresentaram ao Acionista as propostas de contratos de gestão para o mandato 2023-2025, conforme decorre da legislação em vigor. Aguarda-se a assinatura dos contratos de gestão tendo o Conselho mantido a sua atuação estreitamente articulada com a tutela no que respeita às orientações estratégicas e gerais da EDM.

Apesar disso e tendo em consideração as competências da EDM interiorizadas ao longo dos mais de 50 anos da sua atuação em especial no domínio dos recursos minerais e as orientações propostas no contrato de gestão para o mandato 2023-2025, deu-se execução ao “POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO” da empresa e que se resume no seguinte:

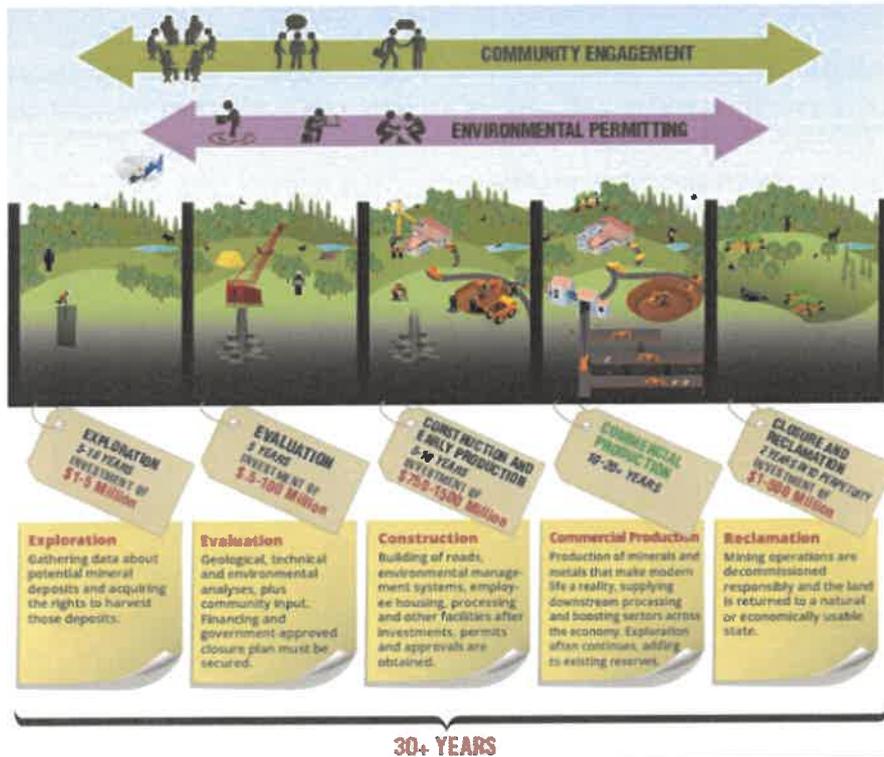
No que respeita ao domínio dos **Recursos Geológicos**:

- assegurar a presença em todas as fases da **fileira do ciclo de desenvolvimento dos recursos minerais**, privilegiando no período 2023-2030, a prospeção e pesquisa (inicial) e a reabilitação ambiental (final);
- na perspectiva de se envolver no “**HORIZONTE 2025**” em fases de avaliação de viabilidade e no “**HORIZONTE 2030**” em fases de produção.

POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO DA EDM GENERALIZED MODEL OF MINERAL RESOURCE DEVELOPMENT

PHASE	MINERAL RESOURCE APPRAISAL	MINERAL EXPLORATION						MINERAL REPORT APPRAISAL				BASE COMPLEX DEVELOPMENT	BASE INFRASTRUCTURE	MINERAL INFRASTRUCTURE	
		BASE-AGGREGATE EXPLORATION						DA-1	DA-2	DA-3	DA-4				
		EA-1	EA-2	EA-3	EA-4	EA-5	EA-6								
STAGE	Process mapping, resource and synthesis	Exploration planning	Regional reconnaissance and surveys	Prospecting and ground service of anomalies	Validation of anomalies and changes	Discovery and discovery of a resource deposit	Resource deposit	Process engineering	Process evaluation	Feasibility study					
OBJECTIVES	Identify, evaluate and define the mineral resource for further development	Identify, evaluate and define the mineral resource for further development	Identify, evaluate and define the mineral resource for further development	Identify, evaluate and define the mineral resource for further development	Identify, evaluate and define the mineral resource for further development	Identify, evaluate and define the mineral resource for further development	Identify, evaluate and define the mineral resource for further development	Identify, evaluate and define the mineral resource for further development	Identify, evaluate and define the mineral resource for further development	Identify, evaluate and define the mineral resource for further development	Identify, evaluate and define the mineral resource for further development	Identify, evaluate and define the mineral resource for further development	Identify, evaluate and define the mineral resource for further development	Identify, evaluate and define the mineral resource for further development	Identify, evaluate and define the mineral resource for further development
EVALUATION METHODS	Geological, geophysical, geochemical, geotechnical, and other methods	Geological, geophysical, geochemical, geotechnical, and other methods	Geological, geophysical, geochemical, geotechnical, and other methods	Geological, geophysical, geochemical, geotechnical, and other methods	Geological, geophysical, geochemical, geotechnical, and other methods	Geological, geophysical, geochemical, geotechnical, and other methods	Geological, geophysical, geochemical, geotechnical, and other methods	Geological, geophysical, geochemical, geotechnical, and other methods	Geological, geophysical, geochemical, geotechnical, and other methods	Geological, geophysical, geochemical, geotechnical, and other methods	Geological, geophysical, geochemical, geotechnical, and other methods	Geological, geophysical, geochemical, geotechnical, and other methods	Geological, geophysical, geochemical, geotechnical, and other methods	Geological, geophysical, geochemical, geotechnical, and other methods	Geological, geophysical, geochemical, geotechnical, and other methods
RISKS	High, low, medium, and other risks	High, low, medium, and other risks	High, low, medium, and other risks	High, low, medium, and other risks	High, low, medium, and other risks	High, low, medium, and other risks	High, low, medium, and other risks	High, low, medium, and other risks	High, low, medium, and other risks	High, low, medium, and other risks	High, low, medium, and other risks	High, low, medium, and other risks	High, low, medium, and other risks	High, low, medium, and other risks	High, low, medium, and other risks
MINERAL RESERVE	UNRECOVERED MINERAL POTENTIAL	SPECULATIVE		HYPOTHETICAL		INDICATED RESERVE	INDICATED AND MEASURED RESERVE				RECOVERED RESERVE				
ESTIMATION ERROR	Estimated range of error of non-geological estimates of the 95% confidence level														
RECOVERY	High	Low		Low		High	High				High				
RECOVERED RESERVE	High	Low		Low		High	High				High				

Fonte: Sources: Modified by D.A. Cranstone, A. Lemieux and M. Vallée, February 25, 1994, from M. Vallée, 1992, *Guide to the Evaluation of Gold Deposits*, CIM Special Volume 45, p. 4, and *SQUEM Annual Report, 1976-77*, pp. 4 and 5. Revised by M. Vallée and G. Bouchard, January 2001.



Cuidamos do passado, desafiamos o futuro.
Taking care of the past, challenging the future.



B A

No que respeita ao domínio da **Gestão e Remediação Ambiental**:

- assegurar a realização dos projetos de reabilitação ambiental das antigas áreas mineiras abandonadas e degradadas, maximizando, tanto quanto possível, o aproveitamento dos fundos estruturais do PT2030 e a conclusão do PT2020;
- na perspetiva de no **“HORIZONTE 2030”** concluir a eliminação dos fatores de risco que constituam ameaça para a saúde, proteção da natureza e a reabilitação da envolvente paisagística das principais 199 áreas identificadas.



ETAM Barragem Nova da Urgeiriça

No que respeita à **Modernização e Sustentabilidade** da empresa:

- Diversificar áreas de negócio aproveitando as competências da empresa nos domínios da prospeção e pesquisa de recursos mineiros e da reabilitação ambiental das áreas mineiras, na perspetiva de a médio e longo prazo garantir a sustentabilidade ambiental e económico-financeira da empresa;



North Macedonia Solar Park, 2022 (Antiga mina de carvão)

Das atividades operacionais desenvolvidas, descritas em termos detalhados no capítulo 4 do RELATÓRIO E CONTAS de 2023, destaca-se em termos sintéticos o seguinte:

No âmbito dos **Recursos Geológicos**:

- o desenvolvimento do projeto da **Lagoa Salgada** com a apresentação do Estudo de Viabilidade Económica e Financeira e a consequente análise, a fim de realizar, ou não, a opção de participação na fase seguinte do projeto, conforme estabelecido no contrato de consórcio entre a EDM e a Redcorp, assim como a assinatura de um memorando de cooperação que prevê diversos compromissos, de modo a operacionalizar todo o acompanhamento do projeto pelas duas partes, com o objetivo de seguir as melhores boas práticas sociais e ambientais, tornando o projeto da Lagoa Salgada uma referência internacional;
- a participação da EDM no Grupo de Trabalho para a criação do **Centro de Inovação para a Valorização do Lítio (GTCIVaL)**, definido pelo Despacho nº 10736/2023 de 20 de outubro de 2023 que definiu a sua constituição, em que, para além da EDM, participaram outras Instituições como por exemplo a DGEG, a ADENE e o LNEG, que coordenou. O GTCIVaL teve como objetivo a elaboração de um relatório base para a estruturação do CIVaL, apresentado à Secretária de Estado da Energia e Clima a 29 novembro de 2023. O Centro de Inovação para a Valorização do Lítio (CIVaL), no concelho de Boticas, visa promover a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação ao longo da cadeia de valor do lítio promovendo a contínua valorização do recurso de forma ambiental e socialmente sustentável e afirmando a liderança de Portugal neste domínio. A valorização deve assentar na materialização de benefícios para as comunidades locais e para a coesão e a competitividade dos territórios. O Centro será aberto a Centros de Investigação, Instituições, Empresas ou associados institucionais que integrem ou pretendam integrar a cadeia de valor do lítio;
- o início do desenvolvimento do projeto autónomo de **Castelo Branco** com o objetivo de formalizar um pedido para uma área de prospeção e pesquisa;
- a preparação da participação em projetos com potencial mineiro a formalizar, como é o caso de **Jales-Gralheira**, onde se preparou um conjunto de amostras para análise química multielementar de forma a valorizar o conhecimento existente sobre esta área com um potencial relevante de desenvolvimento futuro;
- simultaneamente, procedeu-se ao acompanhamento de projetos de prospeção e pesquisa atribuídos, no sentido de desenvolver parcerias sólidas e que alavanquem e valorizem o conhecimento geológico existente, como é o caso das áreas do **Rosário, Monte das Mesas** (Rio de Moinhos), entre outras;
- o acompanhamento da concessão C14 - **Gavião** nº 6 à Almina - Mina do Alentejo, S.A. considerando a sua alienação por € 8 112 571,50, em 2022, que poderá ascender a € 11 612 571,50, caso a Almina entre em produção até 2028;
- a preparação e o desenvolvimento de trabalhos para as candidaturas às **áreas de Lítio**, a serem apresentadas e desenvolvidas em parceria, mas dependentes da abertura de concursos;
- e ações de promoção, imagem e inovação.

No âmbito da **Gestão e Remediação Ambiental** das antigas áreas mineiras, e na sequência da aprovação da sua renovação, por mais oito anos, da concessão, em exclusivo, para a recuperação ambiental das antigas áreas mineiras abandonadas e degradadas, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2023, de 14 de julho, que reafirma o empenho do Governo Português no prosseguimento do objeto da concessão, tal como definida no decreto-lei n.º 198-A/2001, de 6 de julho, prosseguiu-se em 2023 a concretização das obras e intervenções previstas na concessão, destacando-se as seguintes realizações:

- as integradas em candidaturas submetidas ao **PT2020**, a coberto do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência do Uso de Recursos (PO SEUR), integradas no Eixo Prioritário III – Proteger o Ambiente e Promover a Eficiência de Recursos. Das dez candidaturas que foram submetidas no âmbito do 1º ao 4º Avisos-Convite do PO SEUR, foram concluídas em 2023 as últimas duas que ainda estavam em curso, dando-se assim por concluído o investimento realizado no âmbito do POSEUR/Portugal2020, sendo:
 - a Recuperação Ambiental nas Áreas Mineiras de **Ribeira do Bôco, Picoto e Canto do Lagar**;
 - a Recuperação Ambiental nas áreas Mineiras de **Ferreiros, Reboleiro, Barrôco do Ouro, A-do-Cavalo, Quinta das Seixas e Lenteiros**.
- A comparticipação financeira de Fundo de Coesão inicialmente aprovada, destinada a cofinanciar 85% das despesas elegíveis, tem vindo a ser objeto de ajustamento, face à obtenção de decisão favorável da Comissão Diretiva do PO SEUR, aos pedidos de reprogramação temporal, física e financeira das candidaturas concluídas e em curso, totalizando, no final de 2023, o montante aprovado de Fundo de Coesão de € 35 671 839,33.
- Na antiga área mineira de **Jales**, após a intervenção para a resolução da subsidência mais crítica, repondo as condições de utilização em segurança do logradouro e troço da estrada municipal, durante o ano de 2023 foi dada continuidade às leituras dos instrumentos de monitorização instalados durante o Eixo I de intervenção, que permitiram acompanhar e avaliar a evolução dos movimentos do terreno após a execução da empreitada. Para o efeito, foram investidos € 8 159,51;
- Foi necessária a preparação das candidaturas para a remediação ambiental em antigas áreas mineiras, a apresentar ao **PT2030**, a serem executadas a nível regional, cujos avisos-convite serão abertos, faseadamente, a partir de 2024, tendo como elegibilidade 2021-2027, obedecendo à Estratégia para a Recuperação Ambiental das Antigas Áreas Mineiras Abandonadas – Plano de Atuação para o PT2030 - Documento Enquadrador, elaborado também 2023;
- Na área mineira da **Cunha Baixa** terminou-se, em 2023 os trabalhos com vista à resolução dos danos provocados pela anomalia dum dos taludes. Os trabalhos desenvolvidos consistiram na desarborização e limpezas de terras existentes no interior



da reserva de água bem como das chaminés identificadas, remoção de telas e de geotêxtil, selagem das chaminés, preparação do terreno para implantação de reservatório de águas e muro de gabiões e abertura de valas periféricas para o esvaziamento sequencial das lagoas;

- Ao nível das ações de proteção ao ambiente, bens, pessoas e animais desenvolveram-se diversas **atividades de monitorização** e intervenções para eliminação ou minimização de riscos, quer em **ocorrências de antigas áreas mineiras**, quer em infraestruturas e ex-anexos mineiros dessas antigas explorações, atualmente ao abrigo do financiamento do Fundo Ambiental, cujo o Protocolo de Colaboração Técnica e Financeira, com a dotação orçamental de 3,23M€, foi celebrado a 22 de dezembro de 2023;
- Continuação das ações de descontaminação e monitorização radiológica no parque habitacional do **antigo bairro mineiro da Urgeiriça**, no Concelho de Nelas, atualmente suportado pelo Fundo Ambiental, com uma dotação orçamental 1,25M€, através de um Protocolo de Colaboração Técnica e Financeira, celebrado a 22 de dezembro de 2023, com execução até 31 de março de 2026.
- Manteve-se a dinamização e realização das ações do **Roteiro de Minas e Pontos de Interesse Geológico e Mineiro de Portugal** desenvolvido em cooperação com a Direção Geral de Energia e Geologia, bem como outros Parceiros.

No âmbito do **Plano de Intervenção nas Pedreiras em Situação Crítica (PIPSC)** aprovado pela RCM nº 50/2019, de 5 de março, alterada pela RCM nº 201/2021, de 31 de dezembro, foi prorrogada pela RCM nº 138/2023, de 3 de novembro, acrescentando medidas de atuação, a serem concretizadas pela EDM, a título subsidiário, nomeadamente as intervenções de carácter estrutural. Assim, em 2023:

- Procedeu-se ao acompanhamento do processo legislativo, a fim de ser garantida a continuidade da atuação da EDM;
- Articulou-se a atuação com a DGEG, ao mesmo tempo que se procedeu ao planeamento dos trabalhos, aguardando-se pela realização das novas notificações;
- Deu-se continuidade aos processos de pedido de reembolsos aos exploradores ou proprietários pelos trabalhos, estudos e projetos efetuados pela EDM, após a publicação da referida RCM, a fim de garantir a legitimidade de atuação e sustentabilidade financeira da empresa, no que respeita aos custos associados à gestão dos referidos processos;
- Preparação do novo Protocolo de Colaboração Técnica e Financeira entre o Fundo Ambiental e a EDM, com a dotação orçamental prevista na RCM, de 9M€, previstos entre 2023 e 2026.

Relativamente às ações de **Modernização e Sustentabilidade** da empresa, visando a aplicação de uma gestão integrada e transversal, sublinham-se os seguintes aspetos principais:

- Após a realização de um diagnóstico de todo o sistema de informação e implementação das várias medidas de segurança e salvaguarda dos dados da empresa, foi realizado um plano de modernização das comunicações, softwares, hardware e aplicações de gestão

na empresa, cujos procedimentos foram preparados em 2023 e que serão executados e implementados em 2024;

- o prosseguimento da atualização do “site” da empresa;
- o reforço das ações de arquivo documental com transição maioritariamente digital;
- o aprofundamento de novas áreas de negócio que aproveitem as valências e competências da empresa e que irão contribuir para a sua sustentabilidade, em particular os projetos solares fotovoltaicos em antigas áreas mineiras remediadas, os projetos de agro-silvo-ambientais que valorizem e otimizem o património rústico do grupo EDM e as relacionadas com a certificação do uso dos solos e a avaliação do radão nos edifícios;
- implementação do ECO.AP 2030, com o estabelecimento de objetivos e acompanhamento de metas para os vários indicadores, com vista à redução de consumos e despesas de energia, água, combustíveis e consumíveis (papel, produtos, impressões);
- conclusão do estudo comparativo para a averiguar da viabilidade do funcionamento da sede da empresa num só espaço, propriedade do Grupo EDM, de forma a reduzir os encargos operacionais da empresa, tendo sido conclusivo que a transferência dos serviços dispersos, para um só espaço, apresenta-se como vantajoso a curto, médio e longo prazo;
- Implementação de um novo organograma da empresa, mais ajustado à realidade atual e com perspetiva de crescimento, que implicou uma reorganização interna;
- elaboração de um Plano de Gestão de Carreiras, com implementação de um sistema de avaliação de desempenho e correspondente evolução de carreiras, submetido ao acionista para avaliação e aprovação;
- Dinamização e mobilização do setor mineiro e dos recursos geológicos, através da participação e organização de diversas iniciativas, bem como a criação de uma plataforma de cooperação entre todas as associações empresarias e profissionais setoriais, designada por Mineral.

4.2 Situação Económica e Financeira

Conforme já exposto no Capítulo 3, entende-se que 2023 deixou de ser um ano com reflexos de condicionalismos impostos pela situação de pandemia, no entanto, por outro lado, o agravamento da situação de Guerra na Ucrânia e no Médio Oriente influenciaram toda a atividade económica mundial. 2023 ficou marcado: pela crise inflacionista e pela necessidade de estabilização da mesma, com conseqüente subida dos preços e dos juros, tentando ser acompanhada pela atualização dos rendimentos para evitar uma crise económica. Por outro lado, neste ano já se refletiu uma estabilização dos preços da energia, anteriormente condicionada pela dependência da União Europeia (EU) do gás russo, da diminuição da oferta e da diversidade de fornecimento, da origem e da fonte, tendo levado ao aumento substancial do



seu preço, que no caso do mercado ibérico foi em parte aliviado por um conjunto de medidas, mas ainda assim sentido pelas condições climáticas extremas, nomeadamente com a seca assinalável no ano hidrográfico. A subida das taxas de juro do Banco Central Europeu, da Reserva Federal Americana e de uma forma geral dos restantes Bancos Centrais, com reflexos na atividade económica, provocou uma instabilidade nos mercados financeiros e na banca, com receio dos riscos de cenário de recessão, mas que acabou por ser evitada pelo controlo das dívidas soberanas, como por exemplo em Portugal, nomeadamente com superavit orçamental e a descida da dívida pública. Apesar de tudo, já em 2024, o Banco Central Europeu reviu as suas previsões para uma retoma moderada, com uma estabilidade nas taxas de juros e um controlo da inflação.

Os aspetos mais relevantes do exercício de 2023 foram os seguintes:

- Os resultados líquidos de 2022, no montante de € 5 017 520,31, tiveram a seguinte aplicação: distribuição de dividendos no valor de 4.515,768,28€ e transferência de 501.752,03€ para resultados transitados, conforme deliberado na sessão da Assembleia Geral do dia 30 de novembro de 2023;
- Realização de investimentos no âmbito da concessão para a recuperação ambiental, no montante de € 5 533 660,74;
- Realização de investimentos no âmbito da segurança e manutenção, no montante de € 207 141,25, destacando-se as intervenções com os trabalhos de descontaminação dos ex-anexos mineiros na Urgeiriça no montante de € 162 996,86 e as operações de tratamento de águas de mina e monitorização em áreas já intervencionadas no montante de € 26 553,73;
- Realização de investimentos na promoção e desenvolvimento dos recursos geológicos, no montante de € 220 450,72, com destaque para as ações desenvolvidas no âmbito do Roteiro de Minas no montante de € 100 923,89, e no âmbito da Monitorização e conservação, no montante de € 90 619,56;
- Realização de gastos relativamente a subsídências na antiga área mineira de Jales, no montante de € 8 159,51 com financiamento do Fundo Ambiental;
- Realização de investimentos no âmbito da prospeção e pesquisa de € 107 130,85;
- Realização de gastos relativos a intervenções no âmbito do Protocolo com o Fundo Ambiental, no montante de € 404 930,56;
- Recebimento do montante de € 4 193 731,81 do POSEUR, correspondente à comparticipação comunitária nos investimentos elegíveis dos projetos da concessão de recuperação ambiental;
- Pagamento à Caixa Geral de Aposentações do montante de € 136 806,69 relativo a pensões de ex-trabalhadores das extintas JEN e ENU.

Os documentos de prestação de contas do exercício, Balanço, Demonstração de Resultados, Fluxos de Caixa, Demonstração das Alterações do Capital Próprio e Anexo, evidenciam:

- Resultado líquido positivo de € 537 065,16;
- Trabalhos para a própria entidade no valor de € 955 461,04 relativo à componente interna dos projetos da área de recuperação ambiental, proteção e prospeção;

- Fornecimentos e Serviços Externos, no valor de € 572 001,78, em que se destacam as subcontas de trabalhos especializados (€ 115 797,28); vigilância e segurança (€ 114 330,40); de energia e fluidos (€ 76 538,92) de rendas e alugueres (€ 45 093,64), comunicação (€ 46 049,11) e de conservação e reparação (€ 15 857,61);
- Gastos com pessoal, no montante de € 1 090 116,58, repartido entre as remunerações e encargos dos membros dos órgãos sociais no montante de € 304 946,20 e as remunerações e encargos do pessoal no montante de € 785 170,38. Durante o ano verificaram-se 2 saídas, a que corresponderam 2 entradas por substituição, mantendo-se o número total de trabalhadores;
- Ganhos em subsidiárias de € 124 954,35 relativamente à empresa participada EDMI;
- Outros rendimentos no montante de € 1 234 048,89 que compreendem rendimentos suplementares de € 7 961,48, outros rendimentos e ganhos de € 1 160 840,63 no qual está incluído o montante de € 1 080 000,00 relativos à contabilização da remuneração do capital afeto à concessão que em 2011 passou a ser contabilizada nesta subconta por se considerar mais adequada à realidade da sua natureza de instrumento de financiamento da concessão da recuperação ambiental, tendo presente o enquadramento da remuneração bem como o SNC que entrou em vigor em janeiro de 2010, e outros rendimentos no montante de € 65 246,78;
- Outros Gastos no montante de € 51 820,16 dos quais € 5 218,01 relativos a impostos, e outros no montante de € 46 602,15 onde se incluem correções de períodos anteriores, quotizações, multas e penalidades e outros não especificados;
- Gastos de amortizações, no montante de € 49 721,12;
- Juros e rendimentos similares obtidos de € 3 936,13 relativos à especialização dos juros de uma aplicação financeira no IGCP feita em dezembro de 2022 com vencimento em janeiro de 2023 (347,20€) e uma segunda aplicação financeira também no IGCP no final de dezembro de 2023 (3 588,93€) e vencida no dia 2 de janeiro de 2024;
- Imposto sobre o rendimento do período no montante de € 97 158,61 relativo a IRC no montante de € 80 651,13, tributação autónoma de € 17 717,54 e a ajustamento do passivo por impostos diferidos de -€ 1 210,07;
- Ativo não corrente, no valor de € 10 093 849,60 no qual se incluem um crédito sobre a EDMI (€ 4 877 438,75), investimentos nos projetos de recuperação ambiental e de pesquisa e prospeção (€ 1 022 690,64) e clientes, no montante de € 1 549 800,00;
- Ativo corrente no montante de € 48 910 480,23, no qual se incluem disponibilidades € 27 609 499,06, inventários € 13 731 185,00, clientes € 796 820,45 e outros créditos a receber € 6 186 070,50;
- Passivo não corrente de € 1 125 872,05 no qual se incluem provisões no montante de € 992 957,28, dos quais € 912 957,28 relativas a encargos com pensões de ex-trabalhadores da extinta ENU e € 80 000,00 relativas a encargos resultantes de danos em áreas recuperadas;
- Passivo corrente de € 4 701 918,95, dos quais € 4 072 769,44 contabilizados em dívidas a pagar que se referem a adiantamentos recebidos para financiamento de investimentos a realizar no âmbito do Protocolo do Fundo Ambiental;
- O Ativo Líquido em 31 de dezembro de 2023 é de € 59 004 329,83 e o Capital Próprio de € 53 176 538,83.



5 Actividades Desenvolvidas

Com o aumento generalizado do preço das matérias-primas ocorrido no início do século XXI, deu-se uma reativação da atividade de prospeção e pesquisa (“EXPLORATION”) que tende a acompanhar os ciclos de evolução dos preços. Neste enquadramento foram prosseguidas em 2023 as ações de avaliação do potencial nacional para prospeção e pesquisa concentradas na lista de matérias-primas críticas e estratégicas (essenciais) para a União Europeia, que se traduz na disponibilidade de um portfólio de oportunidades que importa continuar a aprofundar numa lógica de promoção e atração do investimento internacional.

Em março de 2023, a Comissão Europeia disponibilizou o relatório COM (2023) 160 final com uma nova proposta de legislação e lista de matérias-primas críticas (MPC) da União Europeia, que tem como objetivo principal garantir o acesso da UE a um abastecimento seguro, diversificado, acessível e sustentável de matérias-primas críticas. Associado a este relatório é atualizada a lista europeia de MPC, sendo acrescentados à anterior lista de 30, o arsénio, feldspato, hélio e manganês (Tabela 5.1).

2023 Critical Raw Materials (<i>new CRMs in italics</i>)			
aluminium/bauxite	coking coal	lithium	phosphorus
antimony	<i>feldspar</i>	REE	scandium
<i>arsenic</i>	fluorspar	magnesium	silicon metal
baryte	gallium	<i>manganese</i>	strontium
beryllium	germanium	natural graphite	tantalum
bismuth	hafnium	niobium	titanium metal
boron/borate	<i>helium</i>	PGM	tungsten
cobalt	HREE	phosphate rock	vanadium
		<i>copper*</i>	<i>nickel*</i>

Tabela 5.1. Lista de matérias primas críticas para a União Europeia em 2023. A itálico as novas MPC que atualizam a lista.

Em 2023 a atividade da EDM no domínio dos recursos geológicos ficou marcada:

- Pelo desenvolvimento do projeto da Lagoa Salgada com a apresentação do Estudo de Viabilidade Económica e Financeira e a assinatura de memorando de cooperação com a Redcorp/Ascendant que prevê diversos considerandos e compromissos, de modo a operacionalizar todo o acompanhamento do projeto pelas duas partes, com o objetivo de seguir as melhores boas práticas sociais e ambientais, tornando o projeto da Lagoa Salgada uma referência internacional.
- Pelo Despacho nº 10736/2023 de 20 de outubro de 2023 que definiu a constituição do Grupo de Trabalho para a criação do Centro de Inovação para a Valorização do Lítio (GTCIVaL), onde a EDM participou entre outras Instituições como por exemplo o LNEG, a DGEG e a ADENE, e que teve como objetivo a elaboração do relatório do GTCIVaL apresentado à Secretária de Estado da Energia e Clima a 29 novembro de 2023. O Centro de Inovação para a Valorização do Lítio (CIVaL), no concelho de Boticas, visa promover a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação ao longo da cadeia de valor do lítio promovendo a contínua valorização do recurso de forma ambiental e socialmente sustentável e afirmando a liderança de Portugal neste domínio. A valorização deve assentar na materialização de benefícios para as comunidades locais e para a coesão e a competitividade dos territórios. O Centro será aberto a Centros de Investigação,



Instituições, Empresas ou associados institucionais que integrem ou pretendam integrar a cadeia de valor do lítio.

- Pelo início do desenvolvimento do projeto autónomo de Castelo Branco com o objetivo de formalizar um pedido para uma área de prospeção e pesquisa.
- Pela preparação da participação em projetos com potencial mineiro a formalizar, como é o caso de Jales-Gralheira, onde se preparou um conjunto de amostras para análise química multielementar de forma a valorizar o conhecimento existente sobre esta área com um potencial relevante de desenvolvimento futuro.
- Ações de promoção, imagem e inovação.

5.1.1 Prospeção e pesquisa

5.1.1.1 Avaliação contínua do potencial nacional para prospeção e pesquisa

Em 2023 as ações de avaliação do potencial nacional para prospeção e pesquisa tiveram em consideração a lista de matérias-primas críticas definidas pela União Europeia, e a avaliação contínua de um portfólio de oportunidades que importa continuar a aprofundar numa lógica de promoção e desenvolvimento do setor de recursos minerais em Portugal e a atração do investimento internacional.

Neste contexto, desenvolveram-se trabalhos preliminares com vista ao aprofundamento do conhecimento existente sobre determinadas oportunidades com vista ao desenvolvimento de futuros projetos de prospeção e pesquisa.

5.1.1.2 Desenvolvimento de Projetos Autónomos de prospeção e pesquisa

Castelo Branco

No âmbito da avaliação contínua do potencial nacional para prospeção e pesquisa, identificou-se a oportunidade de desenvolver um pedido de prospeção e pesquisa na área de Castelo Branco, que consiste numa área de interesse relativamente a mineralizações de ouro/prata, aparentemente relacionadas com a presença de sulfuretos em formações do complexo xisto-grauváquico. As mineralizações auríferas, associadas a depósitos aluvionares, foram exploradas maioritariamente durante a época romana na região. No entanto, pensa-se que a presença de ouro não se encontra restrita a este tipo de depósitos, podendo também estar associado a filões de origem epitermal, que por sua vez podem apresentar mineralizações cupríferas associadas, tal como indicado por alguns estudos efetuados. Paralelamente a presença de corpos granitóides pode ser o motor para a génese de mineralizações distintas na região, como por exemplo tungsténio e estanho, comprovado pelas antigas minas presentes no maciço granítico de Castelo Branco, entre outras (Gatas, Galdins). Existem ainda ocorrências minerais de chumbo na região.

Durante o ano de 2023 foram desenvolvidos trabalhos de compilação de dados e foi realizada uma campanha de amostragem de rocha (colheita de 23 amostras de formações do complexo xisto-grauváquico com sulfuretos disseminados) para análise química multielementar (elementos maiores, menores e traço, Au+Ag, REE, W, Sn, B e F).

Desta forma, a área de Castelo Branco apresenta potencial para um futuro pedido para trabalhos de prospeção e pesquisa a ser concretizado em 2024.

Em 2023, foram investidos 1655,36 euros.



Handwritten signature and initials in blue ink, including the letters 'A', 'B', and 'N'.

5.1.1.3 Participação em Projetos de Pesquisa e Prospecção em Consórcio

De forma complementar ao desenvolvimento de projetos autónomos de prospecção e pesquisa a estratégia da EDM passa também pelo estabelecimento de parcerias empresas nacionais ou internacionais em consórcios com vista ao desenvolvimento conjunto de projetos de prospecção e pesquisa, no sentido de alavancar financiamento necessário para maiores investimentos a realizar em projetos mais avançados, suportado simultaneamente numa partilha de risco inerente às atividades neste sector.

Neste enquadramento, em 2023 mantiveram-se os contratos de parceria em curso e desenvolveram-se um conjunto de ações com vista ao estabelecimento de futuras parcerias, em particular na Faixa Piritosa Ibérica, como se refere no respetivo ponto, mas que se poderão alargar a restantes áreas de interesse no País.

Faixa Piritosa Ibérica

A Faixa Piritosa Ibérica (FPI), que acolhe as minas de Aljustrel e Neves-Corvo nas quais a EDM teve participação histórica no seu desenvolvimento, caracteriza-se com uma das faixas metalogenéticas mais importantes do mundo, com enorme potencial para a ocorrência de depósitos minerais de cobre, zinco, chumbo, entre outros elementos. Nos últimos anos verificou-se grande dinamismo, quer na prospecção e pesquisa, quer na exploração de sulfuretos maciços, com várias empresas a demonstrar interesse. O aumento de procura registou-se quer na parte portuguesa quer na parte espanhola da Faixa Piritosa Ibérica.

Exemplo disso a descoberta em 2013 do jazigo de La Magdalena (> 50 Mt com 2.04% de Cu, 2.19% de Zn, 34 g/t de Ag em recursos), a cerca de 8 km para este da Mina de Águas Teñidas, detida pela MATSA, subsidiária do grupo Sandfire e o projeto de Rio Tinto, operado pela Atalaya Mining desde 2016 na zona da antiga mina (> 193Mt com 0.45% de Cu) que representam os desenvolvimentos mineiros mais recentes. Assinale-se ainda o desenvolvimento de outros grandes projetos em fase mais precoce, nomeadamente Sotiel, Los Frailes e Masa Valverde, assim como o projeto de Tharsis iniciado em 2020 pela empresa de capitais andaluzes, Tharsis Mining e detentora das minas de Tharsis e de La Zarza todos situados na Faixa Piritosa Ibérica (figura 5.2).



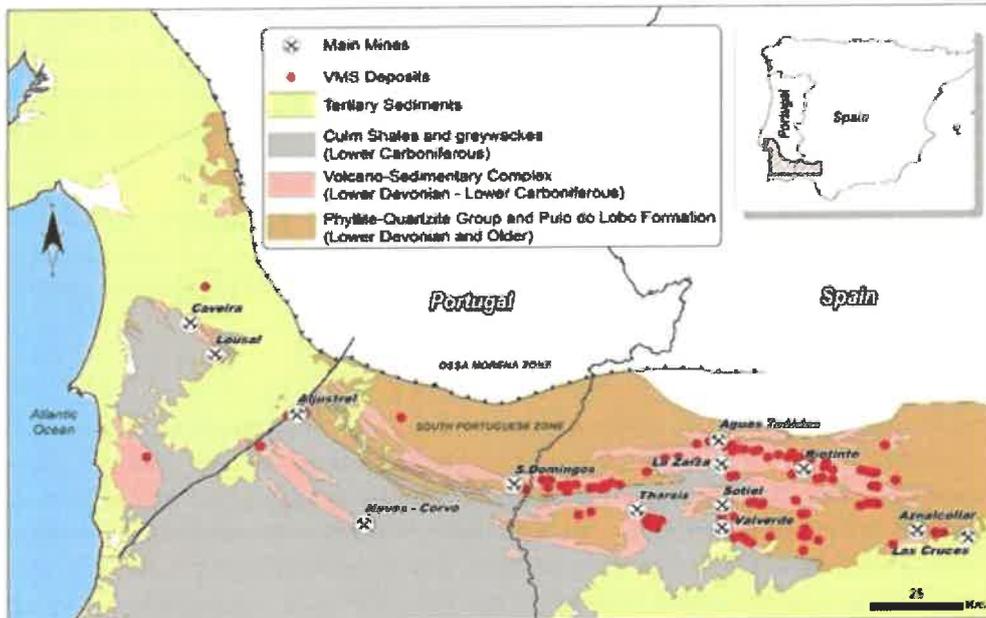


Figura 5.2. Localização da atividade mineira na Faixa Piritosa Ibérica

Além do Projeto da Lagoa Salgada, que se encontra em fase Concessão Mineira, e do Projeto de Rio de Moinhos, descrito no ponto seguinte, a EDM continuou a avaliar a oportunidade de estabelecer parcerias em outras áreas e projetos localizados nesta importante região.

Rio de Moinhos

No final de 2021 a EDM recebeu uma carta convite da empresa Goldplay Mining (atualmente EuroPacific), para realizar pedidos conjuntos de novas áreas de prospeção e pesquisa no território português. Após conversações entre as partes, foi elaborado um documento de termos e condições base de negócio jurídico com o propósito de pedido de PP da área de Rio de Moinhos (Aljustrel), onde a EDM participaria com 15% do consórcio e a Goldplay com 85%, esta última detentora dos direitos de PP da área de Rio de Moinhos. Foi elaborado e submetido em 2022 um pedido para atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais de cobre, chumbo, zinco e minerais associados numa área denominada Rio de Moinhos, situada no concelho de Aljustrel.

Durante o ano de 2023 não houve desenvolvimentos relativamente a este projeto por se encontrar a aguardar uma resposta por parte da DGEG relativamente ao pedido submetido.

Neste contexto não foram desenvolvidas quaisquer atividades em 2023 relativamente a este projeto, não tendo por isso sido investido qualquer montante.

Depósitos litíferos

Em 2023 concretizou-se o estabelecimento de um Acordo de Cooperação entre a EDM e a LPT – Lithium Portugal, Lda. com vista ao desenvolvimento de pedidos dos direitos de prospeção e pesquisa de seis áreas de lítio, relativamente aos quais se aguarda o respetivo lançamento por

parte do Governo Português. Neste âmbito a EDM faturou 45 mil euros em 2023 à LPT relativamente aos serviços prestados.

O acordo estabeleceu ainda os termos de colaboração futura, no caso de a LPT vir a obter os referidos direitos de prospeção e pesquisa.

No âmbito desta colaboração foram despendidos 634,98 euros.

5.1.2 Concessões de exploração de depósitos minerais

5.1.2.1 *Participação em projetos com potencial mineiro, já contratualizados*

Lagoa Salgada

A EDM estabeleceu uma parceria com a REDCORP/Ascendant Resources em setembro de 2013 no âmbito do projeto Lagoa Salgada, que se desenvolve numa área com cerca de 133 km² localizada nos concelhos de Grândola, Alcácer do Sal e Ferreira do Alentejo.

Este projeto visa valorizar o depósito de sulfuretos maciços que aí está reconhecido, bem como potenciar outros sectores da área que apresentam grande potencial para conter mineralizações. A EDM detém uma participação de 15% que não envolve a realização de investimento financeiro até à fase de Estudo de Viabilidade Económica e Financeira, pelo que assegura o acompanhamento técnico dos trabalhos realizados pelo parceiro.

Em 23/04/2019, após a elaboração de um estudo de pré-viabilidade económica, foi apresentado à DGEG um pedido de atribuição da concessão para exploração. Em 28 de outubro de 2021, a Redcorp e o Estado Português assinaram o contrato de concessão de exploração de depósitos minerais de cobre, chumbo, zinco e minerais associados, denominado Lagoa Salgada C-168, com período de vigência de 20 anos.

Em 2023 a Redcorp apresentou o Estudo de Viabilidade Económica e Financeira do Projeto da Lagoa Salgada e notificou a EDM para exercer o seu direito de opção na participação de 15% no projeto no prazo contratualizado de 120 dias. No decorrer da análise realizada e de outros desenvolvimentos, foi celebrado um aditamento que conferiu à EDM a extensão do prazo para exercer o seu direito de opção para 180 dias, até início de fevereiro de 2024 e posteriormente até setembro de 2024, dado o contexto político de eleições antecipadas.

Este contexto não comprometeu o desenvolvimento do projeto da Lagoa Salgada continuou a ser aprofundado, tendo sido realizado o Estudo de Impacte Ambiental, submetido às Autoridades, e um conjunto de ações com vista à atualização do Estudo de Viabilidade do projeto com vista a otimizar a solução proposta e a maximizar a viabilidade do Projeto.

Complementarmente foram realizadas sessões públicas de apresentação do projeto, decorrente das obrigações legais, com o envolvimento dos parceiros do projeto Lagoa Salgada, nas quais a EDM participou.

A 11 de dezembro de 2023, a Redcorp e a EDM consideraram oportuno redigir e celebrar um memorando de cooperação que prevê diversos considerandos e compromissos, de modo a reforçar e operacionalizar todo o acompanhamento e presença no projeto pelas duas partes,



com o objetivo de seguir as melhores boas práticas sociais e ambientais, tornando o projeto da Lagoa Salgada uma referência internacional.

Em 2023, foram investidos 100 947,38 euros.

5.1.2.2 Participação em projetos com potencial mineiro a formalizar

Gralheira

Durante o ano de 2023 não houve desenvolvimentos por parte do Estado Português relativamente ao previsto concurso público com vista à atribuição de direitos mineiros para a área de Jales/Gralheira, o que impediu a EDM de concretizar o projeto que tem vindo a ser programado desde 2017.

Sendo Jales/Gralheira um dos projetos mineiros com maior desenvolvimento e maturidade com potencial para entrar em fase de exploração no curto prazo, representa uma excelente oportunidade para, ao fim de um quarto de século, o País voltar a dispor de uma mina de ouro em produção. Isto representa algo que é ambicionado por toda a comunidade mineira em Portugal e dada a excelente informação de que a EDM dispõe decorrente de anteriores trabalhos em que esteve envolvida, pretende posicionar-se com o objetivo de se envolver neste processo, apesar de as respetivas condições do processo concursal ainda não serem conhecidas.

Desta condicionante, decorre que as condições de investimento ainda não são possíveis de estabelecer, embora a EDM admita como preferência a participação em consórcio, que pode ser definido antes ou após o concurso de atribuição, com um envolvimento da ordem dos 15%.

Em 2016 foi atribuída à EDM a responsabilidade de salvaguarda da informação relativa aos contratos CE-106 e MN/PP/032/12 denominados “Jales-Gralheira”, através do ofício enviado pela DGEG. Em 2022, foram resgatadas pela EDM as amostras destes projetos que se encontravam num armazém pertencente à empresa Almada Mining, S.A., parceira da EDM nos projetos.

Numa observação expedita, considera-se que as amostras se encontram em relativo bom estado de conservação e por isso a EDM solicitou a autorização à DGEG para efetuar a análise química das 1654 amostras que se encontram na posse da EDM, permitindo assim valorizar o trabalho realizado e o conhecimento geológico permitindo complementar a base de dados do depósito Jales-Gralheira.

O concurso público para análise química multielementar das amostras foi elaborado em 2023 e será lançado durante o ano de 2024.

Em 2023, foram investidos 977,72 euros.

5.1.3 Promoção e Desenvolvimento dos Recursos Geológicos

5.1.3.1 *Investigação nas áreas de P&P e do tratamento de minérios*

A EDM continuou a colaboração no âmbito do Projeto RAWMINA “*Integrated innovative pilot system for Critical Raw Materials recovery from mines wastes in a circular economy context*”, submetido ao Programa de investigação e inovação Horizonte H2020 da UE, coordenado pelo

Cuidamos do passado, desafiamos o futuro.
Taking care of the past, challenging the future.



Handwritten signature in blue ink.

LEITAT *Technological Center*, com duração de 42 meses (2021-2024). O objetivo principal do projeto consiste em desenvolver e demonstrar um sistema piloto inovador para a produção limpa e sustentável de matérias-primas críticas (*critical raw materials*) a partir de resíduos mineiros na União Europeia. A EDM proporcionará o acesso, caso seja requerido pelos parceiros do projeto, aos depósitos de resíduos mineiros em antigas minas que integram o seu plano de recuperação ambiental no âmbito da conceção atribuída.

A EDM esteve representada num dos dias do evento “*PROMETIA 10th Scientific Seminar*”, organizado pela associação internacional com o mesmo nome que visa a promoção da inovação no processamento mineral para atividade mineira e reciclagem de materiais raros, que decorreu de 28 a 30 de novembro, em Lisboa, com a apresentação intitulada “*The role of EDM in the environmental remediation of old mining areas*”.

5.1.3.2 *Dinamização e cooperação*

No âmbito da dinamização e cooperação a EDM dinamizou a criação de uma plataforma de comunicação e divulgação para o setor dos recursos geológicos, nomeadamente, os recursos minerais, que integra um vasto grupo de associações empresariais e de âmbito académico. Esta Plataforma de Comunicação, designada A MINERAL, foi oficialmente apresentada ao grande público em novembro de 2023, com a assinatura do Memorando de Entendimento pelos representantes de cada parceiro integrante.

Esta iniciativa visa proporcionar a divulgação da importância dos recursos minerais e o papel do setor, no desenvolvimento sustentável e no quotidiano da população, promovendo a educação e promoção destes recursos a nível nacional.

A MINERAL torna-se uma ponte de comunicação direta para a sociedade civil e comunidades locais, promovendo e divulgando de forma transparente a importância dos recursos, como estando na base de evolução moderna, respeitando a sustentabilidade ambiental.

Esta plataforma agrega então, representantes de toda a cadeia de valor, desde a fase de prospeção e pesquisa, até à transformação de produtos e subprodutos, gerando mais-valias para a sociedade, numa lógica de desenvolvimento económico e sustentável, transição energética e digital, mas também olhando ao processo de recuperação ambiental e equilíbrio entre os diferentes ecossistemas, num conceito de circularidade, no âmbito de justiça energética e climática.

A MINERAL não tem qualquer personalidade jurídica, sendo por isso uma plataforma de cooperação informal, constituída por uma rede de parceiros, sem quaisquer obrigações legais e

apenas baseada em princípios fundamentais e objetivos próprios para o seu funcionamento e ação conjunta.

Fazem parte da Plataforma Colaborativa, como parceiros fundadores as seguintes instituições:

ACPMR: Associação Cluster Portugal Mineral Resources, ANIET: Associação Nacional da Indústria Extrativa e Transformadora, APICER: Associação Portuguesa da Indústria Cerâmica, ASSIMAGRA: Associação Portuguesa da Indústria dos Recursos Geológicos, APG: Associação Portuguesa de Geólogos, EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A., LNEG: Laboratório Nacional de Energia e Geologia, OE: Ordem dos Engenheiros e SGP: Sociedade Geológica de Portugal.

Já dentro do âmbito do seu objetivo, contudo ainda antes da sua apresentação na Ordem dos Engenheiros, em Lisboa, a 23 de novembro, a qual contou com a participação da Secretária de Estado da Energia e Clima, a MINERAL, junto da EDM, bem como de outros parceiros, foi um dos co-responsáveis pela organização da Conferência “Matérias Primas Críticas na Era da Transição Climática”. O evento, realizado a 25 de outubro em Aljustrel foi o marco inicial para uma sequência de conversas e debates que se pretendem concretizar anualmente, moderadas também pela nova plataforma, e apelando a temas tanto necessários como disruptivos, dentro do setor dos recursos minerais. Em resultado, a conferência de Aljustrel, apresentou resultados muito positivos, através da participação de diversos agentes empresariais, institucionais e governativos, expondo diferentes olhares e perspetivas para o papel que as matérias e materiais, críticos (e não só), terão no futuro. Nomeadamente, no que diz respeito à transição climática, que se encontra inteiramente ligada à transição energética.

A DGEG – Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG) e a EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A. (EDM) celebraram, a 2 de janeiro de 2023, um Protocolo de Colaboração Institucional, com objetivo de prosseguir conjuntamente as atividades no domínio técnico, científico e operacional de interesse comum, considerando a natureza pública de ambas as instituições, as suas competências e as ações que têm vindo a realizar.

O Protocolo de Colaboração Institucional estabelecido, foi validado pelo Sr. Secretário de Estado do Ambiente e Energia, a 14 de dezembro, pelo ofício n.º 9814/2022, com base na informação n.º 30964/SG/SCP/UMC, de 9 de dezembro de 2022, da Secretaria-Geral do Ambiente.

Este protocolo visou reforçar a habitual cooperação entre as duas instituições, a qual tem vindo a ser formalizada através de protocolos e outras parcerias, com vista ao desenvolvimento de ações essenciais, em comum acordo, designadamente nas seguintes áreas:



- Cooperação, promoção, comunicação e imagem;
- Preservação e valorização do conhecimento, memória e identidade;
- Monitorização e conservação.

Em 2023, foram investidos 219 521,41 euros.

5.1.3.3 Ações de promoção, imagem e Inovação

Em março de 2023, a EDM participou no evento internacional de grande importância para a indústria mineira, o PDAC (Toronto, Canadá). Este evento é reconhecido internacionalmente como uma das maiores convenções mundiais de prospeção mineral e mineração que junta governos, empresas, prestadores de serviços e organizações ligadas a este setor de atividade. A presença da EDM neste evento demonstra a proatividade da empresa e de Portugal além-fronteiras onde as oportunidades de contatos com operadores do setor mineiro são enormes, promovendo o setor, assim como as suas atividades, quer de prospeção e pesquisa, quer de remediação ambiental, tendo como perspetiva a captação de novos investimentos para Portugal e parcerias para a EDM (Figura 5.3).



Figura 5.3. Stand da EDM no evento mineiro Prospectors & Developers Association of Canada (PDAC) 2023 em Toronto, Canadá, com a presença das equipas da EDM e DGEG, assim como da Secretária de Estado da Energia e Clima, Dr.^a Ana Fontoura Gouveia, e da sua assessora Dr.^a Ana Sousa.

Em 2023, foram investidos 24 870,97 euros.

5.1.3.4 Promoção de Património Geológico-Mineiro

No âmbito do Roteiro das Minas e Locais de Interesse Mineiro e Geológico de Portugal, e no quadro dos objetivos definidos – (1) contribuir para o desenvolvimento local apoiando iniciativas de salvaguarda e rentabilização do património mineiro; (2) promover o conhecimento científico sobre a atividade; e (3) melhorar a imagem da atividade mineira junto da sociedade em geral.

Cuidamos do passado, desafiamos o futuro.
Taking care of the past, challenging the future.



Em 2023, deu-se continuidade, às atividades das principais áreas de atuação com os 46 Parceiros e a Direção-Geral de Energia e Energia (DGEG), nomeadamente:

- **Plataforma informática:** Continuação da verificação e validação dos trabalhos informáticos realizados com vista à implementação da nova **plataforma web** do ROTEIRO, produção e gestão de conteúdos dos Parceiros, e migração de dados para esta nova plataforma internet que se integrou na DGEG;
- **Partilha entre Parceiros:** Deu-se continuidade ao trabalho de **dinamização da colaboração entre Parceiros**, nomeadamente na produção de eventos, troca de informação, materiais promocionais e conteúdos expositivos, ações de formação com vista ao trabalho em rede nos moldes definidos para o funcionamento mais eficiente e eficaz do ROTEIRO;
- **Encontro Anual de Parceiros 2023:** Decorreu nos dias 12 e 13 de outubro o **14º Encontro Anual de Parceiros** do Roteiro das Minas e Pontos de Interesse Mineiro e Geológico de Portugal, que contou com a participação ativa de cerca de uma centena de pessoas com origem nas diversas entidades parceiras deste projeto. A organização foi levada a cabo pela EDM em estreita colaboração com o Estrela Geopark, que contaram com o suporte da Câmara Municipal de Manteigas e da DGEG e o apoio de várias entidades locais.

O 14º Encontro teve como tema “O património geológico e a agenda 2030”. No encontro foram abordados e debatidos, nos vários painéis do encontro, temas como a Sustentabilidade e a cogestão do território, do ambiente à economia e a participação das comunidades locais.

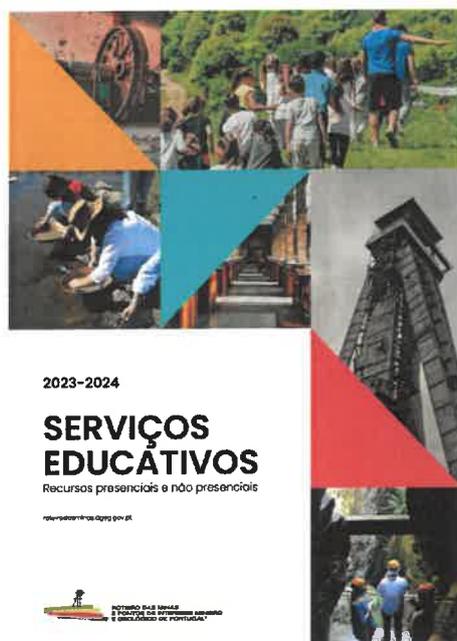
Foi ainda tema de debate o futuro do ROTEIRO e o modo de melhor responder às necessidades dos Parceiros;





14º Encontro Anual de Parceiros do Roteiro das Minas e Pontos de Interesse Mineiro e Geológico de Portugal

- Guia “**Serviços educativos e visitas escolares 2023-2024**”: Em estreita parceria com os Parceiros, foram produzidas as versões e-book e impressa do guia, onde se apresentam as inúmeras atividades desenhadas para o público escolar dos diversos níveis de ensino, relacionando os conteúdos das diferentes disciplinas de todos os níveis de ensino com os temas da geologia e minas. A sua divulgação junto dos estabelecimentos de ensino contou com o apoio da Direção-Geral de Educação do Ministério da Educação. Paralelamente, no decorrer do primeiro semestre do ano, foi assegurada a divulgação do guia referente ao ano letivo 2022-2023, essencialmente com sessões em escolas, onde se realçam pelo seu efeito multiplicador as realizadas junto das ESE’s (escolas superiores de educação) tendo como alvo os futuros professores;

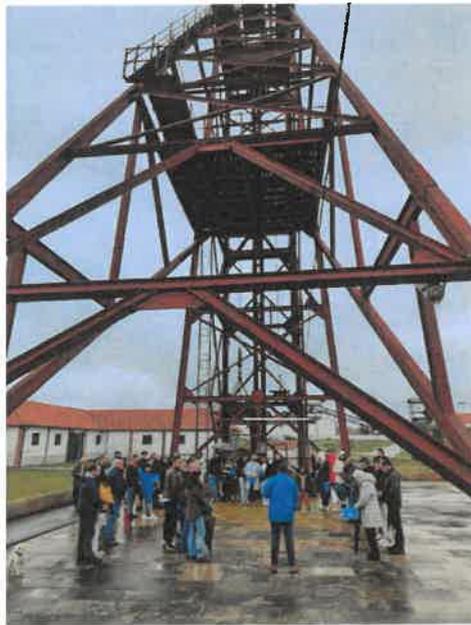


Guia "Serviços educativos e visitas escolares 2023-2024"

- **"Semana dos Parceiros 2023"**: Mais uma vez em colaboração com os Parceiros do ROTEIRO, foi organizada a **"Semana dos Parceiros 2023"**, onde os Parceiros da rede criaram um conjunto de iniciativas únicas, concentradas numa semana, para divulgação das suas atividades e do ROTEIRO como um todo. A EDM teve uma dupla participação no evento com a organização de uma atividade na Mina da Urgeiriça;



Handwritten blue ink marks, including a large '4' and a signature.



Semana dos Parceiros 2023, Complexo Mineiro da Urgeirica

- **Participações externas:** Ao longo de 2023 manteve-se a participação nos trabalhos do Grupo Dinamizador de Rede Portuguesa de Turismo Industrial (dinamizada pelo Turismo de Portugal, I.P.) e da *Red Iberica de Espacios Geomineros* (dinamizada por várias entidades espanholas), em representação dos Parceiros do ROTEIRO

Em 2023, foram investidos 101 853,20 euros.

5.2 No domínio ambiental

5.2.1 Concessão para a Recuperação Ambiental de Antigas Áreas Mineiras

Em 2023, a atuação da EDM no domínio ambiental desenvolveu-se principalmente no âmbito do contrato de concessão que tem com o Estado Português e por via do qual exerce, em exclusivo, o serviço público de recuperação ambiental das áreas mineiras abandonadas e degradadas.

As bases do contrato de concessão e a sua atividade foram estabelecidas pelo Decreto-Lei n.º 198-A/2001, de 6 de julho.

Nos termos expressos por este diploma legal, o foco desta atividade consiste em intervir nas áreas mineiras abandonadas, localizadas na zona de influência de antigas explorações mineiras desativadas, cujas empresas concessionárias não possam ser responsabilizadas pelas

Cuidamos do passado, desafiamos o futuro.
Taking care of the past, challenging the future.



consequências ambientais decorrentes daquela atividade, porque as respetivas concessões já reverteram para o Estado ou porque essas empresas se encontram dissolvidas por falência; bem como, intervir nas áreas objeto de exploração mineira iniciada antes da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 90/90, de 16 de março, e já desativadas até essa data, independentemente de atuais concessões de exploração para esse fim; e ainda, intervir em outras áreas de exploração mineira, designadamente as de minerais radioativos, relativamente às quais foi reconhecido o interesse público da intervenção do Estado, mediante despacho conjunto dos Ministros da Economia e do Ambiente e do Ordenamento do Território.

O contrato de concessão de recuperação ambiental de antigas áreas mineiras degradadas celebrado entre o Estado Português e a EDM veio a materializar-se através da aprovação da respetiva minuta pela resolução do conselho de ministros (RCM) n.º 93/2001, de 19 de julho (DR, I Série-B, n.º 184, de 9 de agosto de 2001) e, conseqüentemente, pelo respetivo contrato, o qual foi assinado em 5 de setembro de 2001, e, depois, as suas renovações, a primeira através de RCM n.º 62/2011, de 15 de dezembro (DR, 1ª série, n.º 244, de 22 de dezembro de 2011) e o respetivo contrato de 21 de agosto de 2012, e, a segunda renovação, através da RCM n.º 81/2015, de 10 de setembro (DR, 1ª série, n.º 184, de 21 de setembro de 2015) e da RCM n.º 26/2017, de 12 de janeiro (DR, 1ª série, n.º 23, de 1 de fevereiro de 2017), cuja adenda ao contrato foi assinada em 6 de junho de 2018.

Em 2023, foi publicada a Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2023, de 14 de julho que autoriza a renovação, por um novo período de oito anos, do contrato de concessão do exercício da atividade de recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas, celebrado entre o Estado Português e a EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S. A., reafirmando, assim, o interesse do governo Português no prosseguimento da recuperação ambiental das áreas mineiras abandonadas e degradadas.

A atividade da concessão, em 2023, deu continuidade à realização de projetos e obras de recuperação ambiental de zonas degradadas por antigas explorações mineiras abandonadas e aos trabalhos de monitorização ambiental dessas áreas mineiras, integradas em candidaturas submetidas ao Portugal 2020, a coberto do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência do Uso de Recursos (PO SEUR), integradas no Eixo Prioritário III – Proteger o Ambiente e Promover a Eficiência de Recursos.

Das dez candidaturas que foram submetidas no âmbito do 1º ao 4º Avisos-Convite do PO SEUR, foram concluídas em 2023 as últimas duas que ainda estavam em curso, dando-se assim por concluído o investimento realizado no âmbito do POSEUR/Portugal2020.



A comparticipação financeira de Fundo de Coesão inicialmente aprovada, destinada a cofinanciar 85% das despesas elegíveis, tem vindo a ser objeto de ajustamento, face à obtenção de decisão favorável da Comissão Diretiva do PO SEUR, aos pedidos de reprogramação temporal, física e financeira das candidaturas concluídas e em curso, totalizando, no final de 2023, o montante aprovado de Fundo de Coesão de € 35 671 839,33, conforme discriminado no quadro seguinte.

Designação	Concelho	Custo Total do Investimento	Contributo do Fundo de Coesão
1º Aviso de Abertura de Candidaturas n.º POSEUR-17-2015-26			
Recuperação Ambiental das Antigas Áreas Mineiras de Castelejo, Formiga, Vale de Videira, Vales e Póvoa de Cervães	Gouveia, Fornos de Algodres e Mangualde	3 790 908,20 €	2 854 798,32 €
Recuperação Ambiental da Antiga Área Mineira de S. Domingos - Fase 1	Mértola	3 924 469,41 €	3 027 066,40 €
Recuperação Ambiental da Antiga Área Mineira de Urgeiriça - Fase Final	Nelas	13 327 387,39 €	9 729 207,45 €
Sub-Total (1º Aviso)		21 042 765,00 €	15 611 072,17 €
2º Aviso de Abertura de Candidaturas n.º POSEUR-17-2016-66			
Recuperação Ambiental da Antiga Área Mineira de S. Domingos - Fase 2	Mértola	3 702 707,75 €	2 821 289,84 €
Recuperação Ambiental da Antiga Área Mineira de Mondego Sul	Tábua	3 465 201,99 €	2 614 818,14 €
Sub-Total (2º Aviso)		7 167 909,74 €	5 436 107,98 €
3º Aviso de Abertura de Candidaturas n.º POSEUR-17-2017-28			
Recuperação Ambiental da Área Mineira de Quinta do Bispo - Fase 1	Mangualde	4 201 778,80 €	3 519 595,96 €
Recuperação Ambiental na Área Mineira de Mortórios	Mêda	5 092 953,44 €	3 362 625,79 €
Recuperação Ambiental nas Áreas Mineiras de Ribeira do Bôco, Ficoto e Canto do Lagar	Gouveia e Nelas	3 752 485,40 €	2 787 955,87 €
Fase complementar de Descontaminação de Solos e Águas de Mina nas Antigas Áreas Mineiras dos Radioativos (Urgeiriça, Cunha Baixa, Bica, Vale d'Arca, Vale da Abrutiga, Prado Velho, Freixiosa e Castelejo)	Nelas, Mangualde, Sabugal, Tábua, Pinhel e Gouveia	1 726 551,61 €	1 212 568,87 €
Sub-Total (3º Aviso)		14 773 769,25 €	10 882 746,49 €
4º Aviso de Abertura de Candidaturas n.º POSEUR-17-2021-17			
Recuperação Ambiental nas áreas Mineiras de Ferreiros, Reboleiro, Barrôco do Ouro, A-do-Cavalo, Quinta das Seixas e Lenteiros	Trancoso	5 210 088,92 €	3 741 912,69 €
Sub-Total (4º Aviso)		5 210 088,92 €	3 741 912,69 €
TOTAL		48 194 532,91 €	35 671 839,33 €

Candidaturas concluídas no âmbito do 1º ao 4º Avisos-Convite do PO SEUR/Portugal 2020

Em termos de balanço geral, relativamente aos apoios comunitários, recorde-se que, desde o início da concessão em 2001 até ao final de 2023, foram aprovadas 60 candidaturas da EDM aos fundos estruturais, para investimento na reabilitação ambiental das antigas áreas mineiras, 29

das quais foram executadas no QCA III (PRIME, POE e POA), 21 no QREN (POVT, MaisCentro e ON.2-O Novo Norte) e 10 no Portugal 2020 (PO SEUR).

Durante o período da concessão foram ainda concretizados com fundos próprios dois relevantes projetos para o desenvolvimento e cumprimento dos objetivos da concessão, designadamente o “Estudo Base para a Reabilitação de Áreas Mineiras Degradadas” e a “Recuperação da Escombreira da Barragem Velha da Área Mineira da Urgeiriça”.

No quadro seguinte, resume-se a situação em final de 2023, integrando as candidaturas aprovadas no âmbito do 1º ao 4º Avisos-Convite do PO SEUR.

Áreas Mineiras	Inventário	Pós-Remediação	Implementação	Caracterização e Planeamento
Radioativos	62	52	1	9
Polimetálicos	137	63	1	73
TOTAL	199	115	2	82
		117		
		199		

Síntese das intervenções no final de 2023

5.2.1.1 Candidaturas Submetidas e Aprovadas pelo POSEUR/PT2020

Apresenta-se em seguida uma breve descrição do desenvolvimento dos projetos e obras de recuperação ambiental que decorreram durante o ano de 2023 e que permitiram a conclusão dos trabalhos previstos nas candidaturas ainda em curso.

5.2.1.1.1 Antigas Áreas Mineiras de Ribeira do Bôco, Picoto e Canto do Lagar

Durante o ano de 2023 permaneceu em curso a obra de remediação ambiental na área mineira do Picoto, a qual tinha sido suspensa devido à necessidade de solicitar autorização ao Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), Região Centro, para a autorização de abate de 124 sobreiros adultos e 24 sobreiros jovens, cuja necessidade se verificou imprescindível face à execução dos trabalhos na empreitada relativa a esta área mineira. Dirimidas as circunstâncias que originaram a suspensão da obra, a empreitada foi retomada em 03 de outubro de 2022, sendo concluída em 27 de abril de 2023.

Durante o ano de 2023, de entre o conjunto de trabalhos, foram realizados os seguintes:

A
B

- Escavação dos materiais de escombreira de minério, incluindo carregamento, transporte e depósito em aterro;
- Fornecimento e execução de trabalhos de alargamento de caminhos de obra para 5 metros de largura;
- Fornecimento, transporte, espalhamento e compactação de Terras de carácter Vegetal;
- Abertura de vala para construção de Sistema de Drenagem Periférica dos caminhos - SD3;
- Limpeza de ribeira;
- Fornecimento de caixa de ligação para construção de Sistema de Drenagem Periférica dos caminhos - SD3;
- Execução de levantamentos de radiometria de superfície e radiação externa;



Movimentação de terras, escavação dos materiais de escombreira de minério



Alargamento de caminhos e execução dos sistemas de drenagem



Espalhamento de terra vegetal



Integração paisagística final



Integração paisagística final

Em 2023 foram investidos 1 092 368,85 euros.

5.2.1.1.2 Antigas Áreas Mineiras de Ferreiros, Reboleiro, Barrôco do Ouro (S. Domingos), A-do-Cavalo, Quinta das Seixas e Lenteiros

Em 19 de outubro de 2022 foi assinado o auto de consignação da obra para a recuperação ambiental das áreas mineiras de Ferreiros, Reboleiro, Barrôco do Ouro (S. Domingos), A-do-Cavalo, Quinta das Seixas e Lenteiros.

Os trabalhos de remediação ambiental nestas seis antigas áreas mineiras tinham os seguintes objetivos principais:

- evitar a contaminação de massas de água de boa qualidade;
- recolher e tratar adequadamente os efluentes e reabilitar as vertentes hidrológica e ambiental na envolvente mineira;
- evitar a contaminação de solos;
- confinar os depósitos de minério pobre e de outros resíduos;
- garantir uma revegetação integrada no meio envolvente;
- minimizar os riscos e adotar de medidas de prevenção, designadamente vedar e sinalizar a área mineira;
- contribuir para a valorização ecológica e da biodiversidade da área de influência e contribuir para a sustentabilidade local.

Os trabalhos visavam, fundamentalmente, acondicionar numa modelação única, na área mineira de A-do-Cavalo, os materiais de escombreira que se encontram dispersos pelas áreas mineiras. Pretendia-se, igualmente, assegurar a monitorização ambiental nas fases de obra e pós-obra.

Ao nível do impacto radiológico, por si só já reduzido, os trabalhos propostos visaram a sua forte redução, mediante o acondicionamento ordenado dos depósitos expostos e o seu confinamento.

Durante o ano de 2023 foram realizados todos os trabalhos referentes a remoção, transporte e confinamento de solos contaminados, correspondentes saneamentos e consequentes trabalhos de recobrimentos e integração paisagística.

Foram igualmente desenvolvidos os trabalhos associados às redes de drenagem, vedações, acessos e segurança. O auto de receção provisória parcial foi celebrado a 2 de novembro de 2023. De forma complementar foram assegurados e realizados os diversos trabalhos de monitorização e controlo.



Aspetto inicial da antiga Área Mineira de A-do-Cavalo, pré intervenção



Fase final da modelação da célula de confinamento total na antiga Área Mineira de A-do-Cavalo



Processo de remoção e saneamento de solos e escombrelras (Barrôco do Ouro)

A handwritten signature in blue ink is located in the bottom right corner of the page. The signature is stylized and appears to be the name of the author or reviewer.



Colocação de camadas superiores de revestimento e confinamento (A-do-Cavalo)



Espalhamento de terras de suporte ao coberto vegetal com processo sequencial de integração paisagística



Integração paisagística das áreas de intervenção com a promoção da plantação de espécies arbustivas e arbóreas

Em 2023, foram investidos 4 095 320,08 euros.

5.2.2 Candidaturas a Submeter ao Portugal 2030 (PT2030)

O Plano de Atuação da EDM no PT2030 e os investimentos propostos assentam no pressuposto de que serão disponibilizadas as dotações financeiras necessárias para sua implementação, quer por parte do PT2030, quer na afetação dos encargos de exploração da atividade mineira em Portugal (*royalties*) para a Concessão para a recuperação ambiental, de forma a assegurar as verbas (consignadas) necessárias para a componente nacional e outras despesas da concessão não elegíveis no âmbito do Fundo de Coesão.

Considerando a aposta na gestão por região do Portugal 2030, apresenta-se de seguida a lista de intervenções que a EDM propõe submeter a candidatura no âmbito dos Programas Operacionais Regionais (POR) Norte, Centro, Alentejo e Algarve.

O planeamento da realização das intervenções de recuperação ambiental nas antigas áreas mineiras no âmbito do Portugal 2030, tem em consideração o Estudo de Hierarquização mas também um conjunto de outros critérios em consideração, nomeadamente: a existência e a maturidade dos próprios projetos e soluções de recuperação ambiental definidos para cada área; o interesse das entidades locais em assegurar a gestão e o uso dessas áreas pela população, após a sua recuperação ambiental; e, naturalmente, em resultado da análise custo-benefício, face à necessidade de otimizar os investimentos em função dos fundos disponíveis nos Programas Regionais para esta tipologia de intervenções.

5.2.2.1 Programa Operacional Regional do Norte (POR-Norte)

5.2.2.1.1 Fase Complementar de Recuperação Ambiental das Antigas Áreas Mineiras de Covas e Jales

A antiga área mineira de Covas localiza-se no concelho de Vila Nova de Cerveira, distrito de Viana do Castelo. A área mineira envolve igualmente outras antigas minas, como Fervença (céu aberto) e Cerdeirinha (céu aberto e subterrânea), no então designado “Couto Mineiro de Valdarcas nº 58”, numa área global de 427,35 ha, onde decorreu de forma regular entre 1952 e 1984 a exploração mineira.

A EDM realizou os principais trabalhos de recuperação ambiental no ano de 2007, que consistiram essencialmente na modelação e impermeabilização parcial das escombreyras E2 a E4 e E5 nas zonas ravinadas, com taludes adequados à estabilização de segurança e impacte visual pretendido e reforço com muros de proteção e drenagem de lixiviados, incluindo um pequeno sistema de tratamento passivo.



Após cerca de 10 anos decorridos sobre as principais intervenções, verifica-se a necessidade de proceder à implementação de medidas adicionais de controlo e separação entre águas pluviais e as escombreyas existentes, minimizando a geração de águas ácidas, mas também assegurar uma adequada recolha e tratamento passivo das águas contaminadas previamente à sua drenagem para a ribeira do Poço Negro e o rio Coura.



Precipitados de drenagem ácida de mina na antiga área mineira de Covas

O Couto Mineiro de Jales abarca diversos pontos de exploração aurífera, sendo o mais relevante a antiga Mina dos Mouros, vulgarmente conhecida como Mina de Jales, localizada junto à povoação de Campo de Jales, no concelho de Vila Pouca de Aguiar, distrito de Vila Real.

A reabilitação da mina de Jales foi executada em 2003 na que seria a 1ª obra de recuperação ambiental em Portugal, realizada pela EDM ao abrigo desta concessão. As intervenções incidiram sobre a escombreya e a água de mina que descarrega naturalmente na galeria do piso 2 junto à ribeira.

De forma a assegurar o tratamento das águas de mina que surgem naturalmente na galeria do piso 2 foi construído um sistema de tratamento passivo. Este sistema de tratamento passivo encontra-se, volvidos mais de 10 anos, no fim da sua vida útil e como tal, carece de ser alvo de intervenção de forma a assegurar a sua capacidade de tratamento.



Precipitados de drenagem ácida de mina na antiga área mineira de Jales

O projeto de execução da “Fase complementar de recuperação ambiental das antigas áreas mineiras de Jales e Covas” permitirá a execução de um conjunto de ações que promovem a continuação e salvaguarda do sucesso da operação de recuperação ambiental nestas antigas áreas mineiras e são indispensáveis para a prevalência dos níveis exigidos de proteção ambiental e de segurança das povoações envolventes.

Durante o ano de 2023 foi realizada a correta georreferenciação das áreas e de algumas infraestruturas existentes, com a execução de um Levantamento Topográfico do tipo Aerofotogramétrico, com extração da topografia à escala 1:500, com apoio topográfico criado a partir da Rede Geodésica Nacional e completado com levantamento topográfico a clássico sempre que necessário, onde a vegetação não seja absolutamente impeditiva do acesso a meios topográficos normais apeados, e ainda, a aquisição dos serviços de colheita, preparação e conservação de amostras de água e respetivas análises laboratoriais de parâmetros químicos e físico-químicos para monitorizar a qualidade de águas de mina, antes e após o seu tratamento em sistemas do tipo passivo, bem como a qualidade das águas superficiais antes e após a descarga destes efluentes de águas de mina tratados.

Iniciaram-se também os trabalhos de planeamento da candidatura a submeter ao POR-Norte no âmbito do PT2030, incluindo a preparação do procedimento de contratação pública para a empreitada de recuperação ambiental, com o objetivo de assegurar a necessária maturidade para a candidatura, logo que o respetivo Aviso-Convite seja aberto.

Em 2023, foram investidos 81 364,72 euros.

5.2.2.1.2 Remediação Ambiental da Antiga Área Mineira do Pintor

A antiga área mineira de Pintor localiza-se no concelho de Oliveira de Azeméis, distrito de Aveiro. A Concessão mineira estabeleceu-se entre 1897 e 1992 e a exploração (em lavra subterrânea) decorreu até 1958, numa área de 4 ha, onde se exploraram sulfuretos polimetálicos, nomeadamente volfrâmio (W), estanho (Sn) e arsénio (As).

Corresponde a uma antiga mina de sulfuretos polimetálicos (estanho, arsénio e volfrâmio), que se localiza nas imediações do “Grande filão metalífero da Beira”, grande estrutura de quartzo brechóide fortemente mineralizado em chumbo, zinco, prata, cobre e arsénio. A mineralização existente nesta mina era constituída essencialmente por uma brecha quartzosa com arsenopirite abundante e, em menor quantidade, por volframite, apresentando ainda, esporadicamente, minerais de estanho, cobre, chumbo e vestígios de ouro e prata. As instalações industriais remanescentes destinavam-se à recuperação do arsénio sob a forma de óxido.



Vista da área mineira do Pintor

A mina tem um poço de extração com cerca de 208 metros de profundidade, que funcionava com o guincho que movimentava o elevador, “jaula”, e uma saída de emergência a oeste da mina, junto ao Rio do Pintor, que servia igualmente de ventilação. Atualmente, a entrada do poço encontra-se selada com uma laje de betão, enquanto que a saída de emergência se encontra aberta da qual é drenada água de mina para a ribeira do Pintor.

As escombrelas situam-se a oeste da área mineira, constituindo uma vertente íngreme para a ribeira do Pintor. De notar que, decorrente dos trabalhos de regularização das áreas urbanas e dos taludes adjacentes, existiu a colocação de aterro com o recobrimento de parte da antiga escombrela no flanco poente da colina onde se desenvolve a área mineira

Atualmente, destaca-se o conjunto de chaminés, emblemáticas da atividade mineira, em razoáveis condições de conservação, embora com necessidade de avaliação da sua estabilidade e necessidade de preservação face ao interesse histórico, alguns edifícios em estado devoluto e, de forma dispersa, restos de betão e alvenarias resultantes da destruição dos antigos fornos.

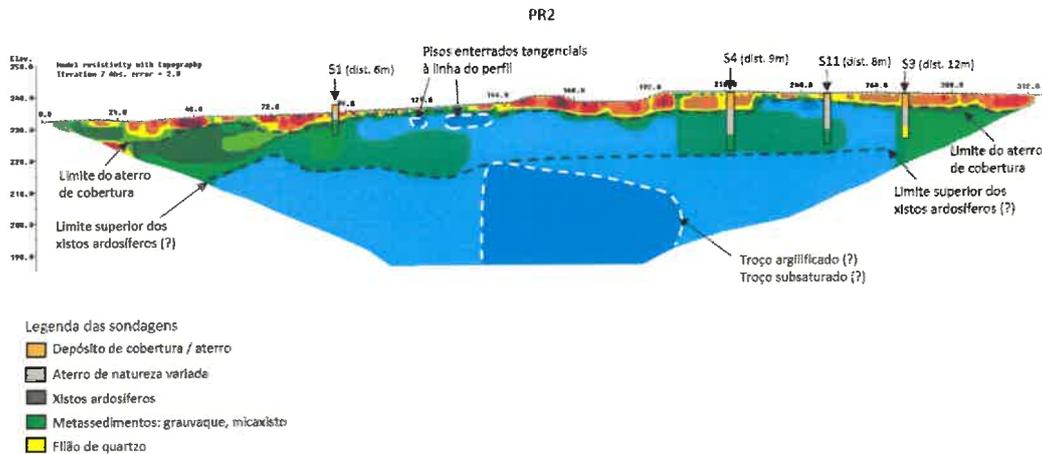
Durante o ano de 2023 foram realizados um conjunto de trabalhos de caracterização desta área mineira que, na generalidade, permitiram a correta delimitação, caracterização e quantificação dos materiais depositados nas escombrelas, assim como a avaliação do grau contaminação dos solos, aluviões e água da ribeira. De entre eles, consistiram:

- Na georreferenciação das áreas e infraestruturas existentes, com a execução de um Levantamento Topográfico do tipo Aerofotogramétrico, com extração da topografia à escala 1:500, com apoio topográfico criado a partir da Rede Geodésica Nacional e completado com levantamento topográfico a clássico sempre que necessário, onde a vegetação não seja absolutamente impeditiva do acesso a meios topográficos normais apeados;
- em prospeção geológica e geotécnica com a realização de sondagens a trado oco em solos e/ou rotopercussão, com recolha contínua de amostra, onde serão executados ensaios in-situ do tipo SPT (*Standard Penetration Test*) e colhidas amostras para posterior execução de ensaios de laboratório;



À esquerda, execução de sondagens geotécnicas; À direita, execução de poços de reconhecimento

- na realização de uma campanha de prospecção geofísica para levantamento dos perfis e aquisição de dados e a respetiva elaboração e entrega de relatório técnico, em suporte digital, que incluiu perfis 2D interpretativos relativos a cada um dos perfis executados;



Perfil de resistividade sísmica

- na realização de um conjunto de análises químicas multielementares e de ensaios geoquímicos, estáticos e dinâmicos e ensaios de extracções sequenciais. A caracterização química multielementar foi feita por ICP-OES de 33 elementos, das formas de enxofre, do carbono orgânico e do carbono inorgânico e a caracterização mineralógica por difratometria de raios-X. Os ensaios laboratoriais permitem determinar as características geoquímicas dos materiais através da sua capacidade para gerar drenagem ácida e a mobilização de metais e metaloides e podem ser ensaios estáticos, quando a determinação é realizada de forma independente da escala temporal, ou dinâmicos, quando os materiais são submetidos as condições de meteorização em condições controladas em laboratório;

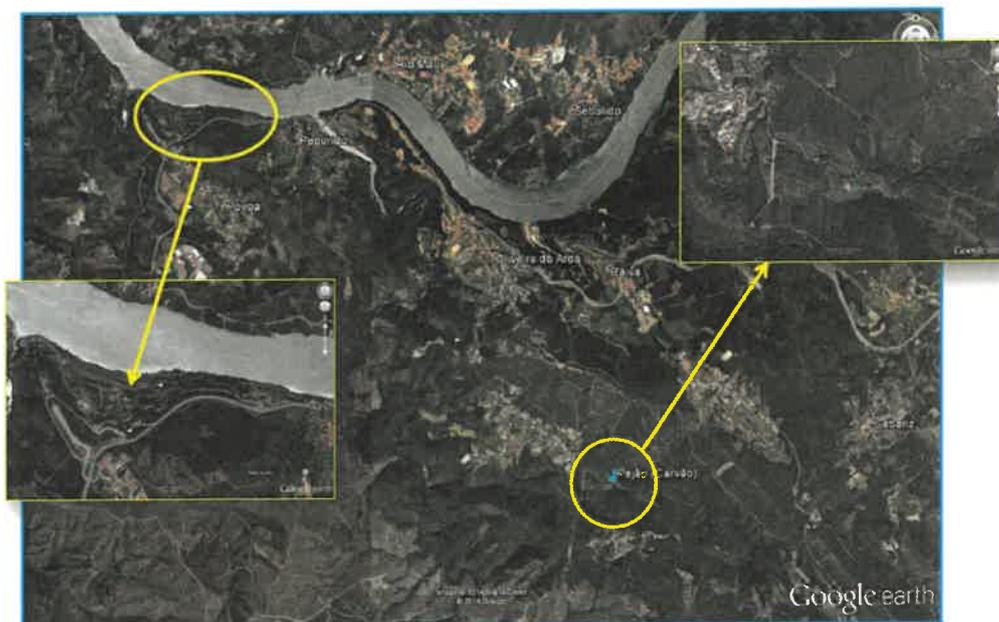
Handwritten signature and initials in blue ink.

- no início da elaboração do Projeto de Execução para a Empreitada de Remediação Ambiental da Área Mineira do Pintor, com o objetivo de definir as medidas de remediação ambiental necessárias para esta antiga área mineira, em conformidade com a experiência e os resultados obtidos em outras antigas áreas mineiras remediadas pela EDM e a aplicação das melhores soluções disponíveis. Este projeto terá continuidade em 2024.

Em 2023, foram investidos 59 219,63 euros.

5.2.2.1.3 Recuperação Ambiental do Pejão – Fase 1

O couro mineiro do Pejão inclui as minas do Pejão e de Germunde e localiza-se no concelho de Castelo de Paiva, distrito de Aveiro. A localidade de Raiva situa-se a cerca de 2 km a NE da mina do Pejão e a de Pedorido a 1 km para Leste da mina de Germunde. O início da exploração, na área de Germunde, deu-se por volta de 1900. Todavia, só a partir de 1942 é que a exploração começou sem interrupção até ao seu fecho.



Foate: Google Earth

Localização da área mineira de Pejão (Germunde)

A Mina de Germunde era servida por 3 poços verticais: um poço de serviço (chamado Poço dos Materiais ou Poço de Germunde I), um poço de extração (chamado Poço de Germunde II) a NW e um poço de ventilação (Poço da Serrinha) a SE.

B

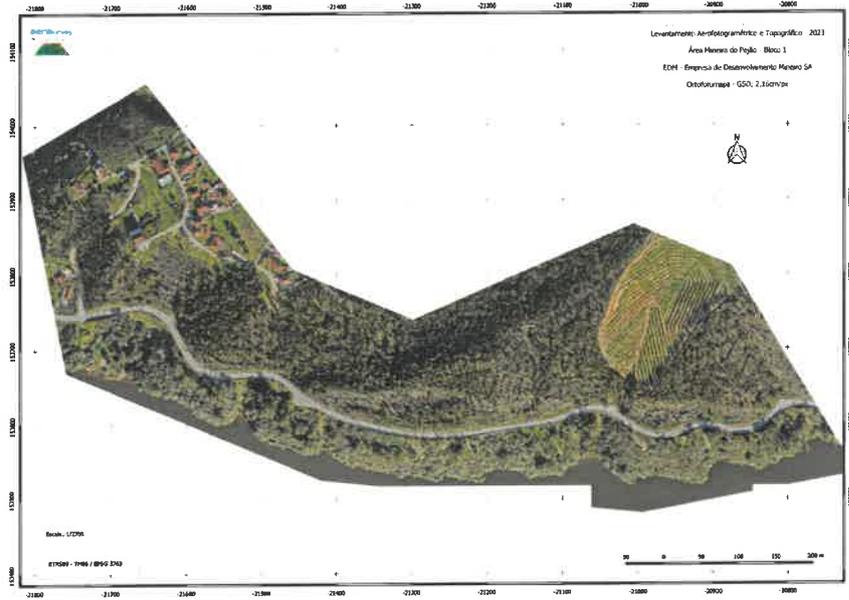
As medidas de realização consistem em ações que vão promover, na sua essência, a recuperação ambiental e paisagística dos pontos abandonados pela antiga exploração mineira, ou seja, medidas que permitam assegurar a requalificação das áreas afetadas e das demais áreas com depósitos de materiais carboníferos de forma a evitar a ocorrência ou aparecimento de focos de instabilidade, degradação ou que promovam riscos para o meio ambiente e para as pessoas.

Face à extensão e complexidade desta antiga área mineira é necessário proceder a uma intervenção faseada, prevendo-se a implementação da Fase 1, de descontaminação e recuperação do Poço de Germunde I e o confinamento das escombrelas adjacentes de forma a promover a estabilização, recuperação e valorização do património histórico mineiro e o melhoramento das condições ambientais nesta área do complexo mineiro de Pejão-Germunde.

Durante o ano de 2023 foram contratualizadas e iniciadas 4 ações no âmbito desta candidatura, nomeadamente:

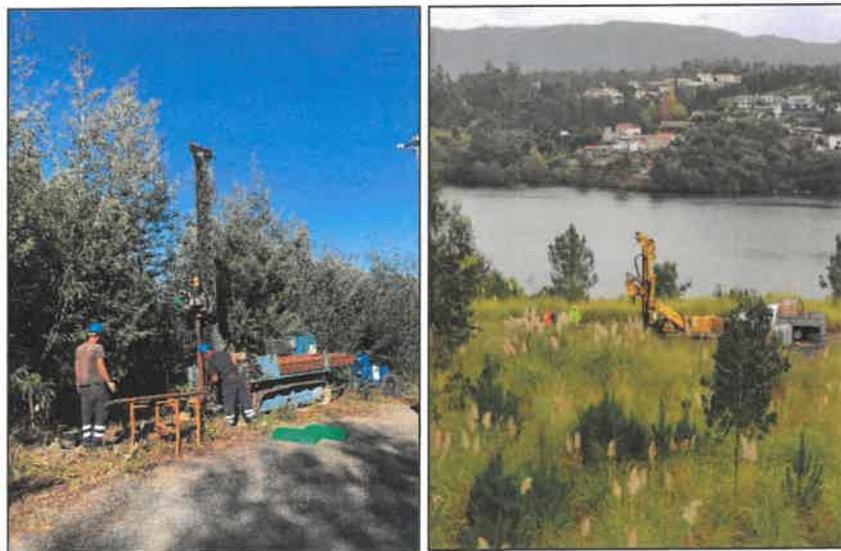
- Projeto de Execução para a Empreitada de Descontaminação e Recuperação do Poço de Germunde I e escombrelas adjacentes, que procura, no seu objetivo principal, a materialização concetual e dimensional de uma solução técnica elegível que promova uma eficiente estabilização, recuperação e valorização do património histórico mineiro e o melhoramento das condições ambientais (em curso).
- Elaboração do Estudo Estratégico de Descontaminação e Reabilitação da zona industrial de Germunde da área mineira do Pejão/Germunde, que visa estabelecer a priorização das medidas de intervenção de descontaminação e reabilitação dos espaços inseridos na área de estudo, definir processos, ocupações e usos que se adequem às limitações e constrangimentos que melhor promovam o sucesso da remediação ambiental da área mineira. Desta forma, pretende-se progredir no sentido de uma capaz ocupação e valorização territorial tendo em consideração a eliminação de quaisquer fatores de risco atualmente verificados e promovendo uma eficiente estabilização, recuperação e valorização do património histórico mineiro e o melhoramento das condições ambientais (em curso).
- Levantamento Topográfico da totalidade da área mineira do Pejão/Germunde, promovendo a execução de um Levantamento Topográfico do tipo Aerofotogramétrico, com extração da topografia à escala 1:500, com apoio topográfico criado a partir da Rede Geodésica Nacional e completado com levantamento topográfico a clássico sempre que necessário (concluído).





• *Ortofotomapa do levantamento topográfico da área mineira de Pejão (Germunde) – Bloco 1*

- **Prospecção Geológica e Geotécnica no Poço de Germunde I (Pejão) e escombrelas adjacentes, consistindo na prospecção geológica e geotécnica com a realização de sondagens a trado oco em solos e/ou rotopercussão, com recolha contínua de amostra, onde serão executados ensaios in-situ do tipo SPT (*Standard Penetration Test*) e colhidas amostras para posterior execução de ensaios de laboratório (concluído).**



Aspetto dos equipamentos de furação utilizados na campanha de prospecção geológica e geotécnica realizada na área mineira de Pejão (Germunde).

Em 2023, foram investidos 61 212,21 euros.

5.2.2.2 *Programa Operacional Regional do Centro (POR-Centro)*

5.2.2.2.1 *Remediação Ambiental da Antiga Área Mineira de Maria Dónis, Ervideira, Mestras e Senhora das Fontes (fase complementar)*

As antigas áreas mineiras de Maria Dónis, Ervideira e Mestras localizam-se no concelho de Aguiar da Beira, distrito da Guarda e a antiga área mineira de Senhora das Fontes localiza-se no concelho de Pinhel, distrito da Guarda.

A antiga área mineira de Maria Dónis iniciou a exploração em 1988 e a exploração decorreu até 1989. Numa área de 5,5 hectares, exploraram-se minérios radioativos nomeadamente urânio, tendo a exploração sido feita em lavra a céu aberto. A antiga área mineira de Mestras foi explorada entre 1919 e 1924 e entre 1955 e 1958. Numa área de 3 hectares exploraram-se minérios radioativos, nomeadamente rádio e urânio, tendo a exploração sido feita em lavra subterrânea.



Fotografia da corta da antiga área mineira de Maria Dónis, cheia de vegetação arbórea.

A antiga área mineira de Ervideira foi explorada entre 1919 e 1920 e posteriormente em 1955. Numa área de 0,5 hectares explorou-se minérios radioativos, nomeadamente rádio e urânio, tendo a exploração sido feita em lavra subterrânea. A antiga área mineira do Carril foi explorada

entre 1954 e 1958 para extração de urânio, numa área de 0,4 hectares, tendo a exploração sido feita a céu aberto.

A antiga área mineira de Senhora das Fontes foi explorada entre 1967 e 1982 numa área de 15 hectares, tanto a céu aberto como em lavra subterrânea para extração de minérios radioativos, nomeadamente urânio.

Foi alvo de remediação ambiental, com término em fevereiro de 2011 que, na generalidade, consistiu na remediação e confinamento da totalidade dos materiais acumulados em escombreciras e depósitos e nas estruturas de apoio mineiro, bem como a sua integração paisagística, após a modelação final do terreno.

Com o passar dos anos da intervenção realizada, têm-se verificado algumas patologias que necessitam de ser corrigidas, e enquadradas nesta nova candidatura, nomeadamente escorregamento dos solos de cobertura das telas da célula de confinamento, nos taludes que contornam o sector norte e noroeste desta célula, numa extensão aproximada de 200 m. Este facto colocou a descoberto as referidas telas bem como danificou todo o sistema de drenagem instalado neste local, entre outros aspetos que carecem de melhoria.



Sector norte e noroeste da célula de confinamento da área mineira de Senhora das Fontes



Pormenor do escorregamento dos terrenos de coberturas da célula de confinamento da área mineira de Senhora das Fontes

Os trabalhos de recuperação ambiental a realizar nestas antigas áreas mineiras incluem a remoção e confinamento de escombrelas, saneamento de solos contaminados e o preenchimento de cortas existentes.

Serão ainda realizados trabalhos complementares de remediação da antiga escombrela de Senhora das Fontes de forma a assegurar a melhoria da estabilidade geotécnica da escombrela existente e salvaguardar o confinamento dos materiais radioativos aí depositados, assegurando a proteção do ambiente e da população envolvente.

Com vista ao desenvolvimento destes trabalhos, durante o ano de 2023 foi efetuada a correta georreferenciação das áreas e de algumas infraestruturas existentes, através de um Levantamento Topográfico do tipo Aerofotogramétrico, com extração da topografia à escala 1:500, com apoio topográfico criado a partir da Rede Geodésica Nacional e completado com levantamento topográfico a clássico sempre que necessário, onde a vegetação não seja absolutamente impeditiva do acesso a meios topográficos normais apeados.

No final do ano de 2023 iniciou-se o procedimento de Levantamento Cadastral das áreas mineiras de Maria Dónis, Ervideira e Mestras por se considerar necessário aferir o cadastro nestas áreas mineiras de forma a, posteriormente, obter autorização ou posse dos terrenos

necessários para a realização da empreitada de Remediação Ambiental. Este procedimento encontra-se em curso.

Em 2023, foram investidos 12 791,13 euros.

5.2.2.2.2 Remediação Ambiental da Antiga Área Mineira de Pinhal do Souto

A antiga área mineira de Maria Pinhal do Souto localiza-se no concelho de Mangualde, na freguesia de Chãs de Tavares. A Concessão estabeleceu-se em 1921 e a Exploração entre 1975(78) e 1989. Numa Área de 2,5 ha, exploraram-se minérios radioativos, nomeadamente urânio (U). A exploração foi feita em lavra subterrânea.

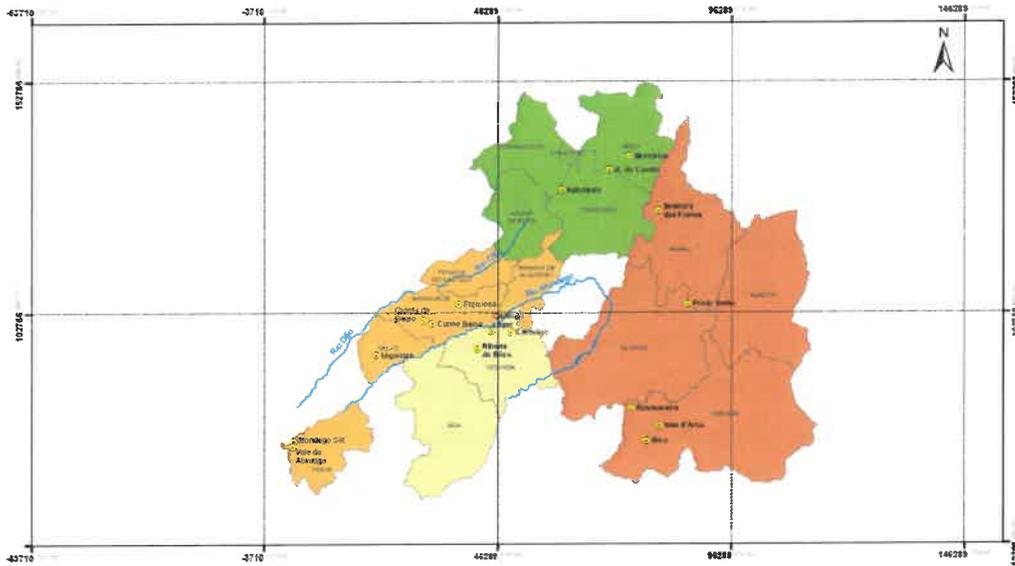
Os trabalhos de remediação ambiental a realizar na área mineira têm como objetivo assegurar o confinamento dos materiais das escombreyras existentes, a resolução do abatimento verificado junto à antiga galeria e assegurar o cumprimento dos objetivos de proteção radiológica do público e do ambiente.

No entanto, tendo em consideração a caracterização desta antiga área mineira e a sua localização aproximada da antiga área da Quinta do Bispo, considerou-se no desenvolvimento do Plano de Atuação 2030, a intervenção integrada destas áreas mineiras de forma a otimizar técnica e financeira o cumprimento dos objetivos previstos.

5.2.2.2.3 Intervenção complementar de construção de sistemas de gestão e tratamento de águas, solos e lamas contaminadas nas áreas mineiras dos radioativos

No âmbito do acompanhamento das antigas áreas mineiras dos radioativos já remediadas verificou-se a necessidade de proceder à realização de uma intervenção complementar de recuperação dos sistemas de descontaminação de águas de mina em 8 das áreas mineiras, designadamente, Urgeiriça (Barragem Nova e Poço 4), Cunha Baixa, Quinta do Bispo, Bica, Prado Velho, Freixiosa, Vale d'Arca e Vale da Abrutiga.





Localização das antigas áreas mineiras de radioativos

Estes sistemas têm como objetivo assegurar o tratamento das águas contaminadas que persistem nas antigas áreas mineiras após a conclusão das intervenções base de remediação ambiental e fazem parte integral da solução de remediação, de forma a assegurar no longo prazo da qualidade das águas subterrâneas, superficiais e dos solos na envolvente das áreas mineiras e garantir a proteção do ambiente e da população.

Com a conclusão das intervenções de remediação ambiental destas antigas áreas mineiras, que incidiram na descontaminação dos solos e na construção de sistemas complementares para promover o tratamento de águas de mina, cuja operação prosseguirá muito para além da remediação genérica das área mineiras, tornou se evidente, até pela evolução do conhecimento e com a experiência adquirida ao longo dos últimos 20 anos de atividade, e da evolução da legislação vigente, que existe necessidade de atuar em duas vertentes significativas de atualização e melhoramento das condições e soluções de tratamento e complementar todos os sistemas com estruturas mais eficientes de gestão dos rejeitados, que permitam efetuar um correto enquadramento das obrigações legais promovidas pela legislação ao longo dos últimos anos em que a concessão esteve em pleno desenvolvimento.

Pretende-se desta forma, por um lado, construir um conjunto de estruturas e a instalação de equipamentos mais modernos e com melhor eficiência técnica cujo principal objetivo passa pela materialização concetual e dimensional, que promova uma eficiente regularização e gestão de caudais e volumes gerados pré e pós tratamento, e por outra, capacitar as estruturas e soluções

existentes já implementadas, de condições que promovam o prolongamento da sua vida útil de funcionamento e, conseqüentemente, salvaguardar a manutenção dos parâmetros de qualidade das soluções de remediação desenvolvidas.

Estas novas estruturas e equipamentos visam assegurar e otimizar as atividades de remediação ambiental já realizadas nestas antigas áreas mineiras, que promoveram ações de confinamento e selagem dos antigos resíduos mineiros, a reabilitação dos solos e ecossistemas afetados pela exploração e abandono da atividade mineira e a adequada integração paisagística, em condições de estabilidade que se pretendem ser de longo prazo, e a minimização de fatores de risco para a população e ambiente, aplicando as melhores soluções do ponto de vista técnico, ambiental e económico.

Estas são intervenções indispensáveis de forma recuperar os sistemas de descontaminação de água solos e das quais resulta a necessidade de proceder a melhoria das soluções de remoção, desidratação e armazenamento das lamas e sedimentos contaminados até à sua deposição final.

Complementarmente, prevê-se a reposição dos meios filtrantes e a melhoria das condições de funcionamento dos sistemas de forma a aumentar a sua resiliência a fenómenos climáticos extremos e assim melhorar a proteção ambiental na envolvente das antigas áreas mineiras dos radioativos.

Fica desta forma demonstrada a intencionalidade e complementaridade atribuída a estes novos trabalhos que visam assegurar e otimizar as atividades de remediação ambiental já realizadas nestas antigas áreas mineiras, que promoveram ações de confinamento e selagem dos antigos resíduos mineiros, a reabilitação dos solos e ecossistemas afetados pela exploração e abandono da atividade mineira e a adequada integração paisagística, em condições de estabilidade que se pretendem ser de longo prazo, com a inexistência de fatores de risco que constituam ameaças para a saúde e segurança pública, aplicando as melhores soluções do ponto de vista técnico, ambiental e económico.

Durante o ano de 2023 foram desenvolvidas atividades internas de diagnóstico e identificação das situações existentes nas áreas mineiras identificadas com vista ao planeamento das ações necessárias para o cumprimento dos objetivos definidos nas várias áreas mineiras que serão materializadas em 2024.

Em 2023, foram investidos 892,27 euros.



5.2.2.3 Programa Operacional Regional do Alentejo (POR-Alentejo)

5.2.2.3.1 Fase Complementar de Recuperação Ambiental das Antigas Áreas Mineiras de Aljustrel e Lousal

A antiga área mineira de Aljustrel ou, mais apropriadamente, o “Complexo Mineiro de Aljustrel”, localiza-se na vila de Aljustrel, distrito de Beja. A exploração nesta área mineira resultou num conjunto de impactes ambientais muito significativos devido à existência de escombreiras piritosas de grandes dimensões e a conseqüente geração de águas ácidas com elevada carga em metais pesados.



Fotografia aerea da antiga área mineira de Aljustrel, lagoas de decantação e evaporação

O complexo mineiro do Lousal localiza-se no concelho de Grândola, distrito de Setúbal. Trata-se duma área mineira de grande extensão, que apresentava um importante impacte no meio hídrico e ambiental.



Lagoas do sistema de tratamento passivo de águas ácidas na área mineira de Lousal

De forma a recuperar ambientalmente estas antigas áreas mineiras degradadas, foram realizadas um conjunto de obras cujos principais objetivos eram minimizar a formação de águas ácidas e de solos contaminados, além de contemplar também os problemas de segurança, os impactes na qualidade do ar e o património arqueológico e mineiro classificado, assim como os aspetos da paisagem e fauna locais, de forma a requalificar as áreas afetadas, tendo-se em conta possíveis usos futuros.

Devido à elevada complexidade destas situações onde os passivos ambientais resultantes da exploração mineira existem há várias décadas, impõe-se complementar e melhorar as soluções já implementadas, não só permitindo assim a mitigação de novas situações como também a correção e melhoria dos sistemas hidrológicos e ambientais nas áreas mineiras de Aljustrel e Lousal, assegurando desta forma uma redução dos impactes ambientais que ainda se verificam. Assim, será possível complementar e promover uma maior eficácia cumulativa das medidas previstas com trabalhos anteriores de recuperação ambiental. A filosofia orientadora desta fase complementar é privilegiar a redução do volume de lixiviados produzidos, o desvio e controlo das águas limpas, através do máximo confinamento e controlo dos focos de poluição, e assim procurar diminuir a geração de águas ácidas e otimizar o tratamento dos lixiviados.

Durante o ano de 2023 a EDM realizou um conjunto de trabalhos de caracterização complementar com vista a desenvolver a solução mais adequada para a remediação ambiental complementar destas áreas.

Handwritten signature in blue ink.

Deste conjunto de trabalhos foram realizados os seguintes:

- georreferenciação correta das áreas e de algumas infraestruturas existentes, com a execução de um Levantamento Topográfico do tipo Aerofotogramétrico, com extração da topografia à escala 1:500, com apoio topográfico criado a partir da Rede Geodésica Nacional e completado com levantamento topográfico a clássico sempre que necessário, onde a vegetação não seja absolutamente impeditiva do acesso a meios topográficos normais apeados;
- prospeção geológica e geotécnica na área mineira de Aljustrel, com a realização de sondagens à rotação, carotadas, com recolha contínua de amostra e execução de ensaios *in-situ* do tipo SPT (*Standard Penetration Test*), ensaios de permeabilidade do tipo *Lugeon* e ensaios *Lefranc*, bem como a instalação de piezómetros para monitorização das condições de escoamento e qualidade das águas subterrâneas;



Obturador simples usado para isolamento da câmara de teste e pormenor do contador e manómetro de pressão



À esquerda, amostras acondicionadas em vácuo; À direita maciço de proteção

- implementação do plano de controlo e monitorização do meio hídrico nas áreas mineiras de Aljustrel e do Lousal, no período temporal de 2023 a 2025. As campanhas de monitorização foram iniciadas em 2023 e têm periodicidade semestral. Os trabalhos incluem a colheita, preparação e conservação de amostras de água e respetivas análises laboratoriais de parâmetros químicos e físico-químicos e o registo de caudais nas águas superficiais e da profundidade ao nível de água nas águas subterrâneas. Face às especificidades dos trabalhos em causa os serviços de análises laboratoriais e colheita de amostras são efetuados por entidade acreditada pelo Instituto Português de Acreditação (IPAC) de acordo com o referencial normativo ISO/IEC 17025 para ensaios laboratoriais.
- elaboração de ensaios de caracterização geoquímica e mineralógica em amostras de escombrelas da antiga área mineira de Aljustrel e a determinação da composição química dos lixiviados gerados por estas amostras e do seu potencial de produção de águas ácidas, de forma a posteriormente classificar estes materiais de acordo com este potencial, para apoio nas soluções complementares de recuperação ambiental a definir.
- reformulação do projeto de execução existente, com a integração dos trabalhos de caracterização complementares agora efetuados, atendendo ainda às alterações normativas que regulam a execução dos projetos de execução, designadamente quanto ao conteúdo obrigatório do Projeto de Execução, bem como os procedimentos e normas a adotar na elaboração e faseamento de projetos de obras públicas, designados «Instruções para a elaboração de projetos de obras», e a classificação de obras por categorias que, por conseguinte, justificou, igualmente, a necessidade de adaptar este Projeto de Execução a este ato emitido pelo poder administrativo em conformidade com a Portaria nº 255/2023, de 7 de agosto. Estes trabalhos decorrem ainda em 2024.



Recolha de amostra na lagoa de águas ácidas na área mineira de Lousal, dezembro de 2023

Em 2023, foram investidos 169 370,58 euros.

Cuidamos do passado, desafiamos o futuro.
Taking care of the past, challenging the future.



Handwritten signature or initials in blue ink.

5.2.2.4 Programa Operacional Regional do Algarve (POR – Algarve)

5.2.2.4.1 Recuperação Ambiental das Antigas Áreas Mineiras do Algarve

No âmbito do POR-Algarve encontra-se previsto uma dotação financeira que permite a recuperação ambiental das antigas áreas mineiras inventariadas na região do Algarve, ainda não remediadas.

Neste contexto, em 2023, procedeu-se ao desenvolvimento dos trabalhos preliminares de caracterização destas antigas áreas mineiras, com vista à melhor identificação das necessidades de caracterização detalhada e de intervenção em cada uma das antigas áreas mineiras apresentadas nos parágrafos seguintes.

A antiga área mineira de Carrapateira (Bordeira) localiza-se no concelho de Aljezur, freguesia da Bordeira, com cerca de 1 ha de área territorial, onde foram explorados Sulfuretos Polimetálicos, nomeadamente manganês (Mn). A exploração foi elaborada em lavra subterrânea e a céu aberto, tendo o minério sido alvo de tratamentos físicos e químicos no local. Pretende-se caracterizar e avaliar os impactes ambientais no solo e águas da antiga área mineira, para intervenção nas escombrelas e cortas existentes.

As antigas áreas mineiras de Margalhos, Cerro da Amendoeirinha e Cerro do Penedo (contíguas) localizam-se no concelho de Aljezur, freguesia de Aljezur. Numa área concessionada que ocupa cerca de 100 ha no território, onde foram explorados Sulfuretos Polimetálicos, nomeadamente cobre (Cu). A exploração foi feita através de lavra subterrânea, tendo o minério sido alvo de tratamento físico no local. Pretende-se caracterizar e avaliar os impactes ambientais no solo e águas da antiga área mineira, para intervenção nas escombrelas existentes.



Localização da área mineira de Cerro da Amendoeirinha

A antiga área mineira de Corte do Sobro (Cerro do Rocio) localiza-se no concelho de Aljezur, freguesia de Aljezur, com uma área concessionada de cerca de 50 ha, onde foram explorados Sulfuretos Polimetálicos, nomeadamente ferro (Fe). A exploração foi elaborada em lavra subterrânea, tendo o minério sido alvo de tratamento físico e químico no local. Pretende-se caracterizar e avaliar os impactes ambientais no solo e proceder às ações de remediação necessárias.

As acessibilidades a estas áreas mineiras são difíceis, em terra batida, com pisos irregulares e inclinações íngremes. Na sua generalidade, encontram-se com muita vegetação o que não permite uma boa observação de eventuais estruturas mineiras que possam existir o que, consequentemente, inviabiliza uma boa caracterização destas áreas.

Durante o ano de 2023 foram realizadas visitas técnicas às diferentes áreas mineiras do Algarve com vista a perceber qual a intervenção mais imediata a executar e que permita identificar estruturas mineiras e caracterizar devidamente estas áreas.

Complementarmente, foram desenvolvidas ações de articulação com as entidades locais no sentido de operacionalizar as ações seguintes, a iniciar em 2024.

Em 2023, foram investidos 957,80 euros.

5.2.2.5 *Projetos Não Cofinanciados e Pós Remediação*

As ações de segurança, projetos não cofinanciados e manutenção são realizadas através de verbas consignadas para o efeito e estão condicionadas ao montante de financiamento disponível.

Neste sentido, estes tipos de ações enquadram-se essencialmente em três grupos:

- atuações de segurança, que correspondem a atuações com vista a diminuir os riscos imediatos para a segurança e saúde pública;
- ações de intervenção em áreas mineiras que não reúnam condições para enquadramento em candidaturas aos Fundos Estruturais;
- ações de monitorização e manutenção que consistem em todas as ações que são necessárias efetuar nas áreas mineiras intervencionadas e por intervencionar, designadamente de monitorização, manutenção e conservação, beneficiação e tratamento de águas contaminadas, que cada vez mais representam um peso maior no esforço financeiro da EDM, uma vez que são consideradas despesas não elegíveis nos projetos cofinanciados por fundos estruturais.

5.2.2.5.1 *Atuações de Segurança em Poços, Galerias, Chaminés e Abatimentos*

As intervenções de segurança consistem em todas as ações com vista a assegurar a minimização dos riscos de segurança e saúde pública para pessoas e animais em antigas áreas mineiras abandonadas e podem integrar a seguinte tipologia de ações:

- atuações de minimização de riscos de segurança em antigas áreas mineiras, designadamente através de intervenções de selagem de poços, chaminés, galerias e proteção de taludes, infraestruturas e outras cavidades com riscos para pessoas, animais e bens,
- atuações para minimização dos riscos de saúde pública em infraestruturas de anexos mineiros de antigas áreas mineiras e
- controlo de acessos e segurança nas antigas áreas mineiras, em que serão implementados sistemas de controlo de intrusão, vedações, placas de sinalização entre outras intervenções necessárias.

Durante o ano de 2023 foram visitadas, vistoriadas e acompanhadas ocorrências situadas na Antiga Área Mineira do Pinheiro (Penamacor), Antiga Área Mineira das Mestras (Aguiar da Beira), Antiga Área Mineira de Santa Helena (Tarouca), Antiga Área Mineira do Cabeço da Mua (Torre de Moncorvo) e Antiga Área Mineira de Chãs e Gourim (Arouca)

Em 2023, foram investidos 4 783,51 euros.



5.2.2.5.2 Ocorrências em Antigas Áreas Mineiras em Situação Crítica

Estes trabalhos encontram-se integrados no ano de 2023 no Fundo Ambiental - “Manutenção e Proteção Ambiental em Ocorrências Críticas e Pós-Fase de Remediação” - Ação 2 - Intervenção em ocorrências críticas associadas a antigas explorações mineiras.

Neste âmbito, ao abrigo Despacho n.º 11 680/2023 de 17 de novembro, foi atribuído à EDM o valor de 4 477 700,00 € a afetar a “Projetos de intervenção em áreas mineiras já intervencionadas e ocorrências críticas em antigas áreas mineiras”, com a seguinte distribuição das intervenções:

- Operações de tratamento de águas de mina e monitorização em áreas mineiras já intervencionadas. Fase Pós-intervenção da Recuperação Ambiental de antigas áreas mineiras – 1 640 000,00 €;
- Intervenção em ocorrências críticas associadas a antigas explorações mineiras (Operações de sinalização, vedação e intervenção em ocorrências críticas nas antigas áreas mineiras) – 1 587 700,00 €;
- Descontaminação do Parque Habitacional da antiga área mineira da Urgeiriça (Proteção do ambiente, proteção radiológica e gestão de riscos e danos ambientais) – 1 250 000,00 €.

Para a intervenção em ocorrências críticas, encontram-se englobadas áreas mineiras inseridas em vários concelhos, nomeadamente em Bragança, Montalegre, Boticas, Ribeira de Pena e Cabeceiras de Basto, entre outros, tendo sido realizado em agosto de 2023 uma visita à mina de Carris, acompanhada pelo ICNF, que se localiza em pleno Parque Nacional da Peneda-Gerês (PNPG), na localidade de Cabril, pertencente à freguesia de Outeiro, concelho de Montalegre e distrito de Vila Real. Em 2023 não foi realizado investimento nesta tipologia de projetos.





Corga de Lamalonga, onde se observam os sedimentos carregados para aquele local ao longo dos anos – Mina de Carris



Edificado em ruínas – Mina de Carris

5.2.2.5.3 Subsídências na antiga área mineira de Jales

Terminada a obra em dezembro de 2021, foi retomada, em segurança, a utilização do logradouro e troço da EM1172-1, que se manteve em acompanhamento e monitorização até dezembro de 2022.

A handwritten signature in blue ink, consisting of several stylized, overlapping loops and lines.

Foram consideradas no Plano de Ação as seguintes componentes:

- Eixo I – Plano de monitorização, de instrumentação e acompanhamento técnico;
- Eixo II – Intervenção imediata – soluções de engenharia nas zonas ativas;
- Eixo III – Intervenção estrutural a longo prazo (aguarda financiamento para concretização).



Troço da Estrada Municipal com o trânsito retomado após intervenção

Durante o ano de 2023 foi dada continuidade ao acompanhamento e avaliação da evolução dos movimentos do terreno após a execução da empreitada.

Em 31 de janeiro de 2023 foi entregue o Relatório Final, relativo à execução do projeto "Intervenção nas áreas mais críticas da antiga exploração mineira de Jales", no âmbito do Protocolo outorgado entre o Fundo Ambiental e a EDM, SA, em 01 de março de 2021, e na redação conferida pelo Aditamento de 21 de julho de 2022.

No mês de março de 2023 foi feita uma intervenção de remediação e remodelação do jardim e logradouro na propriedade afetada pelas subsidências que ocorreram na estrada municipal, que tinha promovido a incapacidade de uso do espaço. Esta intervenção teve como intuito a remodelação do logradouro com plantação de um novo relvado, instalação de rega e plantação de uma sebe de *photinias* e várias árvores de fruto. Este trabalho repôs o espaço danificado conforme original.





Jardim e logradouro rehabilitado

Analisado o Relatório, considerou o Fundo Ambiental que o mesmo apresenta evidências da execução técnica e material adequadas.

Foram investidos em 2023, 8 159,51 euros.

5.2.2.5.4 Área Mineira da Cunha Baixa

A empreitada de Remediação Ambiental da Área Mineira de Cunha Baixa decorreu entre o mês de setembro de 2011 até ao mês de novembro de 2013, data em que se procedeu à sua receção provisória.

Durante o ano de 2023, foi dada continuidade à empreitada com a execução de betão projetado nos taludes da albufeira, limpeza das telas nas zonas não intervencionadas, demolição e reconstrução de drenagens, reparação geral do tratamento passivo I, construção de tanque em betão armado e execução de piezómetros.



Reparação geral do tratamento passivo 1, à esquerda; Limpeza cuidada das telas, nas zonas não intervencionadas, à direita



Colocação de telas no tratamento passivo 1, à esquerda; Escavação para implantação do tanque em betão armado, à direita



Enchimento das lagoas após a sua recuperação, à esquerda; Correção de vedações danificadas, à direita

A empreitada foi concluída a 03 de junho de 2023, tendo sido realizada a receção provisória a 22 de junho de 2023.

No total, em 2023, foram investidos 897 166,97 euros.

A handwritten signature in blue ink is located in the bottom right corner of the page.

5.2.2.5.5 Parque Habitacional da Urgeiriça (ex-Anexos Mineiros da Mina da Urgeiriça)

No quadro do Protocolo celebrado entre a Comissão de Moradores e os proprietários dos ex-anexos mineiros da mina da Urgeiriça e respetivo documento complementar aprovado em 16 de fevereiro de 2018, designadamente o programa de descontaminação dos ex-anexos mineiros da mina da Urgeiriça, hoje Parque Habitacional dos ex-mineiros, deu-se continuidade ao programa de descontaminação daquele Parque Habitacional.

Em 2023, foram ainda desenvolvidos trabalhos de monitorização e avaliação da eficácia das soluções implementadas e planeamento das ações necessárias com vista à implementação dos sistemas de ventilação ativos nas situações identificadas, de forma a assegurar a obtenção do respetivo financiamento.

Neste contexto foi publicado o Despacho n.º 3355-A/2023, de 14 de março, alterado pelo Despacho n.º 11680/2023, de 17 de novembro que aprovou o financiamento de 1,25 milhões de euros para a implementação das ações em falta, tendo o Protocolo com o Fundo Ambiental sido assinado em 28 de dezembro de 2023.

Em 2023 foram investidos 168 340,13 euros, sendo o restante investimento realizado durante os anos de 2024 e 2025, conforme Protocolo estabelecido.

5.2.2.5.6 Pós-Remediação, Manutenção e Monitorização Geral

No ano de 2023 foi assegurado o adequado acompanhamento e controlo dos locais em áreas na fase de pós-recuperação, nomeadamente através de ações de tratamento de águas de mina e de monitorização do meio ambiente, tendo em conta que um número importante de antigas áreas mineiras com intervenções já concluídas.

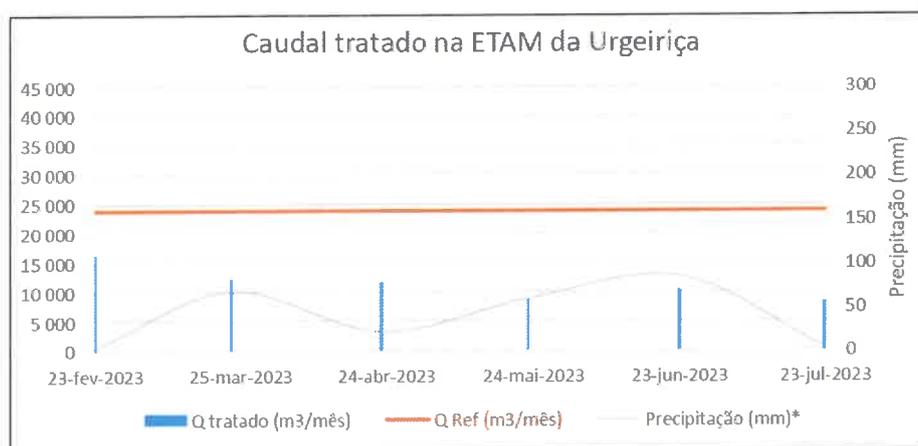
Estes trabalhos foram integrados no ano de 2023 no Protocolo com o Fundo Ambiental - “Manutenção e Proteção Ambiental em Ocorrências Críticas e Pós-Fase de Remediação” - Ação 1 - Fase Pós-intervenção da Recuperação Ambiental de antigas áreas mineiras.

Na área dos radioativos, no período de 2023, deu-se continuidade aos trabalhos plurianuais de monitorização do meio hídrico e de realização de análises dos parâmetros químicos e radiológicos em amostras de águas, análises em detetores de dosímetros de sítio e realizaram-se as ações de descontaminação das águas de mina. Tratam-se de ações desenvolvidas antes, durante a fase de pós-remediação das antigas áreas mineiras, em contínuo e a longo prazo.

Na área dos sulfuretos maciços polimetálicos, deu-se continuidade à monitorização do meio hídrico em áreas já intervencionadas, em especial na mina de São Domingos numa fase de pós intervenção.

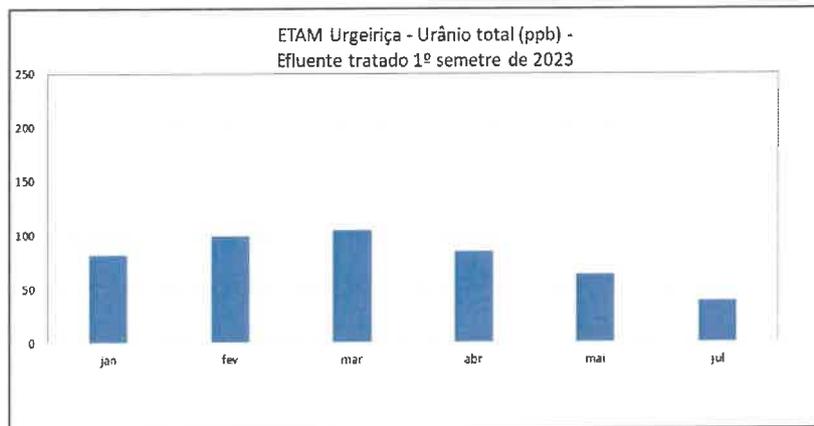
Estes trabalhos ganham cada vez mais relevância financeira e técnica no acompanhamento na fase pós-intervenção das áreas mineiras contempladas na Concessão, por parte da EDM, à medida que um maior número de áreas se encontra intervencionada e, em especial nas áreas mineiras dos radioativos, nas quais se verifica a necessidade de manter de forma contínua a descontaminação de águas que ainda são geradas e efetuar o controlo dos caudais que são descarregados nas linhas de águas. Estes registos são importantes para avaliar a eficácia das intervenções de recuperação ambiental desenvolvidas, identificar situações anómalas e permitir a sua minimização, assim como o reporte ao órgão regulador.

Os dados obtidos de qualidade da água em termos radiológicos são remetidos anualmente para a APA, no âmbito do Decreto-Lei n.º 108/2018, de 3 de dezembro, de forma a dar resposta ao solicitado pelo órgão regulador. A EDM também efetua o reporte à APA de resultados de qualidade da água do programa de autocontrolo, no âmbito das licenças de utilização dos recursos hídricos para a rejeição de águas residuais tratadas, emitidas para as ETAMs da Urgeiriça e Quinta do Bispo.



Registo do volume total de efluente tratado na ETAM da Urgeiriça no 1.º semestre de 2023

Handwritten signature and initials in blue ink.



Concentração média mensal de urânio total (ppb) no efluente tratado da ETAM da Urgeiriça no 1.º semestre de 2023

Em outubro de 2023, na área mineira de Jales foi efetuada a limpeza e desobstrução dos canais que ligam a saída da mina à ETAM. Este trabalho consistiu na remoção de lamas e restos de vegetação aí acumulados, incluindo o seu transporte e encaminhamento para célula de confinamento preparada para o efeito.



À esquerda, remoção das lamas depositadas no canal; À direita o canal já se encontra limpo



À esquerda, cascata limpa e desobstruída; À direita, o transporte das lamas

Estes trabalhos permitiram mitigar o risco de transbordo das águas para as linhas de água sem passarem pelo tratamento passivo.

Em 2023 foram investidos 399 587,29 euros.

5.2.2.6 *Investigação, Promoção e Parcerias*

Na remediação ambiental levada a cabo pela EDM, foi dada continuidade ao projeto de investigação científica ITN PANORAMA no qual a EDM participa como entidade parceira. O projeto *“European training Network on Rare earth elements environmental transfer: from rock to human”* financiado pelo programa-quadro Horizonte 2020 na candidatura H2020-MSCA-ITN-2019 (*Call Marie Skłodowska-Curie Actions ITN Project Innovative Training Networks*), é coordenado pela Universidade de Rennes 1 (França), inclui a participação de 14 universidades parceiras, entre as quais e a nível nacional, o Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa (IST-C2TN), e a participação de 4 parceiros privados. O projeto financia o desenvolvimento das teses de doutoramento de 15 Bolseiros no âmbito do estudo dos comportamentos ambientais, transferência e ecotoxicidade das terras raras (*Rare Earth Elements*) no meio ambiente de forma a prever potenciais riscos da sua disseminação no meio ambiente. Em 2023, deu-se continuidade à colaboração e contributo dos técnicos da EDM na redação e revisão de publicações científicas elaboradas pelos bolseiros que desenvolvem as suas teses de doutoramento com os casos práticos nas áreas mineiras do Lousal, São Domingos e Quinta do Bispo, no seguimento dos trabalhos de amostragem e caracterização previamente desenvolvidos.

No âmbito do Projeto LeaRn4LIFE *“Learning Radon: professional qualification and social awareness as a strategy for reducing radon exposure”*, financiado pela Comissão Europeia no âmbito do Programa LIFE e coordenado pela APA, realizou-se a 2.ª reunião do projeto no Complexo Mineiro Saelices El Chico (Salamanca, Espanha), nas instalações da ENUSA, nos dias 30 e 31 de março, que contou com a presença de representantes das entidades que integram o consórcio do projeto (APA, Universidade de Coimbra, LNEC, Universidade de Cantábria) e das entidades *stakeholders* (EDM, ENUSA, DRAAC Madeira e Açores, entre outras). Nos dias 16 e 18 de outubro decorreu na Madeira a 3.ª reunião do projeto e a campanha de sensibilização, que decorreu na DRACC.

Foi formalizado o acordo de parceira entre a EDM e a APA para a utilização da casa de demonstração para ações e eventos de formação e de implementação de técnicas de remediação do gás radão no âmbito do projeto LeaRn4LIFE.





Reunião no âmbito do Projeto Learn4LIFE no Complexo Mineiro Soelices El Chico (Salamanca, Espanha), março, 2023

No âmbito das atividades desenvolvidas com enquadramento no projeto GEODROUT “Combining Geophysical techniques in drones for integrated assessment of uranium Tailings”, aprovado para financiamento no programa europeu “Mine the Gap”, foram desenvolvidos no mês de julho pela equipa do projeto, com acompanhamento dos técnicos da EDM, levantamentos de radiometria com recurso a drone e aplicação de métodos de geofísica com recurso ao equipamento de georadar na área das células de confinamento nas áreas mineiras de Castelejo e Cunha Baixa e produzidos os respetivos relatórios e análise de resultados. Este projeto já se encontra concluído.

Foi iniciado em novembro um novo projeto de I&D, designado de INCOME “Inputs para uma região mais sustentável: Instrumentos para a gestão de zonas contaminadas por metais”, aprovado pelo Programa Promove 2023, financiado pela Fundação “La Caixa”. A coordenação do projeto encontra-se a cargo da Universidade de Évora e do Instituto Politécnico de Beja e a EDM integra a equipa como entidade parceira. O principal objetivo do trabalho a desenvolver consiste na proposta de um modelo de gestão ambiental integrando um conjunto de instrumentos de gestão sustentável de contaminação por metais potencialmente tóxicos, contribuindo com inputs para uma região mais sustentável a nível ambiental, social e económico em regiões mineiras. A área de estudo e aplicabilidade do projeto é a Mina de São Domingos. O projeto terá a duração de 36 meses.

A EDM integrou em maio como parte interessada ou *stakeholder* o Projeto Europeu RadoNorm “Towards effective radiation protection based on improved scientific evidence and social considerations – focus on Radon and NORM”. O projeto, financiado pela União Europeia no âmbito do programa EURATOM Horizon 2020, pretende apoiar, em termos legais, executivos e

operacionais os Estados-Membros e os países associados, na implementação da Diretiva do Conselho 2013/59/EURATOM relativa à proteção contra os perigos resultantes da exposição a radiações ionizantes com origem no gás Radão e NORM. Integram o projeto uma vasta equipa com 57 participantes e organizações provenientes de 22 países, encontrando-se a participação portuguesa representada pela Universidade do Porto, Universidade de Aveiro e pelo Instituto Superior Técnico. A participação da EDM centra-se na colaboração no âmbito das tarefas previstas no WP2. Para o efeito disponibilizará o acesso a antigas áreas mineiras de urânio para a recolha de amostras ambientais, assim como informação e dados sobre estas áreas. Encontram-se em fase de elaboração acordos bilaterais de colaboração entre a EDM e os parceiros envolvidos.

Foi submetida no início do ano uma candidatura ao Programa Interreg Sudoe para o Projeto “Estratégias de Recuperação de Sistemas degradados e desenho de mecanismos de valorização no espaço SUDOE” (ERES+VAL), participando a EDM como entidade beneficiária. A candidatura foi posteriormente selecionada para uma 2.ª fase do processo de avaliação, mas não foi aprovada.

A EDM manteve a cooperação com o “Estudo epidemiológico aos ex-trabalhadores da Empresa Nacional de Urânio e seus familiares”, coordenado pelo Instituto Ricardo Jorge, em conjunto com outras entidades das áreas da saúde, do ambiente e da energia e geologia.

Os técnicos da EDM, conjuntamente com técnicos da Divisão de Planeamento e Proteção Ambiental do Departamento de Emergências e Proteção Radiológica da Agência Portuguesa do Ambiente, realizaram no dia 30 de maio uma visita técnica, a convite da empresa ENRESA, às instalações de gestão de resíduos radioativos de “El Cabril” - Centro de Gestão de Resíduos Radioativos e Centro de Deposição de resíduos de muita baixa e baixa radioatividade, situado em Córdoba, Espanha.





Visita técnica ao Centro de gestão e deposição de resíduos radioativos “El Cabril” (Córdoba, Espanha), maio, 2023

A EDM participou numa Missão de Cooperação Institucional a Moçambique, entre os dias 13 e 18 de abril, ao abrigo do Protocolo de Cooperação no domínio dos Recursos Minerais celebrado entre a DGEG e o INAMI – Instituto Nacional de Minas de Moçambique, que teve como principal objetivo potenciar a cooperação estratégica na área dos recursos geológicos entre Portugal e Moçambique.

Decorreram nos dias 6 e 7 de julho visitas técnicas de uma Delegação de Moçambique do INAMI e da DGEG às antigas áreas mineiras do Lousal, Aljustrel, Urgeiriça e Quinta do Bispo, no âmbito do Protocolo entre as entidades DGEG / INAMI.



Missão de Cooperação Institucional no âmbito do Protocolo DGEG – INAMI, Moçambique, abril, 2023

Registou-se a representação da EDM no 5.º *International Mining Symposium - WISSYM 2023*, promovido pela empresa WISMUT, de 25 a 28 de setembro, em Dresden, na Alemanha. No evento foi realizada uma apresentação oral intitulada “*Remediation of uranium legacy sites in*

Portugal. Perspectives and challenges for long-term post-remediation management” e exibido o poster sobre o tema “An overview of active and passive treatment mine water treatment at Urgeiriça uranium legacy mine (Portugal)”.

A EDM colaborou, através do seu representante, na sessão de esclarecimento organizada pela APA sobre Plano Nacional para o Radão, realizada no dia 4 de outubro, no Instituto Superior de Engenharia de Coimbra (ISEC), em Coimbra, com uma apresentação sobre as técnicas disponíveis para a prevenção e remediação do gás radão.

A EDM esteve representada na 1.ª Conferência Internacional Património e Paisagem Cultural da Mineração, organizada pela Associação Portuguesa para o Património Industrial – APPI, realizada nos dias 7 e 8 de outubro, no Cineteatro da Mina de São Domingos, Mértola, tendo sido realizada uma apresentação sobre a recuperação ambiental da antiga área mineira de São Domingos.

A EDM esteve representada na 10ª Jornada Interdisciplinar na Mina de São Domingos: “Minas, tecnologias e educação: convergências”, organizada pelo grupo investigação IHC-História da Ciência, da Tecnologia e do Ambiente da Universidade de Évora, que decorreu no dia 4 de dezembro, no Edifício Musical na Mina de São Domingos, Mértola, com uma apresentação intitulada “A recuperação ambiental na antiga área mineira de São Domingos: aplicação de tecnossolos na recuperação de solos contaminados”.

A EDM aceitou o convite endereçado pela Faculdade de Ciências da Universidade do Porto (FCUP) para estar presente, como parte interessada, no Evento de Celebração do Dia Mundial do Solo, que decorreu no dia 5 de dezembro, na FCUP, tendo o seu representante participado no debate com os restantes intervenientes e integrado os grupos de discussão e análise sobre a proposta de diretiva de monitorização e resiliência de solos.

A EDM cooperou ativamente no programa do evento “IX Congresso de Proteção Contra Radiações da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPCR23)”, organizado pela Sociedade Portuguesa de Proteção Contra Radiações e pela Sociedade Brasileira de Proteção Radiológica, que decorreu de 11 a 15 de dezembro, na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. A colaboração da EDM consistiu no contributo, através dos seus representantes, para as seções técnicas e para um dos cursos que integrou o evento subordinado ao tema do radão e, por fim, na organização da visita técnica realizada à antiga mina da Urgeiriça com todos os participantes.

No ano de 2023 registaram-se participações dos técnicos, em representação da EDM, em eventos e reuniões técnicas internacionais, no formato presencial, organizados pela



International Atomic Energy Agency (IAEA), salientando-se os seguintes:

- Reunião técnica de consultoria no âmbito do projeto Controls *“Drafting the IAEA Publication on the Use of Controls for Radioactively Contaminated Land”*, de 22 a 26 de maio, organizada pelo *Nuclear Decommissioning Authority* e que decorreu em Warrington, no Reino Unido. A participação nesta reunião, e em outras anteriormente ocorridas, habitualmente em formato online, visou a obtenção de contributos técnicos para a redação da publicação acima referida. O programa incluiu num dos dias a visita ao *Magnox Trawsfynydd site*, uma antiga central nuclear situada no *Snowdonia National Park*, que encerrou em 1991 e que se encontra em processo de encerramento e desativação.
- *“Regional Workshop on Planning for Institutional Radioactive Waste Management Facilities”*, de 21 a 25 de agosto, realizado nas instalações da APA, em Lisboa.
- *“International Conference on the Safety of Radioactive Waste Management, Decommissioning, Environmental Protection and Remediation”*, de 6 a 10 de novembro, realizado nas instalações da IAEA, em Viena, Áustria. Apresentação oral e publicação de artigo intitulado *“Perspectives and challenges for sustainable post-remediation management of uranium legacy sites in Portugal”*.
- *“Technical Meeting on Achievements and Challenges in Radioactive Waste Characterization”*, de 27 de novembro a 1 de dezembro, realizada nas instalações da IAEA, em Viena, Áustria.
- *“Interregional Training Course on Environmental Remediation Design and Implementation”*, de 27 de novembro a 1 de dezembro, em Nanchang, China.

A EDM colaborou ainda com instituições Universitárias e Instituições Públicas, a diversos títulos, nomeadamente com a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, o Departamento de Geociências e Departamento de Ambiente e Ordenamento da Universidade de Aveiro; a Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, o Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa; o Departamento de Ciências da Terra da Universidade de Coimbra, o Instituto de Plasmas e Fusão Nuclear do Instituto Superior Técnico; o Instituto de Ciências da Terra da Universidade de Évora, o Laboratório Nacional de Energia e Geologia, entre outras.



5.3 No Plano de Intervenção nas Pedreiras em Situação Crítica (PIPSC)

5.3.1 Enquadramento e Execução

Com a derrocada parcial da Estrada Municipal 255, em Borba, no dia 19 de novembro de 2018, ficou exposta a necessidade de apurar a situação real das pedreiras existentes em todo o território continental, a fim de permitir a avaliação da necessidade de intervenção, tendo sempre como objetivo essencial a proteção de pessoas, animais, bens e do ambiente.

Esta necessidade resultou na aprovação da Resolução de Conselho de Ministros (RCM) n.º 50/2019, de 5 de março, que aprovou o Plano de Intervenção nas Pedreiras em Situação Crítica, a executar no período compreendido entre os anos de 2019 e 2021, alterada pela RCM n.º 201/2021, de 31 de dezembro, prorrogando por mais um ano, até final de 2022 e, posteriormente, prorrogada até 2026 pela RCM n.º 138/2023, de 3 de novembro.

Neste contexto, em 2019, o Governo aprovou o Plano de Intervenção nas Pedreiras em Situação Crítica (PIPSC), para um período de 3 (três) anos, mais 1 (um), onde se identificaram as pedreiras que comportavam um ou mais fatores de criticidade para pessoas, animais, bens e para o ambiente, resultantes da sua atividade e do seu impacto na envolvente, independentemente do estado atual de licenciamento ou de atividade e, se definiram as medidas prioritárias, urgentes e extraordinárias, com vista a evitar ou, pelo menos, reduzir a situação potencial de criticidade detetada. O âmbito do Plano de Intervenção restringiu-se apenas às pedreiras das classes 1 e 2 que comportavam situações críticas, independentemente da sua situação de licenciamento ou de exploração.

Assim, a Resolução de Conselho de Ministros (RCM) n.º 50/2019, de 5 de março, alterada pela RCM n.º 201/2021, de 31 de dezembro, que aprovou o Plano de Intervenção nas Pedreiras em Situação Crítica, determinou que a EDM-Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A. (EDM), executasse, no que se refere às 191 pedreiras identificadas pela DGEG como em situação crítica, o seguinte conjunto de medidas:

- Sinalização dos perigos identificados na envolvente de 150 das pedreiras em situação crítica identificadas pela DGEG, apresentando, quando se justifique, propostas de interdição dos caminhos, com vista a reduzir a situação potencial de criticidade detetada, a minimizar o risco e a diminuir a probabilidade de ocorrência futura de acidentes;
- Colocação de sinalética de perigos no interior das pedreiras em situação crítica e



proceder à respetiva vedação nos casos em que os exploradores ou proprietários as não executem;

- Realização de estudos prévios e/ou projetos de execução que possibilitem a identificação de soluções técnicas adequadas à realização de intervenções de carácter estrutural, à reposição das zonas de defesa e à estabilização das escombreyras, também nos casos em que os exploradores ou proprietários as não realizem;
- Desencadear os procedimentos legais necessários, em articulação com a DGEG, com vista a obter dos exploradores das pedreiras ou proprietários dos terrenos onde as mesmas se localizem, o reembolso dos valores despendidos na execução das medidas aprovadas pelo Plano de Intervenção.

Entre 2019 e 2022, a EDM cumpriu e procedeu: à colocação da sinalização envolvente das pedreiras em situação crítica, em 150 pedreiras, tendo sido colocados no terreno todos os sinais constantes dos Planos de Sinalização aprovados, no total de 1253 + 119 sinais e 2931 ml de marcações horizontais; à colocação de vedação e sinalética e à elaboração de estudos prévios, concluídos a 23 de janeiro de 2023 e o último aprovado pela DGEG no dia 26 do mesmo mês.

Quando ao reembolso dos valores despendidos na execução das medidas aprovadas pelo Plano de Intervenção, não obstante a EDM ter encetado todos os esforços no sentido de salvaguardar os necessários processos judiciais para obtenção do reembolso dos valores despendidos ao abrigo do disposto no n.º 8 da RCM, este processo revelou-se moroso, nomeadamente em virtude da necessidade de prévia notificação para o reembolso voluntário por parte dos proprietários/exploradores aos quais a EDM se substituiu. Durante o ano de 2023, apenas foi possível obter o reembolso voluntário dos proprietários da pedreira nº 5287 – PB-Poço Bravo, na sequência dos pedidos de reembolso aos exploradores das pedreiras ou proprietários dos terrenos onde estas se inserem e nos quais a EDM executou os trabalhos de vedação e sinalética, bem com de estudos e/ou projetos, conforme previstos no PIPSC.

Com a conclusão da RCM nº 201/2021, de 31 de dezembro, em 31 de dezembro de 2022, a EDM ficou sem enquadramento legal, nem modelo financeiro associado, para dar continuidade aos procedimentos legais necessários, com vista a obter dos exploradores das pedreiras ou proprietários dos terrenos onde as mesmas se localizem, o reembolso dos valores despendidos na execução das medidas implementadas.

Não obstante, a RCM nº 138/2023, de 3 de novembro, que prorrogou até 2026 o Plano de Intervenção nas Pedreiras em Situação Crítica e que, por seu turno, veio dar continuidade ao



enquadramento legal de atuação da EDM no âmbito do PIPSC, ter sido aprovada no último trimestre do ano de 2023, a EDM manteve um constante acompanhamento das pedreiras em situação crítica, em conjunto com a DGEG.

Desse acompanhamento resultaram contactos com a DGEG e com a IP Infraestruturas de Portugal, S.A. que manifestou interesse e necessidade de colocar terras sobrantes da obra ferroviária que está a ser realizada nas proximidades, nomeadamente o troço ferroviário do Alandroal-Caia, nas pedreiras consideradas em situação crítica.

Dos contactos da IP com a DGEG, bem com a EDM e proprietários das pedreiras, foi possível aquela entidade encher as pedreiras nº 4131 – Lagoa PL, nº 5470 – Herdade Salgada e iniciado o processo para o enchimento da pedreira nº 5287 – PB-Poço Bravo.

A 25 de julho de 2023 foi realizada uma reunião na Câmara Municipal de Borba, promovida pelo Secretária de Estado das Autarquias Locais e pela Secretária de Estado da Energia e Clima, com a presença dos Presidentes das Câmaras Municipais de Borba, Estremoz, Vila Viçosa e Alandroal, representantes da região do anticlinal dos mármore. Nesta reunião estiveram, igualmente presentes, representantes da DGEG, EDM, IP, CCDR, entre outras entidades de importância local e regional. Teve como principal objetivo debater o estado das pedreiras em situação crítica que se localizam nestes concelhos, com especial incidência nas pedreiras onde ocorreu a derrocada parcial da Estrada Municipal 255, em Borba, no dia 19 de novembro de 2018, bem como numa eventual solução para aquele local, permitindo e promovendo a possibilidade de manter uma via aberta, mesmo que pedonal/ciclável, como memorial para aquele local.

Após a aprovação da RCM nº 138/2023, de 3 de novembro, a 21 de novembro de 2023 foi realizada uma reunião entre a DGEG e a EDM, onde foram debatidos e delineados os procedimentos necessários realizar e a forma de atuação de ambas as entidades, por forma a dar sequência à RCM de forma célere e profícua.

A 21 de dezembro de 2023 foi realizada uma reunião entre a DGEG, a EDM e a IP com vista a perceber as necessidades desta última e avaliar a forma de enquadrar as intervenções da EDM com a disponibilidade da IP para o enchimento de pedreiras em situação crítica que, entretanto, possam ser comunicadas pela DGEG e dar cumprimentos às medidas necessárias previstas no PIPSC e ainda a execução de obras decorrentes da implementação dos estudos prévios ou projetos de execução, previsto na RCM nº 138/2023.

Em suma, a 31 de dezembro de 2023 não havia sido comunicada pela DGEG qualquer pedreira

A
B

em situação crítica que necessite de implementação das medidas aprovadas no PIPSC, por parte da EDM. Não obstante, em paralelo, a EDM tem preparado os procedimentos necessários para retomar os pedidos de ressarcimento das verbas disponibilizadas na execução das medidas já implementadas, bem como dos indispensáveis para fazer face às necessidades da EDM para dar continuidade à RCM nº 138/2023, de 3 de novembro, encontrando-se preparada para que possa atuar logo que comunicadas as pedreiras em situação crítica a interencionar.

Durante o ano de 2023 foi realizado um investimento de 42 608,25 euros.

5.3.2 Dotação Orçamental Consignada pelo Fundo Ambiental

No quadro seguinte, apresenta-se a dotação máxima a transferir pelo Fundo Ambiental nos termos da RCM nº 138/2023, de 3 de novembro, repartida pela tipologia de despesas que a EDM vem a assumir como necessárias, entre 2023 e 2026, bem como a execução financeira entre 2019 e 2022, após o terceiro aditamento do Protocolo de Colaboração Técnica e Financeira, resultante da publicação da RCM n.º 2021/2021, de 31 de dezembro.

Tipologia de aquisições de bens e serviços a cargo da EDM — Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S. A., e respetivos montantes máximos a transferir pelo Fundo Ambiental

2019-2022 ^{(1) (2) (3)}	Previsão ⁽⁴⁾					Total
	Executado ⁽⁵⁾	2023	2024	2025	2026	
Aquisição de serviços, na modalidade de tarefa ou de avença, assegurando o acompanhamento <i>in loco</i> das intervenções a realizar.....	380 740,75 €	126 920,25 €	126 920,00 €	126 920,00 €	126 920,00 €	888 421,00 €
Aquisição de serviços de aluguer de equipamento informático, de sistemas de aeronaves não tripuladas e aquisição de equipamento de proteção individual.....	37 056,45 € 88 326,82 €	21 635,55 € 29 442,06 €	21 635,55 € 29 442,06 €	21 635,55 € 29 442,06 €	21 635,90 € 29 442,00 €	123 599,00 € 206 095,00 €
Aquisição de serviços, em regime de <i>renting</i> , de viaturas todo-o-terreno	277 297,27 €	76 257,37 €	— €	— €	76 257,36 €	429 812,00 €
Aquisição de serviços para sinalizar as pedreiras em situação crítica identificadas no Plano de Intervenção nas Pedreiras em Situação Crítica (Plano de Intervenção).....	77 326,10 €	133 836,95 €	— €	— €	133 836,95 €	345 000,00 €
Aquisição de serviços para vedar as pedreiras em situação crítica identificadas no Plano de Intervenção, nos termos dos n.ºs 8 e 9.....	295 259,07 €	255 040,93 €	2 500 000,00 €	2 500 000,00 €	1 500 000,00 €	7 050 300,00 €
Aquisição de serviços para realizar estudos prévios ou projetos de execução que possibilitem a identificação de soluções técnicas adequadas à realização de intervenções de caráter estrutural, bem como as empreitadas, com vista à sua boa execução, nos termos dos n.ºs 8 e 9.....	1 156 006,46 €	643 133,11 €	2 677 997,61 €	2 677 997,61 €	1 888 092,21 €	9 043 227,00 €
Total						

(1) As verbas previstas, para o período de 2019 a 2022, serão assecuradas pela EDM — Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S. A., apenas se os exploradores das pedreiras ou os proprietários dos terrenos onde as mesmas se localizam insuportarem as medidas determinadas pela Direção-Geral de Energia e Geologia.
 (2) O montante não contabilizado nos anos económicos anteriores acresce à verba do ano subsequente.
 (3) As verbas definidas para cada rubrica podem ser transferidas para outro tipo previsto.
 (4) As verbas definidas para esta rubrica incluem já o valor do IVA à taxa legal em vigor à data.
 (5) As verbas definidas para esta rubrica acresce o valor do IVA à taxa legal em vigor.

Quadro financeiro plurianual aprovado pelo PIPSC entre 2019-2026

A intervenção da EDM, persistente e constante, revelou-se extremamente relevante no cumprimento dos objetivos estabelecidos no PIPSC, sendo que grande parte da sua ação, direta e indireta, permitiu que os exploradores das pedreiras e/ou proprietários dos terrenos onde as mesmas se inserem, tenham vindo a realizar as medidas para os quais foram notificados, o que levou a uma execução financeira abaixo do que o inicialmente previsto, entre 2019 e 2022.

Até ao final de 2023 foram reembolsados (repostos no saldo disponível) os valores, correspondentes às primeiras medidas executadas sinalética, vedação e estudos, totalizando o montante 38.571,57€, do total de 199.634,19€ despendidos a título subsidiário.

No decorrer dos pedidos de reembolso realizados, no seguimento das medidas implementadas pela EDM nesse ano, está prevista a sua concretização durante os anos 2024-2026. Ao referido acresce o facto de, não obstante, a EDM se encontrar a encetar todos os esforços no sentido de vir a salvaguardar futuros processos judiciais para obtenção do reembolso dos valores despendidos e a despende, ao abrigo do disposto na referida RCM.

A
B

6 Síntese dos Investimentos Realizados

No quadro seguinte, apresenta-se uma síntese dos investimentos realizados em 2023, incluindo a comparação com a programação constante do plano para 2023, aprovado pelo acionista em Assembleia Geral, de 30 de novembro de 2023.

Plano de Investimento	PAO 2023 (1)	Executado 2023				Desvio (PAO vs Executado) (2) - (1)
		Total (2)	Fontes de Financiamento			
			Autofinanciamento (Receitas próprias)	Fundos comunitários	Verbas Consignadas	
A - Prospecção e Pesquisa	250.000	103.843	103.843			-146.157
A1 - Avaliação Contínua do Potencial Nacional	20.000	635	635			-19.365
Avaliação do Potencial de Prospecção de Minerais Críticos	15.000	635	635			-14.365
Elaboração Portefólio Oportunidades	5.000					-5.000
A2 - Desenvolvimento de Projetos de Prospecção e Pesquisa	100.000	2.261	2.261			-97.739
Escádia Grande	50.000					-50.000
Outras áreas (Faixa Castelo Branco)	50.000	2.261	2.261			-47.739
A3 - Participação em Projetos de Prospecção e Pesquisa	130.000	100.947	100.947			-29.053
Rosário	50.000					-50.000
Lagoa Salgada	20.000	100.947	100.947			80.947
Rio de Moínhos	10.000					-10.000
Barrigão	50.000					-50.000
B - Avaliação e Exploração Mineira	100.000	978	978			-99.022
B1 - Participação em Projetos com Potencial Mineiro	100.000	978	978			-99.022
Gralheira (Jales)	100.000	978	978			-99.022
C - Promoção e Desenvolvimento dos Recursos Geológicos	115.000	220.451		220.451		105.451
C1 - Investigação nas Áreas da P&P e do Trat. de Minérios	20.000					-20.000
Projeto Investigação	20.000					-20.000
C2 - Dinamização e Cooperação	15.000					-15.000
Cooperação e Internacionalização	15.000					-15.000
C3 - Promoção do Património Geológico-Mineiro	80.000	220.451		220.451		140.451
Roteiro de Minas	30.000	101.853		101.853		71.853
Ações de Promoção, Imagem e Inovação	50.000	118.598		118.598		68.598
D - Concessão	9.150.000	5.533.681	4.416.537	1.117.124		-3.616.339
Fase Complementar Descont.Solos Aguas Mina Ant.AM Radiativos		14.859		11.859	3.000	14.859
Rec.Amb.AM Quinta Bispo		-58.476		-46.671	-11.805	-58.476
Rec.Amb.AM Mortórios		3.781		3.018	763	3.781
Proj.Centro - Rec.Sist.Descont.Aguas, Solos, lamas contaminados		30		24	6	30
Picoto, Ribeira do Boco e Canto do Lagar	200.000	1.092.369		871.844	220.525	892.369
Ferreiras, Reboleiro, Baroco, Cavalo, Seixas, Lenteiro	4.350.000	4.095.320		3.268.565	826.755	-254.680
Fase Complementar- Covas e Jales	1.250.000	81.365		64.939	16.426	-1.168.635
Pinhor	400.000	59.220		47.264	11.955	-340.780
Pevão	750.000	61.212		48.855	12.357	-688.788
Maria Dónis	200.000	12.791		10.209	2.582	-187.209
Pinhal do Souto	100.000			0	0	-100.000
Construção Sistema Regul. Efluentes Mina, Broua e Ribeira Pantanha	1.000.000	863		689	174	-999.137
Fase Complementar- Ajustrel e Lousal	500.000	169.371		135.178	34.192	-330.629
Carrapateira (Bordeira)	200.000	958		764	193	-199.042
Cerro da Amendoeirinha	200.000			0	0	-200.000
E - Segurança, projetos não cofinanciados e manutenção	4.852.700	207.141			207.141	-4.645.559
E1 - Segurança	1.010.000	167.780			167.780	-842.220
Atuações em poços, galerias, chaminés e abatimentos	10.000	4.784			4.784	-5.216
Parque Habitacional da Urgeirica	1.000.000	162.997			162.997	-837.003
E2 - Projetos não cofinanciados e Pós remediação	3.842.700	39.361			39.361	-3.803.339
Ocorrências em antigas áreas mineiras em Situação Crítica	1.487.700	12.807			12.807	-1.474.893
Subsídências na antiga area mineira de Jales	1.525.000					-1.525.000
Operações tratamento águas minas e Monitorização áreas intervenionadas	820.000	26.554			26.554	-793.446
Pós-Remediação e Monitorizações	10.000					-10.000
F - Investigação, Promoção e Parcerias	30.000					-30.000
F1 - Investigação em Eficiência no Uso dos Recursos	20.000					-20.000
Projeto a definir	20.000					-20.000
F2 - Promoções e parcerias	10.000					-10.000
Valorização dos Ativos Recuperados	10.000					-10.000
H - Estrutura	150.000					-150.000
Investimentos correntes	100.000					-100.000
Projeto energia solar fotovoltaica	50.000					-50.000
I - Novas áreas	50.000	2.310	2.310			-47.690
Projeto de Certificação e Uso de Solos Contaminados e av. Radão edifícios	50.000	2.310	2.310			-47.690
Subtotal	14.697.700	6.068.384	107.131	4.416.537	1.544.716	-8.629.316
G - PEDREIRAS	2.250.000	42.608			42.608	-2.207.392
Plano Intervenção em Pedreiras em Situação Crítica	250.000	42.608			42.608	-207.392
Intervenção em Pedreiras em Situação Crítica (Ações Decreto- Lei)	2.000.000					-2.000.000
TOTAL	16.947.700	6.110.992	107.131	4.416.537	1.544.716	-10.836.708

Cuidamos do passado, desafiamos o futuro.
Taking care of the past, challenging the future.



Handwritten signature and initials in blue ink.

7 Stock de Urânio

Finalmente uma referência às ações relacionadas com o importante ativo que é o Stock de Urânio que, por decisão do Estado, nos termos do disposto no artigo 15º do Decreto-Lei 145/2012, de 11 de julho, foi transferido do LNEG para a EDM, e que a EDM, agora na sua qualidade de proprietária, continua a assegurar o armazenamento em condições de segurança.

Este stock de concentrado de U_3O_8 , que, à data, totaliza 198,5 toneladas (a mesma quantidade que foi transferida do LNEG), vem sendo objeto de visitas anuais de controlo, quer do EURATOM, quer da AIEA. A última inspeção foi realizada pela EURATOM em 14 de outubro de 2022, que decorreu com normalidade e dela não resultou a necessidade de implementação de quaisquer medidas diferentes das que a EDM vem seguindo.

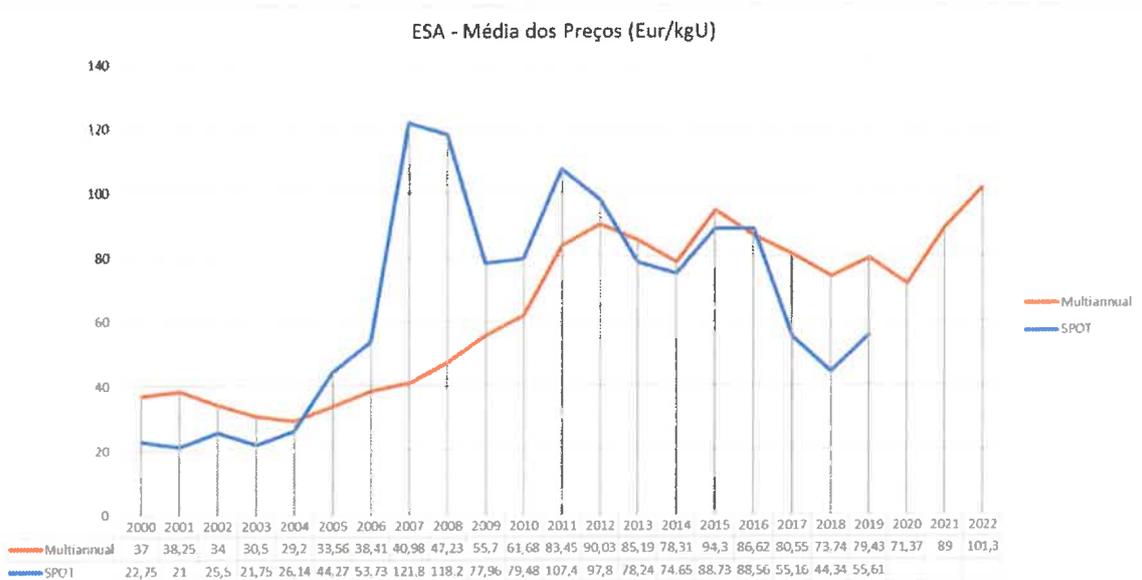
Durante o ano de 2023 manteve-se um acompanhamento rigoroso e sistemático das condições de segurança e de armazenagem do local onde está o stock de concentrado de U_3O_8 , condições que haviam sido reforçadas em 2015 e em 2021, ao nível da vigilância e segurança, com a presença de pessoal da empresa de segurança, que assegura presença física e por videovigilância, 24 horas durante 365 dias.

O stock de urânio foi avaliado no ano da transferência, em 2012, através de um relatório de avaliação de um ROC independente sem interesse na sociedade, nos termos do artº 28º do Código das Sociedades Comerciais, conjugado com os artigos 7º e 23º do Decreto-Lei nº 558/99, de 17 de dezembro, relatório esse que foi aprovado pelo acionista através da Deliberação Social Unânime (DSU) por escrito de 25 de março de 2013 (ata n.º 44 da AG) e registado contabilisticamente no ativo na conta de “Inventários”, por contrapartida de igual montante em “Outros Instrumentos de Capital Próprio” a título de prestação acessória de capital do Estado Português, único acionista da sociedade.

Considerando a especificidade do produto, sujeito a regras e controlos formais de comercialização, e que não é objeto de “cotações” internacionais como outras “commodities” que possam servir de referencial, o relatório do ROC, datado de 27 de dezembro de 2012, avaliou o ativo de urânio através da “aplicação às quantidades existentes de um preço de mercado extraído das publicações especializadas neste tipo de produtos, nomeadamente com referência ao observatório de preços do EURATOM, considerando os preços *spot* (http://ec.europa.eu/euratom/observatory_price.html), critério que foi aprovado pela já referida DSU por escrito, e que conduziu à contabilização pelo valor de € 13 731 185,00.

A aplicação do critério de avaliação (média dos últimos sete anos disponíveis no observatório da

Euratom em que o último ano é 2020) conduz a um valor (67,84 €/kgU) inferior ao preço da avaliação de 86,12 €/kgU. No entanto, as informações de 2023 da mesma Euratom, relativamente ao preço multianual de 2022 (101,28 Eur/kgU), indicam uma valorização dos preços a longo prazo (contratos multianuais) já superiores aos valores da avaliação.



Fonte: European Commission/Euratom Supply Agency (ESA)/Nuclear Observatory

(*) Em 2020 e 2022, o preço Spot da ESA U308 não foi calculado porque não houve transações suficientes (menos de 3) para calcular o índice.

Esta tendência de valorização é acompanhada no mercado *Spot*, com um aumento dos preços nas transações registadas já no segundo semestre de 2023 para 124,59 Eur/kgU, conforme resultados do Relatório do 2.º Trimestre de 2023 da ESA. Contudo, face às incertezas do mercado, justifica-se a opção do Conselho de Administração de manter o valor de contabilização do stock de urânio.

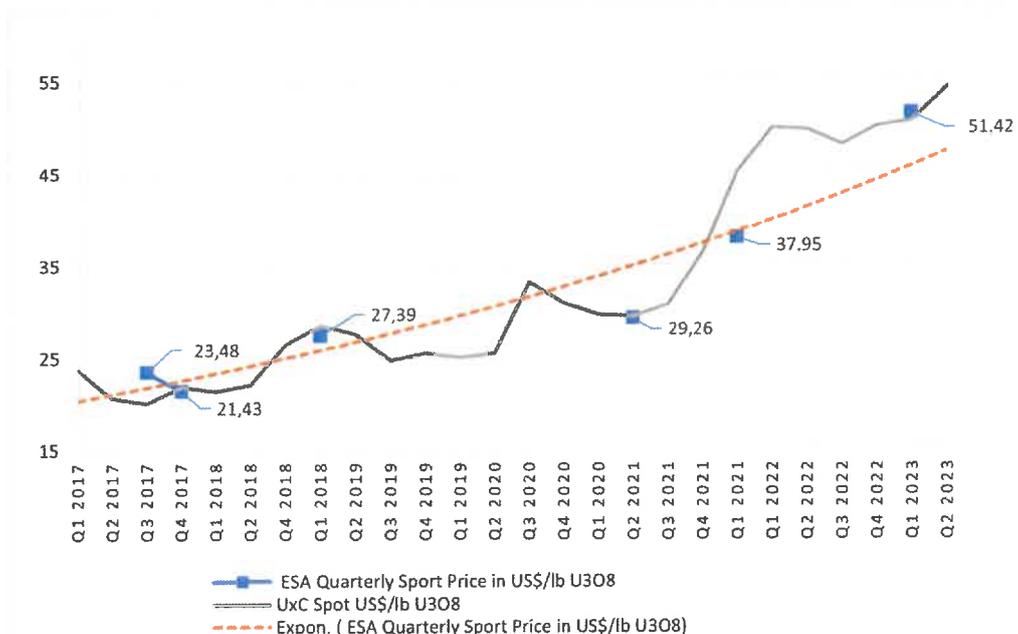
As informações mais recentes sobre a evolução do mercado de urânio confirmam a contínua valorização e retoma progressiva dos preços, decorrente do desequilíbrio entre oferta e procura resultante dos encerramentos ou suspensões de atividade extrativa, entretanto verificados, e das decisões dos EUA e de alguns Países da UE em reforçar a reserva estratégica de urânio, refletidas na evolução dos preços até 2022.

Em 2023, o funcionamento do mercado europeu comum de combustível nuclear continuou afetado por desenvolvimentos geopolíticos, designadamente a agressão militar da Rússia à Ucrânia que destabilizou o fornecimento global de todas as fontes energéticas, incluindo nuclear,

aumentando a dependência externa energética da União Europeia.

Neste contexto, as fontes secundárias de abastecimento de concentrado de urânio, ou combustível nuclear, que inclui os stocks detidos pelos países, ou entidades comerciais, como por exemplo o stock detido pela EDM, poderão assumir um papel essencial para suprir eventuais lacunas na oferta.

Na mesma linha de valorização referenciada pela ESA-Euratom supply Agency citam-se representantes da World Nuclear Association e a própria CAMECO, uma das empresas líder do setor, cuja evolução de preços *Spot* se apresentam no quadro seguinte¹.



Quarterly Uranium market report 2nd quarter 2023-Euratom Supply Agency

Em 2023, iniciaram-se passos que permitissem avançar com procedimentos que estudassem o processo de licenciamento para a sua alienação, sendo necessário para o efeito a realização de análises laboratoriais para a caracterização individual de cada reservatório, a fim de avaliar e conhecer o estágio do stock e assim avaliar melhor o seu valor.

¹ Taxa de cambio de 31 dezembro de 2023. 1 EUR = 1,05 USD



Spot Price

	2020	2021	2022	2023	2024
Jan	24.63	29.63	43.08	50.63	100.25
Feb	24.80	27.98	48.75	50.93	95.00
Mar	27.35	30.95	58.20	50.48	-
Apr	33.25	28.90	53.00	52.93	-
May	33.93	31.40	47.75	54.55	-
Jun	32.80	32.25	49.75	56.10	-
Jul	32.45	32.40	47.75	56.38	-
Aug	30.85	34.25	51.25	59.93	-
Sep	29.93	42.60	48.38	71.58	-
Oct	29.70	45.20	52.28	74.38	-
Nov	29.68	45.75	49.88	81.25	-
Dec	30.20	42.05	47.68	91.00	-

Evolução dos preços Spot desde 2020 em USD/lb U₃O₈

(Fonte: <https://www.cameco.com/invest/markets/uranium-price>)



8 Participada EDMI – Empresa de Projectos Imobiliários

A EDMI, totalmente detida pela EDM, tem como objetivo valorizar o património imobiliário que lhe está afeto e que corresponde, no essencial, aos prédios rústicos e urbanos que por força do encerramento das empresas mineiras, transitaram para a esfera patrimonial da EDM.

No exercício de 2023, a sociedade manteve a atividade de administração de imóveis próprios, tendo sido possível realizar a venda de 4 lotes de terreno no loteamento de Malpique.

Relativamente às contas do exercício de 2023 destacam-se os valores relativos a Ativo Total (€ 6 940 045,13), Resultados Líquidos positivos (€ 124 954,35) e Capital Próprio (€ 1 799 299,12). O valor do Passivo (€ 5 140 746,01) engloba o valor da dívida ao acionista EDM (€ 4 913 438,75), resultante da venda de imóveis e de suprimentos.

9 Sustentabilidade e Perspetivas Futuras

9.1 Novas Áreas de Negócio

Na vertente de identificação de novas áreas de negócio que permitam o aproveitamento das valências técnicas e humanas existentes na empresa, prosseguiram os trabalhos referentes aos seguintes domínios:

9.1.1 Certificação de Uso de Solos

A experiência e conhecimento técnico da EDM neste tema coloca-a num patamar de liderança para prestar serviços nas suas mais variadas vertentes aos proprietários dos terrenos, bem como às agências governamentais, serviços em que poderá ir muito mais além do âmbito dos antigos solos mineiros, podendo abranger a quase totalidade dos solos existentes.

É uma área em que se mantém a aposta que se admite possa ser reforçada nos próximos anos.

Por outro lado, no âmbito da gestão patrimonial do Grupo EDM, através da participada EDMI, apostou-se a integração dos solos com uso condicionado, para integração de mercados de carbono, valorizando a sua capacidade de sequestro e contribuindo assim para a sua possível valorização, a curto, médio e longo prazo.

9.1.2 Avaliação de Radão nos Edifícios

O radão no interior das habitações é um problema comum nas regiões graníticas e outras regiões de elevada radioatividade natural. Em Portugal foi identificado e estudado desde os anos 70 do século passado.

A EDM tem uma larga experiência ao nível das soluções de construção com vista à mitigação dos efeitos do gás radão fruto dos trabalhos realizados na zona centro e ao abrigo dos planos de recuperação de muitas antigas áreas mineiras.

A transposição da diretiva 2013/59/EURATOM de 5 de dezembro de 2013 para a legislação nacional através do Decreto-Lei n.º 108/2018, de 3 de dezembro, irá levar a que muitas das construções existentes em Portugal, nomeadamente nas zonas norte e centro (áreas com a presença de granitos), tenham a necessidade de serem avaliados do ponto de vista da concentração do radão, ao mesmo tempo, que se prevê que posteriormente, muitas destas mesmas construções, terão de ser alvo de intervenções construtivas com vista à minoração da concentração do gás radão, até aos limites máximos impostos pela legislação a aplicar (300 Bq/m³).

A EDM encontra-se numa posição privilegiada para intervir comercialmente neste futuro ramo de atividade, pelo que prosseguiu a definição do modelo de intervenção a desenvolver, em função do quadro legal a aplicar, aprofundando sinergias com a Universidade de Coimbra e APA. É um objetivo poder contribuir para centralizar na região do país mais afetada pela exposição às radiações de origem natural um núcleo de excelência no que respeita à investigação científica, bem como no apoio laboratorial a prestadores de serviços que venham a ser constituídos por via da aplicação da legislação sobre a matéria.

Durante o ano de 2023 foram dados passos concretos e significativos com as entidades referidas tendo começado a serem desenvolvidas atividades concretas de estudo e científicas no edificado da esfera da EDM na antiga área mineira da Urgeiriça e na colaboração em projetos de âmbito nacional e europeu sobre a temática em causa, nomeadamente o Projeto LeaRn4LIFE "*Learning Radon: professional qualification and social awareness as a strategy for reducing radon exposure*", financiado pela Comissão Europeia no âmbito do Programa LIFE e coordenado pela APA, em que foi formalizado o acordo de parceira entre a EDM e a APA para a utilização da casa de demonstração para ações e eventos de formação e de implementação de técnicas de remediação do gás radão no âmbito do projeto LeaRn4LIFE.

9.1.3 Projeto Solar Fotovoltaico

A recuperação das áreas mineiras degradadas é uma atividade fundamental pois visa a valorização ambiental, cultural, patrimonial, social e económica, tendo em vista, além do mais, permitir a utilização futura dessas áreas recuperadas pela comunidade, em função da sua aptidão específica em cada caso concreto. E, na verdade, justifica-se plenamente que, após a

recuperação dos passivos ambientais, esses locais, outrora fonte de valor económico, sejam aproveitados de forma útil para a Sociedade.

Embora com uso limitado, fruto do tipo e técnicas de remediação aplicados, as áreas propriedade da EDM têm na sua grande maioria um potencial valorativo que permite e cativa a ponderação para a concretização de projetos de produção de energia renovável a partir de painéis fotovoltaicos.

Por outro lado, impõe-se garantir a sustentabilidade das áreas recuperadas com o objetivo de garantir a viabilidade futura da gestão, operação e manutenção das respetivas antigas áreas mineiras.

Neste contexto, em dezembro de 2021, foi assinado um protocolo de colaboração, entre a EDM, as Águas de Portugal e a ADENE – Agência para a Energia com vista ao aproveitamento de antigas áreas mineiras ambientalmente remediadas para produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis, que considerando os constrangimentos existentes por parte das Águas de Portugal para avançar com os projetos, a EDM, em 2023, foi procurada por outros parceiros interessados, estudando assim alternativas para a instalação de futuras comunidades de energia renováveis (CER) através de parques solares fotovoltaicos em antigas áreas mineiras remediadas.

Ao adotar um papel ativo nesta vertente da política ambiental, a EDM, assume a sua opção estratégica de contribuir para que as metas nacionais sejam efetivas e ao mesmo tempo materializar as opções sustentáveis que lhe permitam consumir uma redução energética dos custos operacionais, de manutenção e financeiros decorrentes da concessão que lhe que está atribuída pelo Estado Português, pelo Decreto-Lei n.º 198-A/2001, de 6 de julho.

É ainda incontornável referir que este aproveitamento deverá conferir um significativo complemento para a continuação da implementação da visão e missão a que a EDM se propõe nas suas diversas vertentes, com especial incidência no controle, monitorização e manutenção das soluções integradas de recuperação ambiental de áreas mineiras recuperadas.

9.1.4 Projetos Agro-Silvo-Ambientais

No âmbito da participada EDM I – Empresa de Projetos Imobiliários, S.A., foram desenvolvidas ações no sentido de realizar um diagnóstico e uma atualização exaustiva do património existente, no sentido de desenvolver projetos de valorização ambiental e otimização de rendimentos nos prédios rústicos existentes, face às despesas para manutenção e de limpeza florestal gastos anualmente.



Em 2022 e 2023, além de todo o levantamento e projetos realizados, deu-se continuidade aos contactos, no sentido de garantir contratos de arrendamento e a aplicação de investimentos para a plantação de espécies autóctones ou de fruto, como o amendoal e o souto.

Em 2023 foi também estabelecido um contrato de arrendamento dos prédios rústicos com olival, em Aljustrel, com vista à sua valorização, manutenção e limpeza florestal.

9.2 ECO.AP2030

Foi publicada, a 24 de novembro de 2020, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2020, que vem aprovar o Programa de Eficiência de Recursos na Administração Pública para o período até 2030, o ECO.AP 2030, o qual vem substituir o anterior Programa de Eficiência Energética na Administração Pública. Com este Programa o Estado coloca-se na linha da frente, como modelo na adoção de medidas de melhoria de eficiência energética e de outros recursos, fixando um conjunto de objetivos e metas que contribuam para a descarbonização e transição energética das atividades desenvolvidas pelo Estado.

O ECO.AP 2030 é mais ambicioso e apresenta medidas para a redução dos consumos de energia, água e materiais, e respetivas emissões de Gases de Efeito de Estufa (GEE), verificados nas instalações afetas a edifícios, equipamentos, frotas e infraestruturas, incluindo infraestruturas de mobilidade elétrica, e à capacidade de produção de energia e soluções de armazenamento de energia, sob gestão ou utilização pelas entidades da Administração Pública direta e indireta, incluindo serviços centrais e periféricos.

Até 2030, o Estado tem que cumprir um conjunto de metas:

- Reduzir em 40% os consumos de energia primária;
- Contribuir para que 10% do consumo de energia seja assegurado por soluções de autoconsumo com origem em fontes de energia renovável;
- Reduzir em 20% o consumo de água;
- Reduzir materiais em 20%;
- Alcançar 5% de taxa de renovação energética e hídrica dos edifícios abrangidos pelo ECO.AP (ou seja, das Entidades da Administração Pública direta e indireta, incluindo serviços centrais e periféricos).

Para o cumprimento destas metas, as quais serão monitorizadas com o suporte do Barómetro ECO.AP, é criada uma estrutura consolidada de Coordenadores de Energia e Recursos (CER), estes como representantes dos ministérios e de Gestores de Energia e Recursos (GER), como figuras

predominantes para o Estado dar o exemplo na melhoria de eficiência dos recursos mas também testar soluções inovadoras que possam ter um efeito multiplicador na sociedade, podendo ser igualmente beneficiária das poupanças decorrentes da adoção de melhores práticas de gestão.

A EDM cumpriu já com a sua designação do seu GER, quadro da empresa, e, em 2022, elaborou o seu Plano de Eficiência ECO.AP2030, onde foram calculados e registados indicadores referente a energia nas instalações, energia nas frotas, água e materiais (impressões/cópias; papel; plásticos uso único), sendo algumas desagregadas como na Energia Elétrica – iluminação interior; aquecimento, ventilação e ar condicionado; equipamentos de informática e audiovisuais ou na água – torneiras; autoclismos e similares, com ano de referência 2019 e estabelecidas as metas e objetivos, as designadas Medidas de Eficiência de Recursos (MER) a implementar para o triénio 2022-2024. Em 2023, por se manterem as perspetivas de consumos e de medidas de eficiência para o triénio 2022-2024, têm sido implementadas formas de monitorização e acompanhamento dos respetivos indicadores de sustentabilidade.

Assim, reforça-se o facto da empresa ter elaborado e aprovado o Plano ECO.AP 2030, o qual estabeleceu um conjunto de metas ambientais, além de seguir as boas práticas do Global Initiative Report (GRI), conforme recomendado em 2022. Ainda assim, note-se a aprovação da nova diretiva da Comissão Europeia, em 2022, com entrada em vigor em 2023, designada por CSRD (Corporate Sustainability Reporting Directive), vindo a estandardizar e estabilizar os relatórios e os indicadores não financeiros, ESG, para as empresas, com prazos de implementação e que a EDM pretenderá levar a cabo a partir de 2026, dada a sua dimensão.

Face à dimensão da empresa e os escassos limites orçamentais para a prestações de serviços especializados não permitiram evoluir para um reporte mais completo, ESG (Environment, Social, Governance) e de cálculo da pegada carbónica, tendo como referência a legislação nacional e europeia, bem como as boas práticas como o GRI (Global Reporting Initiative), podendo até aproveitar o património rústico existente como sumidouro de carbono e contribuir para o novo mercado voluntário de carbono, e assim ambicionar metas para a neutralidade carbónica.



10 Recursos Humanos

O número médio de trabalhadores da EDM durante 2023 foi de 17, repartidos entre 8 mulheres e 9 homens, todos no quadro de efetivos.

Em 2018 foi solicitada autorização para a contratação de 5 técnicos superiores, 3 para repor as saídas operadas em 2016 e 2 novas contratações para proporcionar condições mínimas para dar execução ao aumento dos investimentos da empresa em recuperação ambiental das minas abandonadas, proposta que só parcialmente foi aceite, com a autorização para contratar apenas 1 técnico. O Conselho de Administração apresentou em 3 de outubro de 2019 nova proposta para o recrutamento de 4 técnicos superiores à Tutela Setorial que emitiu parecer favorável remetido ao gabinete do Secretário de Estado do Tesouro por carta de 14 de outubro de 2019, tendo sido autorizada a contratação de 2 técnicos com a aprovação do "PAO_2020" na Assembleia Geral de 31 de março de 2020. Assim foram autorizadas 3 contratações tendo sido contratados dois técnicos superiores no final de 2020.

Em 2021, saíram 2 trabalhadores por motivo de reforma, um dos quais em 31 de dezembro, pelo que, em 1 de janeiro de 2022 o nº de trabalhadores era no total de 16.

A deliberação da Assembleia Geral de 30 de março de 2022 considerou a contratação de 2 trabalhadores limitando o quadro de recursos humanos, incluindo órgãos sociais, a 24 efetivos. Dado que, em 2022, ocorreram quatro saídas, uma por reforma e três por rescisão de contrato, e a contratação de cinco trabalhadores, respeitou-se a orientação do acionista dada terminando-se o ano com 17 trabalhadores do quadro. De referir que um trabalhador terminou a licença sem retribuição que lhe tinha sido concedida até 31 de dezembro de 2022.

Em 2023 passaram à situação de reforma dois trabalhadores tendo sido contratados, por substituição, outros 2 trabalhadores. No exercício e dadas as autorizações para o setor empresarial do Estado, foi efetuada a atualização salarial de acordo com as orientações do accionista e foram pagos os subsídios de férias e de Natal.

Também em 2023, em cumprimento do disposto nos números 1 e 2 do artigo 125º do Decreto-Lei nº 10/2023, de 8 de fevereiro, na sua redação atual, que estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2023, bem como no previsto no artigo 50º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que aprova o regime jurídico do setor público empresarial foi elaborado Plano de Gestão de Carreiras, com um sistema de avaliação de desempenho e correspondente evolução de carreiras, submetido ao acionista para avaliação e aprovação.

Handwritten signature and initials in blue ink.

11 Cumprimento das Orientações e Disposições Legais

11.1 Objetivos de Gestão, (artigo 38º do RJSPE), e Plano de Atividades e Orçamento

A missão da empresa centra-se em duas vertentes principais:

- uma de **recuperação ambiental de antigas áreas mineiras degradadas**, com vista à sua reabilitação e valorização económica, atuação desenvolvida em representação do dono da obra, o Estado Português, regulada por concessão;
- e outra em que exerce, por si ou em associação, atividades de **prospecção, pesquisa e valorização de recursos minerais**, contribuindo para maximizar o conhecimento dos recursos minerais do País, a sua valorização e aproveitamento económico, por forma a otimizar e melhorar a gestão de ativos da empresa e criar valor para o acionista;
- Adicionalmente e com carácter temporário correspondente ao período 2019-2022, com prolongamento para 2023-2026, a **intervenção em pedreiras em situação crítica**, cujas medidas se encontrem em incumprimento pelos exploradores/proprietários, na sequência da derrocada parcial da Estrada Municipal 255 em Borba, que evidenciou a necessidade de apurar a situação real das pedreiras existentes no território nacional, que por sua vez demonstrou a existência de situações críticas nas zonas envolventes à respetiva localização para pessoas, animais, bens e ambiente, tendo sido identificado um conjunto de 191 pedreiras a exigir intervenção de caráter prioritário, relativamente às quais a RCM nº 50/2019, de 5 de março, alterada pela RCM nº 201/2021, de 31 de dezembro, prorrogada pela RCM nº 138/2023, de 3 de novembro, atribuiu diversas tarefas à EDM.

Em 2023, o Conselho de Administração, na continuidade do exercício de funções, assumiu as metas propostas relativamente aos objetivos que constam da “Proposta de Contratos de Gestão” apresentadas para o mandato 2019-2021 e que também constam do “Plano Estratégico” do mesmo período, que apesar das várias sugestões de alteração e estabilização dos objetivos e indicadores de desempenho, aguardou-se pela assinatura dos contratos de gestão tendo o Conselho mantido a sua atuação desde a eleição estreitamente articulada com a tutela no que respeita às orientações estratégicas e gerais da EDM. Sublinhe-se, contudo, que o Conselho de Administração concretizou em 2022 os objetivos e estratégias propostas.

Uma vez que a eleição para o mandato 2023-2025 ocorreu apenas a 30 de novembro de 2023, uma proposta dos contratos de gestão para o presente mandato já foi enviada à tutela, aguardando-se ainda a sua aprovação, cuja proposta de indicadores se apresenta:



Objetivos de Desempenho	Área de actuação/natureza	Designação do indicador	Formulacão	meta 2023	meta 2024	meta 2025
Estratégicos	Consolidação, credibilidade e reconhecimento	Implementação de um sistema de avaliação junto dos stakeholders da empresa	% de satisfação	0	50	55
	Sustentabilidade e boas práticas de gestão	Desenvolvimento, implementação e monitorização de métricas de sustentabilidade da empresa (valores acumulados)	nº de métricas	3	3	5
	Desenvolvimento de novas áreas de negócio	Implementação de novos projetos na áreas patrimoniais, energia, ambiental, geológica e investigação científica (valores acumulados)	nº de projetos	1	1	2
Setoriais	Recursos Minerais	Contratos de prospeção e concessão celebrados ou promovidos, autonomamente ou em consórcio (valores acumulados)	nº	1	1	1
		Quantidade de quilómetros de geofísica (valores acumulados) no fim do ano, autonomamente ou em consórcio	km	6	8	10
		Quantidade de amostras de rochas e solos (valores acumulados) no fim do ano, autonomamente ou em consórcio	nº	500	500	750
		Quantidade de metros de sondagens geológicas carotadas ou destrutivas (valores acumulados) no fim do ano, autonomamente ou em consórcio	m	3 000	3 000	5 000
	Remediação Ambiental	Superfície total de área mineira intervencionada acumulada face ao valores globais identificados em 2003 (estudo de hierarquização)	ha	59,00%	59,53%	59,97%
		População potencialmente beneficiada pela diminuição da vulnerabilidade ao risco para a saúde e para o ambiente (acumulada)	pop	830 000	856 828	862 301
		Antigas áreas mineiras abandonadas intervencionadas (incluindo fases complementares)	nº	5	13	7
	PIPSC	Implementação de medidas previstas na vertente de vedação, sinalização, estudos ou projetos	nº	0	3	2
		Intervenções estruturais em pedreiras em situação crítica em incumprimento	nº	0	0	1
	Financeiros	EFICIÊNCIA	Custos operacionais/rendimentos	%	73%	75%
RENTABILIDADE		Rentabilidade do capital empregado (ROCE-Return on capital employed) comparada com os rendimentos das aplicações financeiras no IGCP		>30	>30	>30
		Margem de EBTDA	%	30%	25%	20%
EQUILIBRIO ECONÓMICO E FINANCEIRO		Autonomia financeira	%	>50%	>50%	>50%
EFICÁCIA		Grau de concretização dos investimentos em contratos de prospeção e pesquisa em consórcios face aos valores contratados	%	30%	55%	60%
		Grau de concretização dos investimentos das candidaturas aprovadas ao PT 2030	%	0%	60%	75%
PAG FORNECEDORES	PMP (Prazo médio de pagamentos)	dias	20	20	20	

De salientar o cumprimento dos principais objetivos financeiros que dão a solidez e a sustentabilidade necessárias, nomeadamente ao nível da eficiência, da autonomia e da rentabilidade, conforme se dá nota no Relatório do Governo Societário, Capítulo II e Plano de Atividades e Orçamento 2023-2025, aprovado pelo accionista.

Refira-se também que a EDM tem vindo a dar cumprimento aos deveres especiais de informação ao acionista previstos nas orientações aplicáveis através do reporte à Direção-Geral do Tesouro e Finanças e Inspeção Geral de Finanças dos planos e orçamentos anuais, planos de investimento, relatórios trimestrais de execução e envio de cópias das atas das Assembleias Gerais.

Foi feita uma atualização salarial de acordo com as orientações do accionista e foram pagos os subsídios de férias e de Natal. Não foram pagos quaisquer prémios de gestão em 2023 aos membros do Conselho de Administração de acordo com a legislação aplicável.



11.1.1 Execução do Plano de atividades e Orçamento para 2023

O quadro seguinte compara os valores realizados em 2023 com o PAO 2023 aprovado.

Rubricas	Execução 2023 (€)	PAO 2023 (€)
Rendimentos	2.393.947,28	2.257.306,00
Vendas		
Vendas de Mercadorias		
Prestação de Serviços	79.483,00	13.810,00
Ganhos em subsidiárias	124.954,35	8.496,00
Variação nos Inventários da Produção		
Trabalhos própria entidade	955.461,04	1.000.000,00
Reversões (dívidas a receber)		
Ganhos por aumentos de justo valor		
Outros rendimentos e ganhos	1.234.048,89	1.235.000,00
Gastos	1.713.938,52	1.713.591,00
Custo Mercadorias vendas. e Matérias consumidas		
Fornecimentos e serviços externos	572.001,78	555.728,00
Serviços especializados	259.925,02	266.500,00
Materiais	7.724,30	5.000,00
Energia e Fluidos	76.538,92	105.978,00
Deslocações, Estadas e Transportes	3.635,55	7.000,00
Outros Serviços	224.177,99	171.250,00
Gastos com pessoal	1.090.116,58	1.138.863,00
Órgãos sociais - Remunerações e encargos	304.946,20	308.444,00
Pessoal – Remunerações e encargos	785.170,38	830.419,00
Perdas por imparidade		
Perdas por redução de justo valor		
Provisões do período		
Perdas em empresas participadas		
Outros gastos e perdas	51.820,16	19.000,00
Impostos	5.218,01	6.000,00
Outros	46.602,15	13.000,00

Resultados antes dep, gastos fin. e impostos	680.008,76	543.715,00
Depreciações e amortizações	49.721,12	56.000,00
Resultado operacional	630.287,64	487.715,00
Juros e rendimentos similares	3.936,13	
Resultados antes de impostos	634.223,77	487.715,00
Imposto sobre o rendimento do período	97.158,61	107.297,00
Resultado líquido do período	537.065,16	380.418,00

Quadro 11.1 – Mapa de Rendimentos e Gastos

A discriminação dos principais aspetos decorrentes da análise do quadro, evidencia o seguinte, em comparação com o PAO 2023:

- Nos “Rendimentos” o desvio positivo resulta, da prestação de serviços superior ao previsto no PAO2023 e do resultado da subsidiária EDM I;
- Os “Gastos” situaram-se muito ligeiramente acima do previsto no PAO 2023, com uma variação inferior 0,01%;
- O “Resultado Líquido” obtido foi significativamente superior ao previsto no PAO 2023, justificado pelo facto de se terem prestado serviços no valor de 79.483,00€ não previstos no PAO 2023, e pelo facto de os gastos com fornecimentos e serviços externos bem como os gastos com pessoal terem sido consideravelmente inferiores aos previstos no PAO 2023;

O quadro seguinte evidencia a execução do plano de atividades e orçamento para 2023, designadamente quanto ao volume de negócios, resultados e nível de endividamento, valores orçamentados, executados e respetivos desvios.

Indicadores	PAO 2023	Executado 2023	Desvio (+/-)	Observações/medidas
Resultado Líquido	380.418,00 €	537.065,16 €	156.647,16 €	O resultado da participada EDM I foi superior ao previsto em 116.458,00 €
EBITDA	543.715,00 €	680.008,76 €	136.293,76 €	
Resultado Operacional¹⁾ (EBIT)	487.715,00 €	630.287,64 €	142.572,64 €	
Volume de Negócios²⁾	2.257.306,00 €	2.268.992,93 €	11.686,93 €	Vendas e prestação de serviços + Trabalhos Própria Entidade + Outros Rendimentos
Endividamento⁴⁾	0,00 €	0,00 €	0,00 €	sem endividamento
Dívida Financeira Líquida³⁾/EBITDA	-5895,78%	-4060,16%	1835,62%	
Disponibilidades⁵⁾	32.056.219,00 €	27.609.449,06 €	-4.446.769,94 €	Foi pago o valor de 4.515.768,28 € ao acionista como dividendos.
... ⁶⁾	

1) Resultado operacional líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor.

2) Detalhar e quantificar nas observações sempre que outras parcelas, para além de vendas e serviços prestados, são consideradas no cálculo do VN.

3) Por dívida financeira líquida entende-se o valor do endividamento reduzido das disponibilidades.

4) Passivo remunerado

5) Caixa conforme Balanço

6) Adicionar linhas com a identificação de mais indicadores, designadamente de atividade, atendendo à natureza da empresa/ setor de atividade

Quadro 11.2 – Indicadores PAO



11.1.2 Princípios Financeiros de Referência

A descrição dos aspetos referentes aos itens agregados na designação “princípios financeiros de referência” encontra-se apresentada no ponto 11.13 – *Medidas de redução de gastos operacionais* do capítulo 11 deste relatório, pelo que esta informação adicional vai repetir em parte a aí referida. Relativamente aos princípios em referência identificados pela DGTF regista-se:

	Execução 2023 (€)	PAO 2023 (€)
(0) EBITDA	680.008,76	543.715,00
(1) CMVMC		
(2) FSE	572.001,78	555.728,00
(3) Gastos com o pessoal	1.090.116,58	1.138.863,00
(4) Indemnizações pagas por rescisão		
(5) Impacto das valorizações remuneratórias		
(6) Gastos operacionais = (1)+(2)+(3)-(4)-(5)	1.662.118,36	1.694.591,00
(7) Volume de negócios	2.268.992,93	2.257.306,00
(8) Peso dos Gastos/VN = (6)/(7)	0,73253571	0,75071390
Gastos com Pareceres e Consultorias	16.991,24	11.500,00
Gastos com Deslocações/Alojamento	3.635,55	7.000,00
Gastos com Ajudas de custo	0,00	1.500,00
Gastos com as viaturas	39.590,04	41.580,00
Número total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	21	22
N.º Órgãos sociais (OS)	4	4
N.º Cargos de Direção (CD)	3	3
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	14	15
N.º Trabalhadores/Nº CD	4,66	5
N.º de viaturas	7	7

Quadro 11.3 – Princípios financeiros de referência – Comparação Execução 2023 / PAO 2023

Da análise do quadro “Medidas de Redução de Gastos Operacionais (PRC)” temos a referir o seguinte:



- **EBITDA** - regista-se um valor € 680.008,76, superior ao orçamentado, em consequência dos gastos com pessoal terem sido significativamente inferiores e do aumento dos rendimentos, face ao previsto no PAO 2023;
- Relativamente aos **gastos operacionais** estes situaram-se abaixo do previsto no PAO 2023, sublinhando-se:
 - que os *Fornecimentos e Serviços Externos* se situaram acima da previsão orçamental atendendo a que aquando da elaboração do PAO para 2023, foi considerado que o IVA dedutível era afetado de um pró-rata de 80%, e no final do exercício de 2023 foi atualizado o cálculo do pró-rata e apurado que o IVA dedutível seria apenas de 4%;
 - que os *Gastos com Pessoal* foram inferiores em cerca de 4,5% relativamente ao previsto no PAO 2023, registando-se a saída de dois trabalhadores, um por ter atingido a idade da reforma e o outro reformando-se por invalidez. Estas saídas foram colmatadas pela entrada por substituição de dois trabalhadores. Em 2023 foi feita a atualização salarial de acordo com as orientações do acionista;
 - e que é de referir a autorização extraordinária para o acréscimo de gastos operacionais até 2026, de acordo com o ponto 12, da Resolução do Conselho de Ministros n.º 138/2023, de 3 de novembro, recorrente do aumento da atividade para a execução do Plano de Intervenção nas Pedreiras em Situação Crítica (PIPSC).
- Consta-se um aumento para 73,2% do **peso dos gastos operacionais no volume de negócios** face a 2022 (16,8%) uma vez que em 2022 se registou a obtenção do rendimento extraordinário e imprevisível, resultante da cedência dos direitos de participação da EDM no projeto do Gavião e abaixo da previsão do orçamento do PAO2023 (75,0%) em consequência de uma diminuição dos gastos com pessoal face ao previsto no PAO2023. Assim, suprimindo a receita extraordinária, a eficiência operacional da empresa melhorou em 2023.
- Relativamente aos outros itens e tendo em consideração a especificidade da atividade da EDM, bem explicitada neste Relatório e Contas, constata-se:
 - que os gastos com o conjunto de rúbricas de *“deslocações e estadas, ajudas de custo e gastos com a frota automóvel”* apresentam uma diminuição face ao estimado no PAO2023 e também face ao executado em 2022 (10%);
 - que em termos de *“estudos, pareceres, projetos e consultoria”*, apesar do aumento face ao orçamentado para 2023, o valor apresentou-se abaixo do executado em 2022 (2%).
 - que o **número de veículos (7)** é igual ao registado em 2022. A EDM tem procurado substituir as viaturas com elevada quilometragem por outras mais eficientes do

ponto de vista ambiental. A necessidade de substituição é reforçada pelo facto de as atividades da empresa se encontrarem dispersas geograficamente, em todo o território nacional, o que obriga a dispor de meios para a deslocação aos locais onde os projetos se desenvolvem.

Unidade do valor: €

Rubricas	2023 Real	2023 PAO	2022 Real	Variação 2023/2023 PAO		Variação 2023/2022	
	Executado	Estimativa	Executado	Valor	%	Valor	%
Deslocações e Estadas	3.635,55	7.000,00	8.454,63	-3.364,45	-0,48	-4.819,08	-0,57
Ajudas de Custo	0,00	1.500,00	625,40	-1.500,00	-1,00	-625,40	-1,00
Gastos c/Frota Automovel	39.590,04	41.580,00	39.216,05	-1.989,96	-0,05	373,99	0,01
SOMA	43.225,59	50.080,00	48.296,08	-6.854,41	0,86	-5.070,49	0,90

Quadro 11.4 – Evolução das rubricas específicas dos FSE

Unidade do valor: €

Rubricas	2023 Real	2023 PAO	2022 Real	Variação 2023/2023 PAO		Variação 2023/2022	
	Executado	Estimativa	Executado	Valor	%	Valor	%
Estudos, Pareceres, Projetos e Consultoria	16.991,24	11.500,00	17.383,11	5.491,24	0,48	-391,87	-0,02

Quadro 11.5 – Evolução dos gastos com estudos, pareceres, projetos e consultoria

11.1.3 Quadro de Pessoal

O número médio de trabalhadores da EDM durante 2023 foi de 17.

Rubricas	2023		2022		2021		Variação 2023/2022
	Início	Fim	Início	Fim	Início	Fim	
Efetivos	17	17	16	17	18	16	0

Movimentos de pessoal

Em 2021, saíram 2 trabalhadores por motivo de reforma, um dos quais em 31 de dezembro, pelo que, em 1 de janeiro de 2022 o nº de trabalhadores era no total de 16.

A deliberação da Assembleia Geral de 30 de março de 2022 considerou a contratação de 2 trabalhadores limitando o quadro de recursos humanos, incluindo órgãos sociais, a 24 efetivos. Dado que, em 2022, ocorreram quatro saídas, uma por reforma e três por rescisão de contrato, e a contratação de cinco trabalhadores, respeitou-se a orientação do acionista dada terminando-se o ano com 17 trabalhadores do quadro. De referir que um trabalhador terminou a licença sem



retribuição que lhe tinha sido concedida até 31 de dezembro de 2022.

Em 2023 saiu uma trabalhadora por atingir a idade da reforma e outro trabalhador reformou-se por invalidez, tendo ambos sido substituídos.

11.1.4 Investimento

O quadro seguinte evidencia a execução do plano de atividades e orçamento para 2023, designadamente para os casos em que se observe a execução de investimentos não previstos no PAO aprovado, ou, estando previstos no PAO aprovado, excederam o valor orçamentado, explicitando se os mesmos foram objeto de autorização autónoma pelas tutelas e em que termos.

Conforme se apresenta detalhadamente no capítulo 4 relativo à atividade desenvolvida e em síntese no quadro constante do ponto 4 do relatório, os investimentos realizados em 2023 ficaram em termos gerais aquém do que foi previsto no orçamento.

No que respeita à Concessão, o PO SEUR e o PT2030 não abriu novos avisos de candidaturas para a apresentação das fases complementares para a recuperação ambiental das áreas mineiras de Aljustrel e Lousal e de Jales e Covas, assim como de novas candidaturas a determinar. Ainda assim, foram executadas, em 2023, as candidaturas de Picoto, Ribeira do Bôco e Canto Lagar e de Ferreiros, Reboleiro, Barrôco, A-do-Cavalo, Seixas e Lenteiros, realizando o investimento aprovado neste ano. Recorde-se que os projetos de remediação ambiental só podem avançar desde que lhe sejam afetos os meios financeiros necessários, no que se refere a disponibilidade de fundos comunitários, no pressuposto da manutenção do compromisso do seu acionista e concedente no que diz respeito ao financiamento da contrapartida nacional.

Em termos de ações de proteção ambiental e manutenção foram desenvolvidas ações pós-remediação e monitorização de áreas já intervencionadas por conta das verbas consignadas para a Concessão e pelo Fundo Ambiental, assim como ações de segurança, as quais ficaram abaixo da estimativa orçamental.

Nos projetos de Prospeção e Pesquisa que estão previstos desenvolver em parceria, a EDM está dependente de terceiros e da dinâmica que estes queiram implementar na execução dos mesmos.

Uma referência, também, aos investimentos das PIPSC cuja previsão havia sido baseada numa continuidade e aprovação mais célere da nova RCM, o que não se veio a verificar, como se comprova pela data de publicação.

valores em euros

Plano de Investimento	PAO 2023 (1)	Executado 2023				Desvio (PAO vs Executado) (2) - (1)
		Total (2)	Fontes de Financiamento			
			Autofinanciamento (Receltas próprias)	Fundos comunitários	Verbas Consignadas	
A - Prospeção e Pesquisa	250.000	103.843	103.843			-146.157
A1 - Avaliação Contínua do Potencial Nacional	20.000	635	635			-19.365
Avaliação do Potencial de Prospeção de Minerais Críticos	15.000	635	635			-14.365
Elaboração Portefólio Oportunidades	5.000					-5.000
A2 - Desenvolvimento de Projetos de Prospeção e Pesquisa	100.000	2.261	2.261			-97.739
Escódia Grande	50.000					-50.000
Outras áreas (Faixa Castelo Branco)	50.000	2.261	2.261			-47.739
A3 - Participação em Projetos de Prospeção e Pesquisa	130.000	100.947	100.947			-29.053
Rosário	50.000					-50.000
Lagoa Salgada	20.000	100.947	100.947			80.947
Rio de Moinhos	10.000					-10.000
Barrigão	50.000					-50.000
B - Avaliação e Exploração Mineira	100.000	978	978			-99.022
B1 - Participação em Projetos com Potencial Mineiro	100.000	978	978			-99.022
Gralheira (Jales)	100.000	978	978			-99.022
C - Promoção e Desenvolvimento dos Recursos Geológicos	115.000	220.451		220.451		105.451
C1 - Investigação nas Áreas de P&P e do Trat. de Minérios	20.000					-20.000
Projeto Investigação	20.000					-20.000
C2 - Dinamização e Cooperação	15.000					-15.000
Cooperação e Internacionalização	15.000					-15.000
C3 - Promoção do Património Geológico-Mineiro	80.000	220.451		220.451		140.451
Roleiro de Minas	30.000	101.853		101.853		71.853
Ações de Promoção, Imagem e Inovação	50.000	118.598		118.598		68.598
D - Concessão	9.150.000	5.533.861		4.416.537	1.117.124	-3.616.339
Fase Complementar Descont. Solos Aguas Mina Ant. AM Radioativos		14.859		11.859	3.000	14.859
Rec.Amb.AM Quinta Bispo		-58.476		-46.671	-11.805	-58.476
Rec.Amb.AM Mortórios		3.781		3.018	763	3.781
Proj.Centro - Rec.Sist.Descont.Aguas, Solos, lamas contaminados		30		24	6	30
Picoto, Ribeira do Boco e Canto do Lagar	200.000	1.092.369		871.844	220.525	892.369
Ferreiras, Reboleiro, Baroco, Cavelo, Seixas, Lenteiro	4.350.000	4.095.320		3.288.565	826.755	-254.680
Fase Complementar- Covas e Jales	1.250.000	81.365		64.939	16.426	-1.168.635
Pintor	400.000	59.220		47.264	11.955	-340.780
Peção	750.000	61.212		48.855	12.357	-688.788
Maria Dónis	200.000	12.791		10.209	2.582	-187.209
Pinhal do Souto	100.000			0	0	-100.000
Construção Sistema Regul. Efuentes Mina, Bnova e Ribeira Pantanha	1.000.000	863		689	174	-999.137
Fase Complementar- Aljustrel e Lousal	500.000	169.371		135.178	34.192	-330.629
Carrapateira (Bordeira)	200.000	958		764	193	-199.042
Cerro da Amendoeirinha	200.000			0	0	-200.000
E - Segurança, projetos não cofinanciados e manutenção	4.852.700	207.141			207.141	-4.645.559
E1 - Segurança	1.010.000	167.780			167.780	-842.220
Atuações em poços, galerias, chaminés e abalimentos	10.000	4.784			4.784	-5.216
Parque Habitacional da Ulgeirica	1.000.000	162.997			162.997	-837.003
E2 - Projetos não cofinanciados e Pós remediação	3.842.700	39.361			39.361	-3.803.339
Ocorrências em antigas áreas mineiras em Situação Crítica	1.487.700	12.807			12.807	-1.474.893
Subsidiências na antiga área mineira de Jales	1.525.000					-1.525.000
Operações Tratamento águas minas e Monitorização áreas intervenções	820.000	26.554			26.554	-793.446
Pós-Remediação e Monitorizações	10.000					-10.000
F - Investigação, Promoção e Parcerias	30.000					-30.000
F1 - Investigação em Eficiência no Uso dos Recursos	20.000					-20.000
Projeto a definir	20.000					-20.000
F2 - Promoções e parcerias	10.000					-10.000
Valorização dos Ativos Recuperados	10.000					-10.000
H - Estrutura	150.000					-150.000
Investimentos correntes	100.000					-100.000
Projeto energia solar fotovoltaica	50.000					-50.000
I - Novas áreas	50.000	2.310	2.310			-47.690
Projeto de Certificação e Uso de Solos Contaminados e av. Radão edifícios	50.000	2.310	2.310			-47.690
Subtotal	14.697.700	6.066.384	107.131	4.416.537	1.544.716	-8.629.316
G - PEDREIRAS	2.250.000	42.608			42.608	-2.207.392
Plano intervenção em Pedreiras em Situação Crítica	250.000	42.608			42.608	-207.392
Intervenção em Pedreiras em Situação Crítica (Ações Decreto- Lei)	2.000.000					-2.000.000
TOTAL	16.947.700	6.110.992	107.131	4.416.537	1.544.716	-10.836.708

11.1.5 Nível de Endividamento

No que respeita ao nível de endividamento, a EDM não tem passivo bancário e em PAO 2023 não estava previsto qualquer recurso ao crédito.



11.2 Gestão do Risco Financeiro

Atualmente a EDM dispõe duma estrutura de capitais sólida, com um grau de autonomia financeira de 90,1%. Não existe passivo bancário pelo que se considera prejudicada a informação sobre a gestão do risco financeiro.

Anos	2023	2022	2021	2020	2019
Encargos Financeiros (€)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxa Média de Financiamento	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

Quadro 11.6 – Gestão do Risco Financeiro

11.3 Limite de Crescimento do Endividamento

Unidade do valor: €

Valor do endividamento (execução)	2023	2022
	Valores (€)	
Capital Social / Capital Estatutário	0,00	0,00
Financiamento remunerado (corrente e não corrente)	0,00	0,00
Novos investimentos em 2023 (com expressão material)	0,00	0,00
VARIAÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	-	

Quadro 11.7 – Endividamento

11.4 Evolução do Prazo Médio de Pagamentos (PMP)

A EDM tem cumprido com as orientações existentes no sentido de encurtar o prazo de pagamento aos fornecedores. Não existem situações de mora ou de contencioso. O esforço de redução do prazo de pagamento é uma preocupação permanente da empresa, sendo certo que este esforço está também condicionado quer pela natureza dos trabalhos faturados e consequente conferência quer pela data de apresentação das faturas pelos fornecedores. Em 2022 e 2023 o prazo médio de pagamentos teve a evolução que se apresenta no quadro abaixo.

Não existem pagamentos em atraso.

PMP	2023	2022	Variação 23/22	
			Valor	%
Prazo (dias)	16	18	2	11,0

Quadro 11.7 – Prazo Médio de Pagamento

Dívidas Vencidas	Valor (€)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º DL 65-A/2011 (€)			
	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	-	-	-	-	-
Aq. de Capital	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-

Quadro 11.8 – Prazo Médio de Pagamento – Dívidas Vencidas

11.5 Diligências Tomadas e Resultados Obtidos no Âmbito do Cumprimento das Recomendações do Acionista na Aprovação dos Documentos de Prestação de Contas de 2022

Na assembleia geral de aprovação das contas de 2022, realizada no dia 30 de novembro de 2023 foram feitas as seguintes recomendações: *i) recomendando-se ao Órgão de Administração que diligencie no sentido de assegurar o cumprimento integral do disposto na alínea c) do n.º 4 do artigo 133.º do Decreto-Lei n.º 10/2023, de 8 de fevereiro (DLEO 2023); e ii) reverter a decisão de atualização do valor unitário do subsídio de refeição em 2,50 euros e de aumento de 20,00 euros no valor mensal do subsídio de transporte, assegurando a reposição dos respectivos aumentos processados.*

No que respeita à recomendação de cumprimento integral do disposto na alínea c) do n.º 4 do artigo 133.º do Decreto-Lei n.º 10/2023, de 8 de fevereiro, relativamente ao limite dos gastos operacionais, o mesmo consta neste relatório no capítulo 11.1.2., apesar da autorização extraordinária para o acréscimo de gastos operacionais até 2026, de acordo com o ponto 12, da Resolução do Conselho de Ministros n.º 138/2023, de 3 de novembro, recorrente do aumento da atividade para a execução do Plano de Intervenção das Pedreiras em Situação Crítica (PIPSC).

Relativamente à recomendação da reversão e reposição dos aumentos dos subsídios de transporte e de refeição, foi integralmente cumprida.

11.6 Remunerações/Honorários (Apêndice 1)

11.6.1 Órgãos Sociais

O modelo de GOVERNO SOCIÉTARIO está detalhadamente desenvolvido no Relatório do Governo Societário apresentado ao acionista em conjunto com este RELATÓRIO E CONTAS DE



2023. Sublinhe-se, em síntese, que o governo da sociedade está a cargo do Conselho de Administração.

Os órgãos sociais para o triénio 2023-2025 foram eleitos na sessão da Assembleia Geral realizada em 30 de novembro de 2023.

Nos mapas que se seguem apresentam-se informações sobre remunerações dos membros dos órgãos sociais em 2023, bem como de outros dados relevantes, nos termos das instruções da DGTF.

11.6.1.1 Mesa da Assembleia Geral

Aos membros da Mesa da Assembleia-Geral estão atribuídas senhas de presença, nos seguintes valores:

Presidente - €500,00 e Secretária - €350,00, de acordo com a deliberação da sessão da assembleia geral de 30 de novembro de 2023.

Em 2023 ocorreram 4 assembleias gerais, a 24 de março, a 19 de junho, a 15 de setembro e a 30 de novembro. Relativamente às assembleias gerais ocorridas em 2023 foram pagos os seguintes valores:

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Valor Bruto Auferido (€)
2019-2021	Presidente	Maria Teresa Flor Morais	2 000,00	2 000,00
2019-2021	Secretária	Maria Manuela Salvador	0,00	0,00
				2 000,00

11.6.1.2 Conselho de Administração

Na sessão da Assembleia Geral realizada em 30 de novembro de 2023 foram eleitos, para o triénio 2023-2025, os membros do Conselho de Administração, o Presidente e dois Vogais, que transitaram do mandato anterior.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO ou Opção pela Média dos últimos 3 anos (2)				Indicação do número total de mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora	Identificação da data de autorização e Forma	
2023-2025	Presidente	Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus	AG	30/11/2023	Não	IMPIC	D		2 a)
2023-2025	Vogal	Zélia do Rosário do Vale Estêvão	AG	30/11/2023	Não	ISS	D		3 b)
2023-2025	Vogal	Jorge Manuel Fernandes Martinho Cristino	AG	30/11/2023	n.a.				2 c)

a) nomeado em 19 de novembro de 2021 para o mandato 2019-2021 eleito para o mandato 2023-2025

b) mandatos 2016-2018, 2019-2021 e 2023-2025

c) mandatos 2019-2021 e 2023-2025

(1) indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho

(2) Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem - prevista no nº 8 do artigo 28.º do EGP; indicar entidade pagadora (O-Origem/D-Destino)

Os membros do Conselho de Administração da EDM exerceram, à exceção do Presidente eleito em 19 de novembro de 2021, em acumulação, as funções de membros do Conselho de Administração da EDMI sem qualquer remuneração.

Membro do CA	Acumulação de Funções			
	Entidade	Função	Regime	Identificação da data da autorização e forma
[nome]	[identificar]	[identificar]	[Público / Privado]	AG/DUE/D
Zélia do Rosário do Vale Estevão	EDMI	Vogal	Público	DUE 21/06/2019
Jorge Manuel Fernandes Martinho Cristino	EDMI	Vogal	Público	DUE 04/05/2020

Na sessão da Assembleia Geral realizada no dia 30 de novembro de 2023 o Acionista fixou as remunerações dos membros do Conselho de Administração nos termos do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, conforme se segue:

“Presidente: Valor mensal ilíquido: 4.773,18 €, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de abono mensal para despesas de representação, no montante de 1.909,27 €, pago 12 vezes por ano;

Vogal: Valor mensal ilíquido: 3.818,54 €, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de abono mensal para despesas de representação, no montante de 1.527,42 €, pago 12 vezes por ano.

Os membros do Conselho de Administração auferem ainda as seguintes regalias ou benefícios remuneratórios:

- *Benefícios sociais de aplicação generalizada a todos os trabalhadores da empresa;*
- *O valor mensal de combustível e portagens afeto às viaturas de serviço é de um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação fixadas, nos termos definidos no n.º 3 do artigo 33.º do Estatuto do Gestor Público;*
- *Abono para despesas com comunicações, onde se inclui o telefone móvel, o telefone domiciliário e a internet, cujo valor máximo global mensal não pode exceder 80,00 €, nos termos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público.*

Não é permitida:



- A utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público; e
- O reembolso de quaisquer despesas que possam ser consideradas como despesas de representação pessoal nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público.

Aplica-se ainda a todas estas remunerações as disposições legalmente vigentes que as tomem por objeto.”

Assim, evidencia-se nos quadros seguintes as remunerações processadas em 2023 aos membros do Conselho de Administração de acordo com a legislação em vigor.

Membro do CA (Nome)	EGP					
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€) (Jan a Nov)		Remuneração mensal bruta (€) (Dez)	
	[S/N]	[A/B/C]	Vencimento mensal	Despesas de Representação	Vencimento mensal	Despesas de Representação
Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus	S	C	4 578,20	1 831,28	4 773,18	1 909,27
Zélia do Rosário do Vale Estêvão	S	C	3 662,56	1 465,02	3 818,54	1 527,42
Jorge Manuel Fernandes Martinho Cristino	S	C	3 662,56	1 465,02	3 818,54	1 527,42

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5)=(3)-(4)
Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus	86 343,13	0,00	86 343,13	4 317,16	82 025,97
Zélia do Rosário do Vale Estêvão	69 074,46	0,00	69 074,46	3 453,72	65 620,74
Jorge Manuel Fernandes Martinho Cristino	69 074,46	0,00	69 074,46	3 453,72	65 620,74
			224 492,05	11 224,60	213 267,45

(1) O valor da remuneração Fixa corresponde ao vencimento + despesas de representação (sem reduções).

(2) Prémios de Gestão.

(4) Redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Não foram pagos quaisquer prémios de gestão em 2023 aos membros do CA.

11.6.1.3 Fiscal Único/ROC

Na sessão da Assembleia Geral realizada em 30 de novembro de 2023 foi eleito, para o triénio 2023-2025, o Fiscal Único que transitou do mandato anterior, cuja a sessão da Assembleia Geral realizada no dia 30 de novembro de 2023, o acionista fixou as remunerações dos membros, conforme se segue:

“Fixar que para o Fiscal Único efetivo a remuneração anual ilíquida será a constante de contrato de prestação de serviços a celebrar entre o Conselho de Administração da empresa e o respetivo fiscal único, com o limite máximo equivalente a 22,5% da quantia correspondente a 12 meses da remuneração global mensal ilíquida atribuída, nos termos legais, ao presidente do Conselho de Administração da EDM.”

Mandato (Início – Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	Nº de inscrição na OROC	Nº Registo na CMVM	Forma (1)	Data	Data do Contrato		
2023-2025	FU/ROC Efetivo	Cascais, Pêga Magro & Roque, SROC rep. por Pedro Nuno Ramos Roque, ROC 828	SROC – 125 ROC – 828	SROC – 20161443 ROC – 20160456	AG	30/11/2023	12/12/2023	5	5
2023-2025	ROC Suplente	Domingos Manuel Fernandes Cascais	1265	20160876	AG	30/11/2023	-	-	-

Nome ROC/FU	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços – 2023 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais – 2023 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)
Cascais, Pêga Magro & Roque, SROC	12 492,85	0,00	12 492,85				

Nota: valores sem IVA, Não houve serviços adicionais.

11.6.2 Auditor Externo

A auditoria externa é efetuada pela sociedade BDO & Associados, SROC.

Identificação do Auditor Externo			Data da Contratação	Duração do Contrato	Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
Nome Auditor Externo	Nº OROC	Nº CMVM				
BDO & Associados ROC	29	1122	2001	Não fixado	22	22



Nome Auditor Externo	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços – 2023 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais – 2023 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)
BDO & Associados ROC	16 440,00	0,00	16 440,00	-	-	-	-

11.6.3 Restantes Trabalhadores

Em 2023 foi feita a atualização salarial de acordo com as orientações do acionista e sem quaisquer valorizações remuneratórias.

11.7 Aplicação do artigo 32º e 33º do Estatuto do Gestor Público

Relativamente ao disposto no artigo 32º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, regista-se que os gestores não dispuseram de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento para a realização de despesas ao serviço da empresa. Também não se registou qualquer reembolso de despesas englobadas no conceito de despesas de representação pessoal. As despesas efetuadas com comunicações e associadas a deslocações estão descritas nos quadros abaixo.

Membro do CA (Nome)	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus	80,00	960,00	
Zélia do Rosário do Vale Estêvão	80,00	960,00	
Jorge Manuel Fernandes Martinho Cristino	80,00	852,00	
		2 772,00	

Membro do CA (Nome)	Plafond Mensal Combustível e Portagens		Gastos anuais associados a viaturas (€)			
	De Jan a Nov 2023	Dez 2023	Combustível	Portagens	Total	Observações
Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus	434,93	477,32	2 167,62	3 093,93	5 261,55	
Zélia do Rosário do Vale Estêvão	347,94	381,86	1 726,16	2 077,96	3 804,12	
Jorge Manuel Fernandes Martinho Cristino	347,94	381,86	462,55	2 409,92	2 872,47	
					11 938,14	

11.8 Aplicação do nº 2 do artigo 16º do RJSPE e do artigo 11º do EGP

Não existem despesas não documentadas ou confidenciais.

11.8.1 Elaboração e Divulgação de Relatório sobre Remunerações nos Termos do nº 2 da RCM nº 18/2014

Foi elaborado o relatório sobre remunerações pagas a homens e mulheres relativo a 2023, o qual se encontra divulgado no sítio da EDM na internet (www.edm.pt). De acordo com o ponto 2. da RCM nº 18/2014, de 7 de março, este relatório deve ser elaborado de três em três anos.

11.9 Elaboração e Divulgação de Relatório Anual sobre Prevenção da Corrupção

Foi elaborado o relatório de acompanhamento sobre o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas relativo ao ano de 2023, não se tendo registado quaisquer ocorrências nesta matéria. Este relatório já se encontra publicitado no site da empresa, www.edm.pt.

Foram enviados ao Conselho de Prevenção da Corrupção o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas atualizado em dezembro de 2020 e o Relatório de Acompanhamento relativo a 2023.

11.10 Contratação Pública, indicando o Modo de Aplicação das Normas, os Procedimentos Internos e os Atos e Contratos de Valor Superior a 5M€

Relativamente à contratação pública a empresa segue o disposto na legislação aplicável e nas orientações do acionista transmitidas através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças. A empresa participada EDM I segue as mesmas orientações.

No âmbito dos projetos de recuperação ambiental a empresa seguiu os procedimentos relativos à legislação sobre contratação pública, os quais a partir de 29 de julho de 2008 seguem o disposto no novo Código dos Contratos Públicos.

Nas outras aquisições os procedimentos adotados seguem as orientações relativas à legislação sobre contratação pública e variam conforme a relevância das aquisições, sendo usadas quer a adjudicação precedida de consulta prévia, quer o ajuste direto.

No que se refere aos concursos públicos, os mesmos são objeto de adequada divulgação conforme estipula a legislação aplicável. A EDM aderiu à plataforma eletrónica de contratação pública acinGov, tendo sido anteriormente a SaphetyGov.

Não se celebraram em 2023 atos ou outros contratos com valor superior a 5 milhões de euros.



11.11 Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas

A EDM tem vindo a implementar medidas de racionalização no aprovisionamento de bens e serviços, tendo estabelecido um contrato de adesão com a ESPAP. Em 2022, a EDM aderiu especificamente ao Acordo Quadro de Combustíveis e de Eletricidade da ESPAP.

11.12 Medidas de Otimização da Estrutura de Gastos Operacionais

A EDM, nos últimos anos, tem vindo a implementar medidas de redução dos gastos operacionais visando a otimização da sua atividade.

Nas rubricas objeto de **orientações específicas do acionista**, em particular no decreto-lei de execução orçamental, a EDM tem vindo a otimizar a sua intervenção nos seguintes termos:

- Rácio de peso dos *“gastos operacionais no volume de negócios”*

Constata-se um aumento para 73,2% do **peso dos gastos operacionais no volume de negócios** face a 2022 (16,8%) uma vez que em 2022 se registou a obtenção do rendimento extraordinário e imprevisível, resultante da cedência dos direitos de participação da EDM no projeto do Gavião e abaixo da previsão do orçamento do PAO2023 (75,0%) em consequência de uma diminuição dos gastos com pessoal face ao previsto no PAO2023. Assim, suprimindo a receita extraordinária, a eficiência operacional da empresa melhorou em 2023.

- Medidas no âmbito da *redução dos gastos com o conjunto de rúbricas de “deslocações e estadas, ajudas de custo e gastos com a frota automóvel”*

A empresa tem procurado otimizar os gastos com o conjunto de rúbricas de *“deslocações e estadas, ajudas de custo e gastos com a frota automóvel”* que apresentam uma diminuição face ao estimado no PAO2023 e também face ao executado em 2022 (10%)

O número de veículos (7) é igual ao registado em 2022. Sublinha-se, como se tem vindo a referir nas propostas de Plano de Atividades e Orçamento anuais, em particular no PAO2023 e PAO2024, com justificações mais detalhadas, e com a necessidade de equacionar a substituição de 2 viaturas, já autorizada, e cuja a substituição de uma delas foi realizada em 2023, devido à elevada quilometragem e gastos de conservação se revelarem desajustados, comprometendo igualmente a segurança. A urgência desta substituição é reforçada pelo facto de as atividades da empresa se encontrarem dispersas geograficamente, em todo o território nacional, o que obriga a dispor de meios para a deslocação aos locais onde os projetos se desenvolvem;

- Medidas no âmbito da *redução dos gastos com o conjunto de rúbricas de “contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria”*



Neste âmbito a EDM tem vindo ao longo dos anos a promover uma adequada racionalização e otimização. Em 2023 verifica-se uma redução deste gasto em relação ao de 2022.

- Medidas no âmbito da redução dos gastos com o “pessoal”, excluindo órgãos sociais

O número médio de trabalhadores da EDM durante 2023 foi de 17. O ano iniciou-se com 17 trabalhadores tendo ocorrido a saída de 2 trabalhadores, 1 por ter atingido a idade da reforma e outro reformou-se por invalidez, tendo a empresa contratado 2 trabalhadores em 2023 por substituição. No final de 2023 o quadro de pessoal, incluindo órgãos sociais e fiscal único, registava 21 efetivos. De referir que na Assembleia Geral de 30 de março de 2022 autorizaram-se contratações, limitando-se o quadro de pessoal, incluindo órgãos sociais, a 24 efetivos. A contratação autorizada de 2 novos trabalhadores não veio a ocorrer em 2022, nem em 2023.

Ao valor de 2023 foram aplicadas as atualizações salariais, conforme orientações do acionista, sendo que, face ao executado em 2022, corrigido², incluindo todos os efeitos e componentes remuneratórias e efeitos de volume³, verificou-se um aumento da massa salarial global de 5,2%. Em sede de aprovação de PAO_2023 foi autorizado o acréscimo de 192 mil euros (+30%), salvo efeitos de volume⁴.

É ainda de referir a autorização extraordinária para o acréscimo de gastos operacionais até 2026, de acordo com o ponto 12, da Resolução do Conselho de Ministros n.º 138/2023, de 3 de novembro, recorrente do aumento da atividade para a execução do Plano de Intervenção nas Pedreiras em Situação Crítica (PIPSC).

² No total de 17 trabalhadores (menos um que o autorizado).

³ Para a correção do efeito de volume em comparação com 2022 deve considerar-se os valores a auferir pelo trabalhador que se encontrava em licença de vencimento até esse ano, bem como os que saíram ao longo do ano, até ao momento da sua substituição.

⁴ Para a correção do efeito de volume, orçamentado em 2023, considera-se menos um trabalhador, ainda não contratado, conforme autorizado em PAO_2023, pelo valor base de técnico superior, cerca de 33 mil euros anuais.



EFICIÊNCIA OPERACIONAL	2023 Exec.	2023 Orç.	2022 Exec.	2019 Exec.	2023/2022		2023/2019	
					Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA	680 008,76 €	543 715,00 €	6 407 565,00 €	562 338,00 €	✖ -5 727 556,24	-89,39%	✔ 117 670,76	20,93%
(1) CMVMC								
(2) FSE	572 001,78 €	555 728,00 €	626 494,00 €	567 720,00 €	✔ -54 492,22	-8,70%	✖ 4 281,78	0,75%
(3) Gastos com o pessoal	1 090 116,58 €	1 138 863,00 €	944 115,00 €	973 199,00 €	✖ 146 001,58	15,46%	✖ 116 917,58	12,01%
i. Gastos relativos aos órgãos sociais ^{a)}	304 946,20 €	308 444,00 €	306 135,00 €	212 724,00 €	-1 188,80	-0,39%	92 222,20	43,35%
ii. Efeito do cumprimento de disposições legais ^{a)}								
iii. Efeito do acordo para a melhoria do rendimento (Despachos de 15-12-2022 e 12-5-2023, SET e SEF) ^{a)}								
iv. Valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias ^{a)}								
v. Efeito do Absentismo e dos gastos com indemnizações pagas por rescisão (exceto por mútuo acordo) ^{a)}								
(4) Gastos com pessoal sem os impactos i. a v	785 170,38 €	830 419,00 €	637 980,00 €	760 475,00 €	✖ 147 190,38	23,07%	✖ 24 695,38	3,25%
(5) Impactos nos gastos decorrentes de fatores excecionais e/ou de imposições legais ^{b)}								
(6) Gastos operacionais para efeitos do apuramento da eficiência operacional = (1)-(2)+(3)-(5)	1 662 118,36 €	1 694 591,00 €	1 570 609,00 €	1 540 919,00 €	✖ 91 509,36	5,83%	✖ 121 199,36	7,87%
(7) Volume de negócios (VN)	2 268 992,93 €	2 257 306,00 €	9 298 546,00 €	2 322 803,00 €	✖ -7 029 553,07	-75,60%	✖ -53 810,07	-2,32%
Subsídios à exploração								
Indemnizações Compensatórias								
(8) Perda de receita decorrente de fatores excecionais e/ou de imposições legais ^{b)}								
(9) Volume de negócios para efeitos do apuramento da eficiência operacional (7+8)	2 268 992,93 €	2 257 306,00 €	9 298 546,00 €	2 322 803,00 €	✖ -7 029 553,07	-75,60%	✖ -53 810,07	-2,32%
(10) Peso dos Gastos/VN = (6)/(9)	73,25%	75,07%	16,89%	66,34%	✔ 56,36 p.p	333,69%	✔ 0,07 p.p	0,10%
i. Gastos com Deslocações e Alojamento	3 635,55 €	7 000,00 €	8 455,00 €	8 220,00 €	✔ -4 819,45	-57,00%	✔ -4 584,45	-55,77%
ii. Gastos com Ajudas de custo	0,00 €	1 500,00 €	625,00 €	1 126,00 €	✔ -625,00	-100,00%	✔ -1 126,00	-100,00%
iii. Gastos associados à frota automóvel ^{c)}	39 590,04 €	41 580,00 €	39 216,00 €	38 655,00 €	✖ 374,04	0,95%	✖ 935,04	2,42%
iv. Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	16 991,24 €	11 500,00 €	17 383,00 €	11 511,00 €	✔ -391,76	-2,25%	✖ 5 480,24	47,61%
(11) Total dos gastos (i) + (ii) + (iii) + (iv), cfr. alínea c) n.º 4 artigo 133.º do DLEO 2023	60 216,83 €	61 580,00 €	65 679,00 €	59 512,00 €	✖ -5 462,17	-8,32%	✔ 704,83	1,18%
N.º de viaturas	7	7	7	7	0,00	0,00%	0,00	0,00%

a) Conforme disposto na alínea a) do n.º 4 do artigo 133.º do DLEO 2023. Relativamente aos valores a registar na alínea v., os valores do absentismo devem ter sinal negativo.

b) Se aplicáveis, os impactos excecionais (designadamente da crise geopolítica) e os impactos por imposições legais deverão ser devidamente justificados, nos termos do artigo 133.º do DLEO 2023, bem como quantificados e discriminados relativamente às diferentes rubricas de gastos/custos, vendas e serviços prestados. Se outros rendimentos concorrerem para o VN, para além das vendas e Serviços Prestados, os mesmos devem ser claramente identificados e justificados.

c) Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis e/ou eletricidade, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

Notas: Volume de negócios = Vendas e Prestação de serviços + Trabalhos Própria Entidade + Outros Rendimentos.

Nº órgãos sociais inclui o Fiscal Único.

11.13 Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria

Em 2023 registou-se a contratação de consultoria jurídica uma vez que a EDM não tem recursos próprios da especialidade capazes de satisfazer as suas necessidades.

11.14 Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

Na sequência da publicação da Lei nº 55/2010 (Lei do Orçamento para 2011) e tendo presente o disposto no nº 5 do artigo 77, a EDM desencadeou junto do IGCP, no final de 2010, contactos sobre os procedimentos a adotar para cumprimento da referida disposição no quadro da aplicação do Princípio da Unidade de Tesouraria.

A EDM tinha em 31 de dezembro de 2023 uma aplicação financeira no IGCP, no montante de € 22 430 805,72, onde estão também as suas disponibilidades.

Cuidamos do passado, desafiamos o futuro.
Taking care of the past, challenging the future.



A conta no Santander Totta, que esteve associada a guarda de títulos que acabaram por ser alienados em 2021, tendo o processo de encerramento da conta sido concluído em 20 de fevereiro de 2023. Desde então a EDM não possui nenhuma conta na Banca Comercial.

Banca Comercial*	1.º Trimestre (€)	2.º Trimestre (€)	3.º Trimestre (€)	4.º Trimestre (€)
n.a.				
Total	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros auferidos**				

Quadro 11.9 – Disponibilidades na Banca Comercial

* - Identificar a Instituição junto da qual se encontram as disponibilidades e/ou aplicações financeiras, acrescentando as linhas necessárias.

** - Identificar os juros auferidos de todas as aplicações financeiras que se encontram junto da Banca Comercial.

a) Não existem aplicações na Banca Comercial.

IGCP	1.º Trimestre €	2.º Trimestre €	3.º Trimestre €	4.º Trimestre €
Disponibilidades	34.914.453,27 €	29.830.096,43 €	29.294.053,24 €	5.178.222,62 €
Aplicações financeiras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	22.430.805,72 €
Total	34.914.453,27 €	29.830.096,43 €	29.294.053,24 €	27.609.028,34 €

Quadro 11.10 – Disponibilidades no IGCP

11.15 Elaboração e Divulgação do Plano para a Igualdade

A EDM elaborou em 2020 o Plano para a Igualdade para 2020/2021 (pela dimensão da empresa, definiu-se um Plano bianual) e em janeiro de 2022 o Plano para 2022/2023 disponibilizado no sítio da internet da empresa, e que foi enviado a:

- Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego;
- Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género;
- SIOE- Sistema de Informação da Organização do Estado.

Em janeiro de 2024 foi elaborado o Relatório de acompanhamento deste plano, que se encontra publicado no sítio da internet da empresa.

11.16 Elaboração e divulgação da demonstração não financeira

Não aplicável.

11.17 Divulgação da Informação no Site da DGTF

A
26

Informação referente a 31/12/2023

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
Estatutos	S	2019	
Caracterização da Empresa	S	2017	
Função de tutela e acionista	S	2019	
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais	-	--	
- Identificação dos órgãos Sociais	S	2024	
- Estatuto Remuneratório Fixado	S	2024	
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	2024	
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S	2024	
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S	2024	
Esforço Financeiro Público	S	2022	
Ficha Síntese	S	2020	
Informação Financeira histórica e atual	S	2020	
Princípios de Bom governo	-	-	
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	S	2020	
- Transações relevantes com entidades relacionadas	S	2020	
- Outras transações	S	2020	
- Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:	S	2020	
Económico	S	2020	
Social	S	2020	
Ambiental	S	2020	
- Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	S	2020	
-Código de Ética e Conduta	S	2023	

A EDM tem vindo a dar cumprimento aos deveres especiais de informação ao acionista previstos nas orientações aplicáveis e no Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, através do reporte à Direção-Geral do Tesouro e Finanças e Inspeção Geral de Finanças dos planos e orçamentos anuais, planos de investimento, relatórios anuais e envio de cópias das atas das Assembleias Gerais.

A Empresa reporta informação, nos prazos estabelecidos, através do portal SISEE (Sistema de Informação do Setor Empresarial do Estado), no qual têm vindo a ser carregados os dados solicitados, nomeadamente, relatórios, contas trimestrais e anuais, planos e orçamentos, fluxos de caixa mensais, previsão mensal de tesouraria ajustada, gastos gerais mensais, informação sobre esforço financeiro público, prazo médio de pagamentos e outros indicadores.

A empresa apresenta ainda no seu sítio da internet www.edm.pt a informação referida anteriormente.



11.18 Apêndices

11.18.1 Apêndice 1

11.18.1.1 Conselho de Administração

Mandato (Início – Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO ou Opção pela Média dos últimos 3 anos (2)				Indicação do número total de mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora	Identificação da data de autorização e Forma	
2023-2025	Presidente	Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus	AG	30/11/2023	Não	IMPIC	D		2 a)
2023-2025	Vogal	Zélia do Rosário do Vale Estêvão	AG	30/11/2023	Não	ISS	D		3 b)
2023-2025	Vogal	Jorge Manuel Fernandes Martinho Cristino	AG	30/11/2023	n.a.				2 c)

a) mandato 2019-2021 e 2023-2025

b) mandatos 2016-2018, 2019-2021 e 2023-2025

c) mandatos 2019-2021 e 2023-2025

(1) indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho

(2) Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem - prevista no nº 8 do artigo 28.º do EGP; indicar entidade pagadora (O-Origem/D-Destino)

Os dois vogais do Conselho de Administração da EDM exerceram, em acumulação, as funções de membros do Conselho de Administração da EDMI, sem qualquer remuneração.

Membro do CA	Acumulação de Funções			
	Entidade	Função	Regime	Identificação da data da autorização e forma
[nome]	[identificar]	[identificar]	[Público / Privado]	AG/DUE/D
Zélia do Rosário do Vale Estêvão	EDMI	Vogal	Público	DUE 21/06/2019
Jorge Manuel Fernandes Martinho Cristino	EDMI	Vogal	Público	DUE 04/05/2020

Os valores das remunerações de acordo com o estatuto do Gestor Público foram as seguintes:

Membro do CA (Nome)	EGP					
	Fixado	Classificação	Remuneração mesal bruta (€) (Jan a Nov)		Remuneração mesal bruta (€) (Dez)	
			Vencimento mesal	Despesas de Representação	Vencimento mesal	Despesas de Representação
Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus	S	C	4 578,20	1 831,28	4 773,18	1 909,27
Zélia do Rosário do Vale Estêvão	S	C	3 662,56	1 465,02	3 818,54	1 527,42
Jorge Manuel Fernandes Martinho Cristino	S	C	3 662,56	1 465,02	3 818,54	1 527,42



Os valores de remuneração anual processados em 2023 e os outros benefícios sociais foram os seguintes:

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5)=(3)-(4)
Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus	86 343,13	0,00	86 343,13	4 317,16	82 025,97
Zélia do Rosário do Vale Estêvão	69 074,46	0,00	69 074,46	3 453,72	65 620,74
Jorge Manuel Fernandes Martinho Cristino	69 074,46	0,00	69 074,46	3 453,72	65 620,74
			224 492,05	11 224,60	213 267,45

(1) O valor da remuneração Fixa corresponde ao vencimento + despesas de representação (sem reduções).

(2) Prémios de Gestão.

(4) Redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Membro do CA (Nome)	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
	Valor / Dia	Montante pago no ano	Identificar	Encargo Anual			Identificar	Valor
Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus	15,00	3 317,50	SS	19 947,90	2 629,38	1 518,94	-	-
Zélia do Rosário do Vale Estêvão	15,00	3 370,00	SS	16 081,82	1 898,99	1 215,15	-	-
Jorge Manuel Fernandes Martinho Cristino	15,00	3 505,00	SS	16 062,58	2 629,38	1 215,15	-	-
		10 192,50		52 092,29	7 157,75	3 949,24		

Membro do CA (Nome)	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração do contrato	Valor de referência viatura	Modalidade	Ano início	Ano termo	Valor renda mensal	Gasto anual rendas	Prestações contratuais remanescentes
	[S/N]	[S/N]	[€]	[identificar]			[€]	[€]	[n.º]
Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus	N								
Zélia do Rosário do Vale Estêvão	N								
Jorge Manuel Fernandes Martinho Cristino	N								

Os gastos a seguir indicados com deslocações são realizados através do quadro de todo o parque de viaturas da empresa, que são usadas nas deslocações às várias zonas onde a EDM tem intervenções, projetos e património.

Membro do CA (Nome)	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço (a)	Custos com Alojamento (a)	Ajudas de custo	Outras		Gasto total com viagens
				Identificar	Valor	
Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus	792,43	-	0,00	-	-	792,43
Zélia do Rosário do Vale Estêvão	437,90	-	0,00	-	-	437,90
Jorge Manuel Fernandes Martinho Cristino	406,83	-	0,00	-	-	406,83
						1 637,16

a) O valor indicado em deslocações inclui alojamento.

Cuidamos do passado, desafiámos o futuro.
Taking care of the past, challenging the future.



11.18.1.2 Fiscalização

Mandato (Início – Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	Nº de inscrição na OROC	Nº Registo na CMVM	Forma (1)	Data	Data do Contrato		
2023-2025	FU/ROC Efetivo	Cascais, Pêga Magro & Roque, SROC rep. por Pedro Nuno Ramos Roque, ROC 828	SROC – 125 ROC – 828	SROC – 20161443 ROC – 20160456	AG	30/11/2023	12/12/2023	5	5
2023-2025	ROC Suplente	Domingos Manuel Fernandes Cascais	1265	20160876	AG	30/11/2023	-	-	-

Nota: Deve ser identificada o efetivo (SROC e ROC) e suplente (SROC e ROC).

(1) Indicar AG/DUE/Despacho (D).

O ROC Efetivo, em representação da sociedade, é Dr. Pedro Nuno Ramos Roque, ROC nº 828.

Nome ROC/FU	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços – 2023 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais – 2023 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)
Cascais, Pêga Magro & Roque, SROC	12 492,85	0,00	12 492,85				

Nota: valores sem IVA, Não houve serviços adicionais.

11.18.1.3 “4-Auditor Externo”

O exercício de 2001 foi o primeiro a ser auditado pela BDO Binder Co, e a partir de 2004 a BDO & Associados, SROC. Em abril de 2001 os auditores externos eram a KPMG – Auditores Externos S.A., que emitiram parecer sobre as contas de 2000.

Identificação do Auditor Externo			Data da Contratação	Duração do Contrato	Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
Nome Auditor Externo	Nº OROC	Nº CMVM				
BDO & Associados ROC	29	1122	2001	Não fixado	22	22

Nome Auditor Externo	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços – 2023 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais – 2023 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)
BDO & Associados ROC	16 440,00	0,00	16 440,00	-	-	-	-

Valores sem IVA, Não houve contratação de serviços adicionais.



11.18.2 Apêndice 2

Conforme orientações da DGTF sobre a prestação de contas apresenta-se, de seguida, o quadro síntese:

Cumprimento das Orientações legais - 2021	Cumprimento S/N/N.A.	Quantificação/Identificação	Apêndice 2 - EPNF
			Justificação / Referência ao ponto do Relatório
Objetivos de Gestão			
Objetivo de gestão 1 ^(a)			Capítulo 11 ponto 11.1.
Metas a Atingir constantes no PAO 2021			
Investimento	S		
Nível de endividamento			Não há endividamento
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	n.a.		
Gestão do Risco Financeiro	S		Não há endividamento
Limites de Crescimento do Endividamento	S		Não há endividamento
Evolução do PMP a fornecedores	S	18 dias	Capítulo 11 ponto 11.4.
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	n.a.		Não há pagamentos em atraso
Recomendações do acionista na última aprovação de contas			
Recomendações do acionista	S		Capítulo 11.5
Remunerações/Honorários			
Não atribuição de prémios de gestão	S		Não há prémios de gestão
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2023 (se aplicável)	S	€ 11 224,60	Lei 12-A/2010
Fiscalização (CF/ROC/FU) - reduções remuneratórias vigentes em 2021 (se aplicável)	S	n.a.	
Auditor Externo - redução remuneratória vigentes em 2021 (se aplicável)	S	n.a.	
EGP - artigo 32º e 33.º do EGP			Capítulo 11 ponto 11.7
Não utilização de cartões de crédito	S		Não existem cartões de crédito
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S		Não existem
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S		Plafond cumprido
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S		Plafond cumprido
Despesas não documentadas ou confidenciais- n.º 2 do artigo 16º do RISPE e artigo 11.º do EGP			Capítulo 11 ponto 11.8.
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S		Não existem.
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	S	https://edm.pt/wp-content/uploads/2023/02/rel_dshm2022.pdf	Capítulo 11 ponto 11.15

Elaboração do relatório anual sobre Prevenção da Corrupção		https://edm.pt/wp-content/uploads/2023/02/relpprcic2022.pdf	Capítulo 11 ponto 11.9.
Contratação Pública			Capítulo 11 ponto 11.11.
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	S	Aplicação do Código dos Contratos Públicos e legislação aplicável	
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	S		
Contratos submetidos a visto prévio do TC	N		
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	S		Capítulo 11 ponto 11.11
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	S	Preenchido quadro PRC	Capítulo 11 ponto 11.12- Medidas de otimização dos Gastos operacionais
Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria (art.º 49.º DLEO2019)	S	uma contratação em 2023	Capítulo 11 ponto 11.13-
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013)			
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S	100%	Capítulo 11 ponto 11.14
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	S	Não existem	Capítulo 11 ponto 11.14
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	S	0	Capítulo 11 ponto 11.15
Auditorias do Tribunal de Contas			
Recomendação 1			
Recomendação 2			
Elaboração do Plano para a Igualdade conforme determina o art.º 7º da Lei 62/2017, de 1 de agosto	S	https://edm.pt/wp-content/uploads/2022/03/pig2022-2023.pdf	Capítulo 11 ponto 11.15
Apresentação da demonstração não financeira	n.a.		

(a) Indicar cada objetivo de gestão da empresa.

(b) Deverão ser indicadas também recomendações resultantes de auditorias transversais ao sector de atividade e/ou SEE.

12 Perspetivas Futuras

12.1 Posicionamento Estratégico

A sociedade EDM-Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A. desenvolve a sua atividade no setor mineiro cujo enquadramento estratégico relevante para o caso específico da EDM, se encontra caracterizado pelos seguintes aspetos:

- i. **O potencial geológico-mineiro** do território nacional é muito considerável e justifica a promoção do aproveitamento dos recursos geológicos numa ótica de compatibilização das vertentes económica, ambiental, de ordenamento do território e social. Desta forma e no que respeita a este domínio, as orientações definidas são:
 - a) A EDM deve prosseguir a atividade de investigação da infraestrutura e da base de recursos geológicos, essencial para a definição de uma estratégia sólida de exploração de recursos geológicos, de forma racional e sustentável, conhecendo as características, estruturas e utilizações dos diversos recursos existentes, atividade na qual o papel da EDM, face às suas competências, pode ser relevante, devendo privilegiar:
 - a identificação de ocorrências com potencial;
 - o desenvolvimento de projetos de prospeção e pesquisa, autonomamente ou em consórcios;
 - e a avaliação da viabilidade económica e financeira de depósitos entretanto identificados, preferencialmente em consórcios.
 - ii. No que respeita à **gestão e remediação ambiental**, advém da responsabilidade pública sobre passivos mineiros, devido à intensa atividade mineira do passado sem as preocupações sociais e ambientais que norteiam a moderna atividade extrativa, tendo deixado um **legado de passivos mineiros** diversos que é urgente mitigar, quer pelos impactos na saúde e segurança das populações, quer pelos impactos ambientais e paisagísticos, associando uma imagem mais prejudicial do setor mineiro. Para além disso a atividade da EDM está, neste âmbito, enquadrada pelo “Contrato de Concessão do Exercício da Atividade de Recuperação Ambiental das Áreas Mineiras Degradadas” aprovado pelo Decreto-Lei n.º 198-A/2001, de 6 de julho, e pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 93/2001, de 9 de agosto, o que constitui, também, uma referência



fundamental na prossecução da sua missão. Assim e no que respeita a este domínio, as orientações definidas são:

- a) Proceder à recuperação ambiental de antigas áreas mineiras abandonadas, tendo em vista a sua reabilitação e valorização, atuando no âmbito da Concessão que para o efeito lhe foi outorgada (Decreto-Lei nº198-A/2001, de 6 de julho), na qualidade de representante do dono da obra, o Estado, devendo privilegiar
- a concretização atempada das candidaturas aprovadas nos Fundos Estruturais, designadamente o POSEUR no Portugal 2020 e no Portugal 2030, maximizando o aproveitamento dos financiamentos aí disponíveis;
 - a reapreciação dos projetos de recuperação ambiental previstos no “Contrato de Concessão” e no documento enquadrador para o PT 2030, com as prioridades a prosseguir, no sentido de dotar a empresa de potenciais candidaturas com maturidades avançadas;
 - o estabelecimento de Acordos de Parcerias com os Municípios e outras entidades locais a valorização do potencial cultural, turístico, geológico e mineiro, e outros das áreas e ativos recuperados;
 - introduzir novas variáveis e indicadores, que permitam uma regeneração ecológica das áreas intervencionadas, passando a constar soluções de base natural, recuperação de habitats, preservação da biodiversidade, proteção de espécies autóctones, bem como a promoção de soluções inspiradas na economia circular, que permitam aplicação de novos materiais, ao mesmo tempo que aumentam a captação e retenção de carbono nos solos.
- iii. Adicionalmente e com carácter ainda temporário mantém-se a **intervenção em pedreiras em situação crítica**, ao abrigo da RCM n.º 50/2019, de 5 de março, alterada pela RCM n.º 201/2021, de 31 de dezembro, prorrogada pela RCM n.º 138/2023, de 3 de novembro, correspondente ao período 2023-2026. Esta ação surge da derrocada parcial da Estrada Municipal 255 em Borba, que evidenciou a necessidade de apurar a situação real das pedreiras existentes no território nacional e que, por sua vez, demonstrou a existência de situações críticas nas zonas envolventes à respetiva localização para pessoas, animais, bens e o ambiente. Assim e no que respeita a este domínio, as orientações definidas são:

- a) No âmbito dos documentos aprovados e do **Plano de Intervenção nas Pedreiras em Situação Crítica (PIPSC)**, a EDM deve continuar a desenvolver um conjunto de medidas preventivas, aí definidas, relacionadas com a “sinalização”, “vedação” e realização de “estudos e/ou projetos de execução”, nas quais está prevista a intervenção da EDM dadas as suas competências em situações análogas nas minas degradadas e abandonadas privilegiando:
- a colocação de sinalética de perigo no interior das pedreiras e instalando a respetiva vedação nos casos em que os exploradores ou proprietários as não executem, nos termos da RCM;
 - a realização de estudos prévios e/ou projetos de execução que possibilitem a identificação de soluções técnicas adequadas à realização de intervenções de carácter estrutural, à reposição das zonas de defesa e à estabilização de escombreliras, nas pedreiras, também nos casos em que os exploradores ou proprietários as não executem;
 - realização das intervenções físicas, nomeadamente as empreitadas necessárias, de acordo com as soluções técnicas apontadas e aprovadas pela DGEG;
 - proceder ao respetivo pedido de ressarcimento das verbas gastas a título subsidiário, junto dos exploradores e/ou proprietários, de forma devolver as verbas ao Fundo Ambiental.

12.2 Estratégia e Objetivos Específicos

No quadro das linhas de orientação definidas a **estratégia** a desenvolver pela EDM visa:

- Alargar e intensificar as ações de reconhecimento e valorização de recursos minerais tanto no território nacional como no exterior;
- Consolidar a intervenção eficiente que vem sendo realizada no domínio ambiental;
- Garantir eficiência no desenvolvimento das ações relacionadas com o PIPSC;
- Garantir a adoção das melhores práticas de gestão;
- Promover o desenvolvimento de novas áreas de negócio.

No âmbito da missão antes referenciada, e na perspetiva que a empresa constitui mais um instrumento do Governo em intervenções estratégicas no domínio geológico-mineiro, as ações e atividades a prosseguir pela EDM orientam-se para a consecução dos seguintes **objetivos**:

a) No domínio da valorização dos recursos geológicos

- i. Conceber e executar, por si só ou em consórcio, projetos de prospeção e pesquisa, avaliação e aproveitamento de recursos geológicos da Base Nacional de Recursos, tendo em consideração o seu elevado potencial geológico-mineiro;
- ii. Desenvolver estudos e prestar serviços nos domínios das geociências, ciências da engenharia e ambiente, bem como cooperar com outras entidades, no país ou no exterior, em projetos de investigação de interesse comum.

b) No domínio da remediação ambiental das antigas áreas mineiras

- i. Proceder à recuperação ambiental de antigas áreas mineiras abandonadas, tendo em vista a sua reabilitação e valorização, atuando no âmbito da Concessão que para o efeito lhe foi outorgada (Decreto-Lei nº198-A/2001, de 6 de julho), na qualidade de representante do dono da obra, o Estado;
- ii. Monitorizar e controlar efluentes, em especial os das antigas minas de urânio de molde a cumprir as normas internacionais e legislação que regulam o setor;
- iii. Maximizar o aproveitamento dos fundos comunitários nos projetos de recuperação ambiental;
- iv. Estabelecer com as entidades locais e outras acordos de parceria que permitam um enquadramento e uso futuro dos espaços, entretanto reabilitados, colocando-os quanto possível ao serviço das populações, de uma forma sustentável e maximizadora do esforço de reabilitação realizado.

c) No domínio do Plano de Intervenção em Pedreiras em Situação Crítica (PIPSC)

- i. Assegurar a introdução de sinalética de perigos no interior das pedreiras em situação crítica e proceder à respetiva vedação nos casos em que os exploradores ou proprietários as não apliquem;
- ii. Assegurar a realização de estudos prévios e/ou projetos de execução que possibilitem a identificação de soluções técnicas adequadas à realização de intervenções de carácter estrutural, à reposição das zonas de defesa e à estabilização das escombreyras, também nos casos em que os exploradores ou proprietários as não realizem;
- iii. Realizar as intervenções necessárias, de acordo com as soluções técnicas aprovadas, de forma a garantir a mitigação do risco;

- iv. Promover as ações necessárias para o ressarcimento das verbas gastas a título subsidiário, junto de exploradores e/ou proprietários.

d) *No domínio da gestão sustentável da empresa*

- i. Diversificar áreas de negócio que potenciem os rendimentos da empresa designadamente na fase de transição dos investimentos de prospeção e pesquisa para a fase de exploração;
- ii. Conter o crescimento dos seus custos totais de forma manter rácios económicos e financeiros equilibrados;
- iii. Apostar em novas áreas de negócio que permitam rentabilizar os seus ativos, desde logo com o aproveitamento de antigas áreas mineiras para reprocessamento de materiais, instalação de projetos energéticos com base em fontes renováveis, inventariação e incremento de sequestro de carbono e de serviços de ecossistema;
- iv. Maximizar a criação de valor dos ativos da empresa e da sua participada EDMI - Empresa de Projetos Imobiliários, SA.

12.3 Projeções Económico-Financeiras

No Plano Estratégico para o mandato incluíram-se as projeções de rendimentos, gastos e investimentos e respetivas fontes de financiamento no horizonte do mandato (2023-2025), tendo como pressuposto as linhas estratégicas anteriormente apresentadas.

A sua análise permite concluir pela sustentabilidade da empresa no quadro das orientações estratégicas definidas na condição

- de serem asseguradas as fontes de financiamento dos investimentos necessários ao prosseguimento da missão da empresa, em particular através das dotações dos fundos estruturais no que se refere ao domínio da remediação ambiental das antigas áreas mineiras degradadas e Fundo Ambiental no que se refere ao PIPSC;
- A par da consignação de verbas nacionais para fazer face à contrapartida nacional eventualmente através do reforço da afetação dos royalties das empresas mineiras em atividade, como nos anos recentes.

Em termos sintéticos constatam-se os seguintes elementos:

- i. A evolução dos **investimentos** programados evidencia a continuação numa forte aposta no desenvolvimento do programa de remediação ambiental das áreas



mineiras abandonadas, em que nos últimos 6 anos (2017 a 2023) se realizaram ou têm em curso projetos no valor já realizado de cerca de 52 milhões de euros que compara com os 88 milhões de euros despendidos desde 2001 até 2015 (16 anos).

Unidade do valor: milhares de €

	2019	2020	2021	2022	2023	2024 (a)
	Execução	Execução	Execução	Execução	Execução	Previsão
Investimento Ambiental	10 519	10 742	7 923	2 409	6 474	7 568
Investimento Total	10 748	11 612	8 037	3 128	6 516	11 058
PIPSC	433	346	106	319	42	1 600

(a)-valores do PAO 2024

Evolução dos investimentos

- ii. A empresa apresenta sempre **Resultados** positivos, que em 2023 tiveram uma retomas em termos de estabilização, devido ao aumento de rendimentos e diminuição da despesa.

Unidade do valor: €

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024 (a)
	Execução	Execução	Execução	Execução	Execução	Execução	Previsão
Resultados Operacionais	508 650	513 777	607 201	1 063 545	6 345	630 287	630 610
Resultados Líquidos	407 868	419 387	507 279	1 056 535	4 999	537 065	514 615

(a)-valores do PAO 2024

Evolução dos resultados

- iii. A **situação económica e financeira** da empresa apresenta indicadores fortemente favoráveis como se verifica pelo quadro.

Unidade do valor: milhares de €

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024(a)
	Execução	Execução	Execução	Execução	Execução	Execução	Previsão
Autonomia Financeira	84,3%	82,4%	87,0%	88,3%	88,7%	90,10%	96,59%
Ativo Total	60 572	60 855	58 154	58 934	64 684	59 004	60 422
Capital Próprio	51 037	50 154	50 608	52 046	57 353	53 176	58 362

(a)-valores do PAO 2024

Evolução da situação financeira

Cuidamos do passado, desafiámos o futuro.
Taking care of the past, challenging the future.



Em consonância com as linhas estratégicas atrás definidas os **investimentos** previstos a realizar em 2024, e no horizonte 2025, constam do Plano de Atividades para 2024, apresentado em 16 de novembro de 2023. Os meios financeiros necessários à execução deste programa de investimentos passam pelo recurso a fundos comunitários e outros fundos nacionais, nomeadamente o Fundo Ambiental, bem como pela afetação de meios próprios, cujos montantes também constam do referido Plano de Atividades. Sublinhe-se que o nível de execução dos investimentos apresentados está condicionado à afetação dos recursos que seja possível mobilizar, com particular relevância na área da concessão de remediação ambiental.

O **volume de investimentos** previsto efetuar pela EDM no ano de 2024 ascende a €11 058 000,00 repartido pelas diversas áreas conforme se segue:

- Ambiental - €7.568.000,00
- Mineira - €1 170 000,00
- Modernização e Sustentabilidade - €720.000,00
- PIPSC (Pedreiras) - €1 600 000,00

As **fontes de financiamento** previstas para a execução deste plano de investimentos de 2024 e respetivas contribuições são as seguintes:

- Fundos Comunitários (PT2030) - €3 377 000,00
- Verbas consignadas - €2 088 000,00
- Meios Próprios - €1 480 000,00
- Fundo Ambiental - €4 113 000,00



13 Proposta de Aplicação de Resultados

Uma das principais atividades da EDM, que se insere na sua missão, é a valorização do conhecimento e dos recursos geológicos, potenciando e permitindo a atividade industrial sustentável do setor. Estes objetivos só se cumprem com um (re)investimento continuado em novas áreas mineiras, aumentando o seu conhecimento e permitindo que no futuro, a médio-longo prazo, seja possível dar continuidade a novos projetos no setor, em linha com a estratégia da União Europeia para o aumento da independência das matérias-primas críticas e estratégica, para uma mais rápida transição energética. Por outro lado, no âmbito da remediação ambiental das antigas áreas mineiras abandonadas, e dando cumprimento à concessão com o Estado, deverá ser garantida a continuidade de investimento, cumprindo com as metas estabelecidas.

Por outro lado, deverá ser considerado o elevado impacto nos Resultados Transitados do reforço, efetuado nos últimos anos, da provisão para pagamento dos encargos com pensões de ex-trabalhadores das extintas ENU – Empresa Nacional de Urânio e da JEN – Junta de Energia Nuclear, que a EDM paga mensalmente à CGA (Caixa Geral de Aposentações, face à atualização do cálculo do valor atual dessas responsabilidades e atendendo ao previsto na Lei e nos Estatutos.

Assim, e de acordo com os estatutos da empresa, o código das sociedades comerciais e demais legislação aplicável, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido positivo do exercício, no montante de € 537 065,16 (quinhentos e trinta e sete mil, sessenta e cinco euros e dezasseis cêntimos), tenha a seguinte aplicação:

- € 537 065,16 (quinhentos e trinta e sete mil, sessenta e cinco euros e dezasseis cêntimos) seja transferido para “Resultados Transitados”.



14 Agradecimentos

Da permanente disponibilidade do Acionista único e do seu contributo, da boa articulação estratégica com a tutela setorial, bem como da cooperação permanente com outros Órgãos da Administração Pública, para o bom desenvolvimento da atividade da empresa durante o ano de 2023, cabe deixar aqui expresso o devido apreço e agradecimento.

Deseja-se ainda registar e agradecer o apoio e cooperação do Revisor Oficial de Contas e dos auditores externos bem como dos membros da Mesa da Assembleia Geral e da sua Presidente, Dra. Teresa Flor.

Por último, deseja o Conselho de Administração manifestar o seu agradecimento, por todo o esforço e empenhamento nas atividades da empresa, a todos os quadros e demais colaboradores da EDM, bem como pela dedicação com que desempenharam as suas funções.

Lisboa, 6 de março de 2024

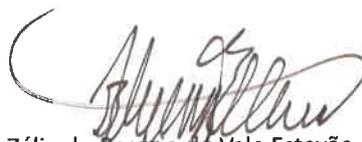
O Conselho de Administração



Gonçalo da Rocha de Jesus, Presidente



Jorge Manuel Fernandes Martinho Cristino, Vogal



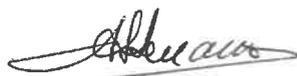
Zélia do Rosario do Vale Estevão, Vogal

15 Mapas das Demonstrações Financeiras

15.1 Balanço

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2023	31-12-2022
Euros			
A T I V O			
Ativo não corrente			
Activos fixos tangíveis	6	612.726,71	594.388,70
Activos intangíveis	7	1.022.090,64	1.773.896,23
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	8	1.799.299,12	1.674.344,77
Participações financeiras - outros métodos	8	25.652,42	24.947,78
Clientes	12	1.549.800,00	2.324.700,00
Creditos a receber	9	4.931.260,54	5.213.706,04
Activos por impostos diferidos	10	152.420,17	181.149,58
		10.093.849,60	11.787.133,10
Ativo corrente			
Inventários	11	13.731.185,00	13.731.185,00
Clientes	12	796.820,45	778.319,94
Estado e outros entes públicos	13	546.665,88	0,00
Outras creditos a receber	14	6.186.070,50	2.435.770,35
Diferimentos	15	40.239,34	25.542,39
Caixa e depósitos bancários	16	27.609.499,06	35.938.412,93
		48.910.480,23	52.909.230,61
Total do ativo		59.004.329,83	64.696.363,71
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	17	30.000.000,00	30.000.000,00
Outros instrumentos de capital próprio	18	13.731.185,00	13.731.185,00
Reservas legais	19	6.000.000,00	6.000.000,00
Outras reservas	20	1.891.926,03	1.891.926,03
Resultados transitados	21	670.799,68	380.371,82
Ajustamentos em activos financeiros	22	281.781,46	281.781,46
Excedente de revalorização	23	63.781,50	68.333,67
Ajustamentos / outras variações no capital próprio		52.639.473,67	52.353.597,98
Resultado líquido do período		537.065,16	5.017.520,31
		53.176.538,83	57.371.118,29
Interesses que não controlam			
Total do capital próprio		53.176.538,83	57.371.118,29
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	24	992.957,28	1.288.901,61
Outras dívidas a pagar	25	115.960,19	115.960,19
Passivos por impostos diferidos		18.954,58	18.164,65
		1.125.872,05	1.421.026,45
Passivo corrente			
Fornecedores	26	103.646,22	549.144,46
Estado e outros entes públicos	13	233.849,48	1.495.123,54
Outras dívidas a pagar	25	4.363.755,43	3.858.641,51
Diferimentos	15	667,82	1.309,46
		4.701.918,95	5.904.218,97
Total do passivo		5.827.791,00	7.325.245,42
Total do capital próprio e do passivo		59.004.329,83	64.696.363,71

Contabilista Certificado



António Semano

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus



Zélia do Rosário do Vale Esteves



Jorge Manuel Fernandes Martinho Custino

15.2 Demonstração dos Resultados por Naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Períodos	
		31/12/2023	31/12/2022
Vendas e serviços prestados	27	79.483,00	0,00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	33	124.954,35	27.904,70
Trabalhos para a própria entidade	28	955.461,04	876.807,51
Fornecimento e serviços externos	29	-572.001,78	-626.494,14
Gastos com o pessoal	30	-1.090.116,58	-944.114,81
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	31	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)	24	0,00	-344.284,57
Outros rendimentos	32	1.234.048,89	8.421.738,51
Outros gastos	34	-51.820,16	-1.003.992,64
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		680.008,76	6.407.564,56
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	35	-49.721,12	-38.548,98
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		630.287,64	6.369.015,58
Juros e rendimentos similares obtidos	36	3.936,13	5.991,68
Resultado antes de impostos		634.223,77	6.375.007,26
Imposto sobre o rendimento do período	37	-97.158,61	-1.357.486,95
Resultado líquido do período		537.065,16	5.017.520,31
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe		537.065,16	5.017.520,31
Interesses que não controlam		537.065,16	5.017.520,31
Resultado por acção básico		0,0895	0,8363

Contabilista Certificado

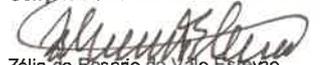


António Serrano

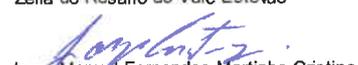
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus



Zélia do Rosário do Vale Estevão

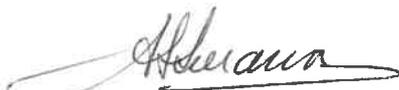


Jorge Manuel Fernandes Martinho Cristino

15.3 Demonstração de Resultados por Funções

RUBRICAS	Notas	Euros	
		Períodos	
		31/12/2023	31/12/2022
Vendas e serviços prestados	27	79.483,00	0,00
Custo das vendas e dos serviços prestados		0,00	0,00
Resultado bruto		79.483,00	0,00
Outros rendimentos	28/31/32	2.314.464,28	9.326.539,60
Gastos de distribuição			
Gastos administrativos	29/30/35	-1.711.839,48	-1.609.157,93
Gastos de investigação e desenvolvimento			
Outros gastos	34	-51.820,16	-1.348.366,09
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		630.287,64	6.369.015,58
Gastos de financiamento (líquidos)	36	3.936,13	5.991,68
Resultado antes de impostos		634.223,77	6.375.007,26
Imposto sobre o rendimento do período	37	-97.158,61	-1.357.486,95
Resultado líquido do período		537.065,16	5.017.520,31
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe		537.065,16	5.017.520,31
Interesses minoritários		537.065,16	5.017.520,31

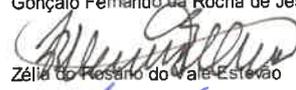
Contabilista Certificado



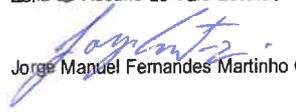
António Serrano

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus



Zélia do Rosário do Vale Esteves



Jorge Manuel Fernandes Martinho Cristino

15.4 Demonstração de Fluxos de Caixa

RUBRICAS	Notas	Euros	
		31/12/2023	2022
Fluxos de Caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		861.069,03	10.831.936,48
Pagamentos a fornecedores		-532.501,62	-709.473,53
Pagamentos ao pessoal		-991.650,06	-987.026,82
Caixa gerada pelas operações		-663.082,65	9.135.436,13
Pagamento/recebimento do imposto s/rendimento		-1.994.962,05	56.279,79
Outros recebimentos/pagamentos		309.614,44	-3.019.597,37
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-2.348.430,26	6.172.118,55
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-68.059,13	0,00
Activos intangíveis		-5.752.723,11	-1.801.944,41
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0,00	4.000,00
Activos intangíveis		4.349.731,81	4.244.831,13
Investimentos Financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		6.335,10	844,44
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento(2)		-1.464.715,33	2.447.731,16
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuizos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Dividendos		-4.515.768,28	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento		0,00	
Fluxos de caixa das actividades de financiamento(3)		-4.515.768,28	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-8.328.913,87	8.619.849,71
Efeitos das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		35.938.412,93	27.318.563,22
Caixa e seus equivalentes no fim do período		27.609.499,06	35.938.412,93

Contabilista Certificado



António Serrano

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus

Zélia do Rosário do Vale Esteves

Jorge Manuel Fernandes Martinho Cristino

15.5 Demonstração das Alterações ao Capital Próprio

2022

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa mãe										Total do Capital Próprio			
		Capital Realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transferridos	Alíquotas em Ações Financeiras	Excedentes de Reavaliação	Outras variações de capital próprio		Resultado líquido do exercício	Total	Interesses minoritários
POSIÇÃO NO INÍCIO DE 2022	1	30.000.000,00		13.731.185,00		6.000.000,00	1.891.926,03	-651.200,58	-54.754,77	72.895,84		1.056.534,89	52.046.576,41		52.046.576,41
ALTERAÇÕES DO PERÍODO															
Primeira adoção de novo referencial contábilístico															
Alterações de políticas contábilísticas															
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis								0,00		0,00		0,00			0,00
Excedentes de revalorização de ativos fixos tang. e intang. e respec. variações								5.762,24		-5.762,24		0,00			0,00
Ajustamento por impostos diferidos								-30.724,73		1.210,07		-29.514,66			-29.514,66
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	2			0,00		0,00	0,00	1.056.534,89	336.536,23	-4.552,17		-1.056.534,89	336.536,23		336.536,23
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	3			0,00		0,00	0,00	1.031.572,40	336.536,23	-4.552,17		-1.056.534,89	307.021,57		307.021,57
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3			0,00		0,00	0,00	380.371,82	281.781,46	68.333,67		5.017.520,31	5.017.520,31		5.017.520,31
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
Realizações de capital								0,00				0,00			0,00
Distribuições								0,00				0,00			0,00
Entradas para coberturas de perdas								0,00				0,00			0,00
Outras operações								0,00				0,00			0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2022	6=1+2+3+4+5	30.000.000,00	0,00	13.731.185,00	0,00	6.000.000,00	1.891.926,03	380.371,82	281.781,46	68.333,67		5.017.520,31	57.371.118,29		57.371.118,29

2023

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa mãe										Total do Capital Próprio			
		Capital Realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transferridos	Ajustam. em Ações Financeiras	Excedentes de Reavaliação	Outras variações de capital próprio		Resultado líquido do exercício	Total	Interesses minoritários
POSIÇÃO NO INÍCIO DE 2023	1	30.000.000,00		13.731.185,00		6.000.000,00	1.891.926,03	380.371,82	281.781,46	68.333,67		5.017.520,31	57.371.118,29		57.371.118,29
ALTERAÇÕES DO PERÍODO															
Primeira adoção de novo referencial contábilístico															
Alterações de políticas contábilísticas															
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis								0,00		0,00		0,00			0,00
Excedentes de revalorização de ativos fixos tang. e intang. e respec. variações								5.762,24		-5.762,24		0,00			0,00
Ajustamento por impostos diferidos								-29.939,48		1.210,07		-28.729,41			-28.729,41
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	2			0,00		0,00	0,00	4.800.373,35	0,00	-4.552,17		-5.017.520,31	-187.146,93		-187.146,93
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	3			0,00		0,00	0,00	4.800.373,35	0,00	-4.552,17		-5.017.520,31	-215.876,34		-215.876,34
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3			0,00		0,00	0,00	870.799,66	281.781,46	63.781,50		537.065,16	321.188,82		537.065,16
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
Realizações de capital								0,00				0,00			0,00
Distribuições								0,00				0,00			0,00
Entradas para coberturas de perdas								0,00				0,00			0,00
Outras operações								0,00				0,00			0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2023	6=1+2+3+4+5	30.000.000,00	0,00	13.731.185,00	0,00	6.000.000,00	1.891.926,03	870.799,66	281.781,46	63.781,50		537.065,16	53.176.538,83		53.176.538,83

Cuidamos do passado, desafiamos o futuro.
Taking care of the past, challenging the future.



Handwritten signatures and initials in blue ink.

Anexo às Demonstrações Financeiras

1. Identificação

A EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SA, NIPC 501692983, foi constituída em 18 de junho de 1986. A sociedade tem a sua sede na Rua Sampaio Pina, nº 1-3º andar direito, em Lisboa.

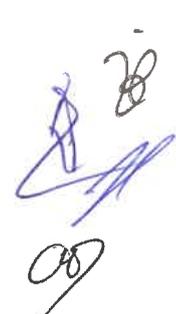
A sociedade tem por objeto a realização de estudos e a prestação de serviços nos domínios das geociências, ciências de engenharia e do ambiente natural, em particular no referente à recuperação ambiental de áreas degradadas pela exploração de recursos minerais; o exercício, por si ou em associação, de atividades de prospeção, pesquisa e exploração de recursos minerais; a gestão de patrimónios imobiliários e das participações sociais cuja titularidade lhe pertença ou cujos poderes de gestão lhe hajam sido confiados; bem como a realização de outras atividades industriais, comerciais e de serviços, quer diretamente quer em associação com terceiros, conexas com as atividades anteriores. Desde 2029, a EDM assumiu a intervenção no Plano de Intervenção em Pedreiras em Situação Crítica (PIPSC), dando sequência à aprovação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/2019, de 5 de março, com o respetivo plano, alterada pela Resolução do Conselho de Ministro n.º 201/2021, de 31 de dezembro, e prorrogado, até 2026, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 138/2023, de 3 de novembro.

O capital social atualmente no montante de 30.000.000,00 euros é detido na sua totalidade pelo Estado Português através da Direção Geral do Tesouro e Finanças.

2. Referencial Contabilístico

2.1. As demonstrações financeiras da EDM foram preparadas em conformidade com o Sistema Normalização Contabilística aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho e ajustadas nos termos da portaria nº 220/2015 de 24 de julho. A EDM adota as normas contabilísticas de relato financeiro (NCRF).

2.2. No âmbito do objeto e dos projetos desenvolvidos pela EDM – e uma vez que a EDM atua por conta do Estado Português na recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas, serviço este considerado de utilidade pública, com a atribuição da concessão deste serviço pelo concedente (Estado Português) à EDM pelo Decreto-Lei nº 198-A/2001, de 6 de julho –



encontramo-nos na presença de uma operação a efetuar pela EDM por conta do Estado. Tendo em vista a necessidade das demonstrações financeiras apresentarem uma imagem verdadeira e apropriada e dada a forma que veio a ser determinado pelo Estado o financiamento dos investimentos na recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas efetuados pela EDM no âmbito da Concessão, i.e. através da obtenção de subsídios ao investimento, cofinanciados pela Comissão Europeia e encargos de exploração. A Empresa reconhece as intervenções efetuadas naquele âmbito como Investimento (ativos intangíveis), pese embora em propriedade alheia e em derrogação do previsto na NCRF 19. A registarem-se estes investimentos conforme a NCRF 19, contratos de construção, nenhum efeito resultaria para as demonstrações financeiras, resultados e/ou total do balanço, para além de eventuais reclassificações entre contas de balanço.

O registo contabilístico dos pedidos de reembolso solicitados e o registo do seu recebimento, não se enquadra no conceito restrito de um subsídio, antes configura uma forma de reembolso dos investimentos efetuados no âmbito da Concessão. Deste modo, a contabilização destes pedidos tem vindo a ser considerada um ativo financeiro na rubrica créditos a receber.

De facto, e conforme referido, a Empresa entende que o critério de reconhecimento destes dispêndios/gastos, com intervenções efetuadas por conta do Estado, em investimento, embora não enquadrável no normativo contabilístico aplicável (SNC), é o mais adequado em termos de divulgação pública das intervenções e de enquadramento nos contratos de financiamento públicos e comunitários celebrados.

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros durante o período de relato.

3. Principais Políticas Contabilísticas

Os principais critérios contabilísticos e valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras individuais encontram-se descritos abaixo.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são compostos essencialmente por terrenos, edifícios e outras construções. A generalidade dos ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, líquido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade. Considera-se, como custo de aquisição, os custos diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos (soma do respetivo preço de compra com os gastos suportados direta ou indiretamente para o colocar no seu estado atual e



local de uso).

O imóvel da sede da empresa foi revalorizado em 2010 utilizando-se o modelo do justo valor que resultou da avaliação efetuada por entidade independente. No futuro será ajustado com a regularidade necessária para manter o seu valor atualizado. Os restantes imóveis não foram objeto de revalorização dado que não existe um mercado ativo.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, durante o período de vida como se segue:

	Vida útil
Edifícios e outras construções	10 a 47 anos
Equipamento básico	8 a 20 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	1 a 15 anos
Outros ativos fixos tangíveis	3 a 5 anos

Os ganhos e as perdas nas alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o montante líquido registado e são incluídos no resultado do exercício.

Ativos intangíveis

Dada a especificidade da atividade da EDM os dispêndios com investimentos realizados por conta do Concedente no âmbito do contrato de concessão são registados transitoriamente como ativos intangíveis em curso, ao custo, até à sua transferência para outros devedores, aquando da apresentação do pedido de reembolso dos custos de investimento (vide nota 2.2 anterior). Os restantes ativos intangíveis são contabilizados ao custo de aquisição.

Investimentos em empresas subsidiárias

O investimento da EDM na sua única empresa subsidiária detida a 100% (EDMI) está contabilizado pelo método da equivalência patrimonial.

As outras participações financeiras são registadas pelo seu valor de aquisição. Relativamente a estas participações financeiras foi estimada em 2011 uma perda por imparidade no montante de €159.615,33.



Inventários

A valorização dos concentrados de urânio foi suportada pelo relatório de ROC independente, nos termos do artigo 28º do Código das Sociedades Comerciais, e, fundamentou-se num valor médio de mercado com base nas publicações especializadas (observatório de preços do EURATOM). Foi tomada deliberação social unânime por escrito, em 25 de março de 2013, pelo Acionista a aprovar os valores constantes do relatório bem como a forma de contabilização.

Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são transpostas para o euro utilizando as taxas de câmbio à data da transação. As diferenças de câmbio em itens não monetários são relatadas em resultados como parte de um ganho ou perda ao seu justo valor.

Ativos e passivos financeiros

No momento inicial, os ativos e passivos financeiros são reconhecidos pelo justo valor. Na data de contratação ou de início de uma operação o justo valor é geralmente o valor da transação. Entende-se por justo valor o montante pelo qual um determinado ativo ou passivo pode ser transferido ou liquidado entre as partes interessadas em efetuar essa transação. O justo valor é determinado com base nos preços de um mercado ativo, ou em métodos e técnicas de avaliação (quando não há um mercado ativo). Um mercado é considerado ativo, e, portanto, líquido, se transaciona de uma forma regular.

Estes ativos são desreconhecidos quando i) expiram os direitos contratuais da Empresa ao recebimento dos seus fluxos de caixa, ii) a Empresa tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou iii) não obstante, reter parte mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Empresa tenha transferido o controlo sobre os ativos.

A Empresa classifica os seus investimentos de acordo com as seguintes categorias: ativos financeiros detidos para negociação e outras contas a receber.

As contas a receber são ativos financeiros sem características de derivados com pagamentos determináveis e que não são cotados num mercado ativo. Este tipo de investimento surge quando a Empresa fornece bens ou serviços diretamente a um cliente sem a intenção de

negociar esta dívida. Os devedores são incluídos no ativo corrente nas rubricas de Clientes e de Outras contas a receber, exceto para saldos com maturidade de mais de 12 meses da data de relato que são classificados como não correntes.

Impostos correntes e diferidos

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados em resultados. O ajustamento dos ativos por impostos diferidos é reconhecido nos capitais próprios. O ajustamento dos passivos por impostos diferidos é registado nos resultados. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos são calculados pelo método da responsabilidade, determinado pelas diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as respetivas bases de tributação.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributáveis futuras.

Locações

Os contratos de locação financeira celebrados em relação a bens de imobilizado tangível são registados em contas de ativos tangíveis sempre que a EDM assuma substancialmente todos os benefícios e riscos associados à propriedade dos respetivos bens.

As locações nas quais uma parte significativa dos riscos e benefícios da propriedade é detida pelo locador são classificadas como locações operacionais. Os pagamentos efetuados nas locações operacionais, líquidos de quaisquer incentivos recebidos do locador, são registados em resultados pelo método das quotas constantes durante o período da locação.

As locações financeiras são capitalizadas pelo princípio da locação ao valor mais baixo entre o justo valor do imobilizado corpóreo e o valor atualizado das rendas mínimas. Cada pagamento da locação é alocado entre o passivo e os custos financeiros no sentido de calcular uma taxa constante de remuneração da dívida. As responsabilidades de locações correspondentes,



líquidas de custos financeiros, são registadas no passivo corrente e não corrente. Os juros são registados em resultados.

Reconhecimento do rédito

O rédito compreende o justo valor a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos. A Empresa reconhece rédito quando o montante do rédito pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros.

As vendas e prestações de serviços são reconhecidas na data da transação ou da prestação de serviços.

Benefícios a empregados

De acordo com a legislação vigente, os trabalhadores têm, anualmente, direito a um mês de férias e a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Adicionalmente, os trabalhadores têm, anualmente, direito a um mês de subsídio de Natal, direito adquirido ao longo do ano e liquidado em cada exercício civil. Assim, estas responsabilidades são registadas no período em que os trabalhadores adquirem o respetivo direito, independentemente da data do seu pagamento.

Provisões

São constituídas provisões no balanço sempre que: i) tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, resultante de um acontecimento passado; ii) seja provável que um exfluxo, razoavelmente estimável, de recursos incorporando benefícios económicos seja exigido para liquidar esta obrigação e; iii) que o seu valor é razoavelmente estimável.

Juros

Os juros recebidos são reconhecidos pelo princípio da especialização do exercício, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.



Dividendos

A distribuição de dividendos a acionistas é reconhecida como um passivo na data em que é aprovada pelos acionistas.

4. Fluxos de Caixa

Os fluxos de caixa ocorridos em 2023 constam do quadro resumo que se segue:

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais	-2.348.430,26	6.172.118,55
Fluxos de caixa das atividades de investimento	-1.464.715,33	2.447.731,16
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	-4.515.768,28	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes	-8.328.913,87	8.619.849,71
Caixa e seus equivalentes no início do período	35.938.412,93	27.318.563,22
Caixa e seus equivalentes no fim do período	27.609.499,06	35.938.412,93

A desagregação do saldo da conta Caixa e seus equivalentes encontra-se desagregada na nota 16.

5. Partes Relacionadas

A EDM é detida na totalidade pelo Estado Português através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

A EDM tem uma única empresa participada, a EDMI – Empresa de Projetos Imobiliários, SA, na qual detêm a totalidade do capital, no montante de €500.000,00.

Relativamente ao exercício de 2023 a EDMI apresentou os seguintes valores:

Resultados Líquidos	€ 124 954,35
Ativo Total	€ 6 940 045,13
Capital Próprio	€ 1 799 299,12

À data de 31 de dezembro de 2023 a EDM detinha um crédito sobre a EDMI no montante de € 4 913 438,75.



Os membros do Conselho de Administração da EDM, que exercem funções em acumulação com a EDM, não auferem qualquer remuneração. O Fiscal Único é remunerado de acordo com as disposições legais e as normas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

6. Ativos Fixos Tangíveis

Os movimentos da rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano de 2023, em base individual, são analisados como segue:

Ativos tangíveis	Sal.Inicial	Reav.Ajust.	Aumentos	Alienações	Trans/Abat/pp	Sal.Final
Terrenos e recursos naturais	279.478,36					279.478,36
Edifícios outras construções	815.384,59					815.384,59
Equipamento básico	155.260,00					155.260,00
Equipamento transporte	175.632,01		68.059,13			243.691,14
Ferramentas e utensílios	3.350,55					3.350,55
Equipamento administrativo	534.897,01					534.897,01
Outros ativos tangíveis	142.583,86					142.583,86
Total	2.106.586,38	0,00	68.059,13	0,00	0,00	2.174.645,51

Depreciações acumuladas

	Saldo inicial	Reforço	Anul./Reversãc	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios outras construções	564.091,82	17.552,88		581.644,70
Equipamento básico	138.041,91	3.121,64		141.163,55
Equipamento transporte	175.632,01	15.596,88		191.228,89
Ferramentas e utensílios	3.375,81	126,36		3.502,17
Equipamento administrativo	490.394,16	11.553,08		501.947,24
Outros ativos tangíveis	140.661,97	1.770,28		142.432,25
Total	1.512.197,68	49.721,12	0,00	1.561.918,80

Em 2010, foi feita a avaliação por entidade independente de um imóvel em Lisboa tendo o seu valor sido revalorizado em € 161 407,55.

7. Ativos Intangíveis / Em Curso

Dada a especificidade da atividade da EDM os projetos realizados por conta do Concedente no âmbito do contrato de concessão são registados transitoriamente nesta conta até transferência para outros devedores após pedido de reembolso, conforme referido nos pontos 2.2 e 3.

Os movimentos da rubrica de ativos fixos intangíveis durante o ano de 2023, são analisados como segue:



Ativos Intangíveis	Sal.Inicial	Aumentos	Alien.	Trans/Abat	Sal.Final
Projectos concessão	1.613.705,82	5.533.660,74		-6.418.550,91	728.815,65
Projectos Verbas consignadas	0,00	401.038,24		-401.038,24	0,00
Projecto Gavião e Outros	160.190,41	408.800,68		-275.156,10	293.834,99
Ativos em curso	0,00				0,00
Total	1.773.896,23	6.343.499,66	0,00	-7.094.745,25	1.022.650,64

8. Outros Investimentos Financeiros

A participação financeira na EDMI, detida a 100%, está registada pelo método da equivalência patrimonial. As outras participações encontram-se registadas pelo custo de aquisição. O valor do aumento de €124.954,35 diz respeito ao resultado do exercício.

Investimentos financeiros	Saldo inicial	Reav. Ajusta	Aumentos	Alien.	Saldo final
Partes capital empr.grupo	1.674.344,77		124.954,35		1.799.299,12
Títulos e outras aplic.financ.	24.947,78		704,64		25.652,42
Total	1.699.292,55	0,00	125.658,99	0,00	1.824.951,54

9. Créditos a Receber- não corrente

O saldo desta conta refere-se fundamentalmente a créditos da EDM sobre a sua empresa participada EDMI. O montante global é, em 31 de dezembro de 2023, de € 4 913 438,75, sendo considerado ativo não corrente o montante de € 4 877 438,75 e o remanescente € 36 000,00 em ativo corrente. Estes créditos resultam de vendas de imóveis bem como de suprimentos efetuados em anos anteriores. A avaliação recente destes imóveis permite concluir que o ativo da EDMI assegura, no essencial, a dívida à EDM.

	2023	2022
Outros devedores	53.821,79	252.445,59
Participadas	4.877.438,75	4.961.260,45
Total	4.931.260,54	5.213.706,04

10. Ativos por Impostos Diferidos

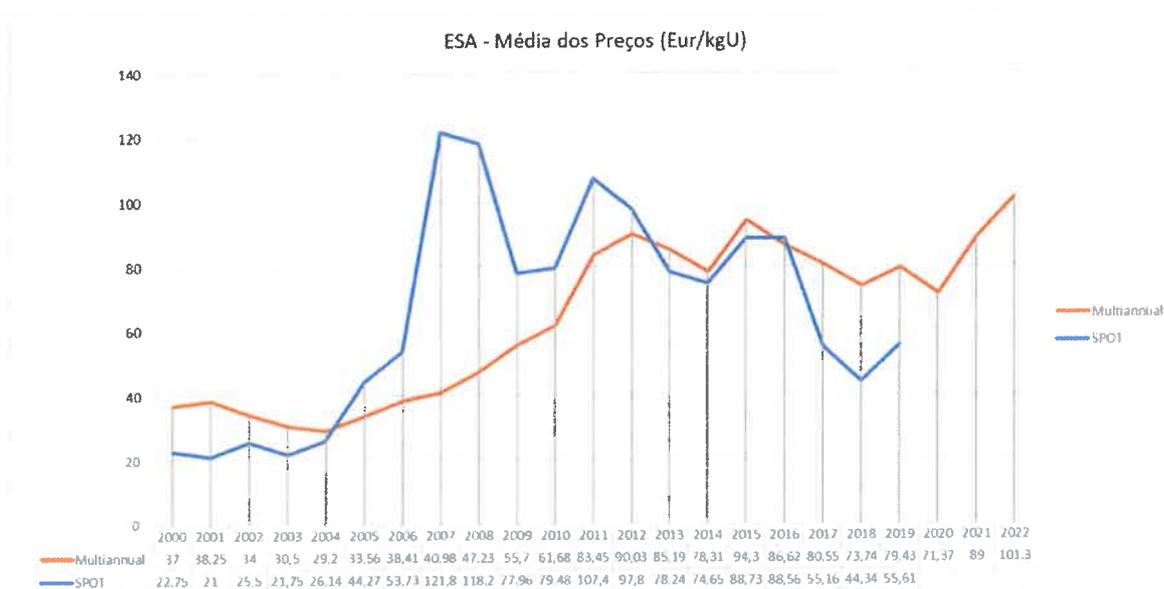
	2023	2022
Activos por impostos diferidos	152.420,17	181.149,58
Origem: Provisão para encargos com pensões de reforma (ENU)		
Base	725.810,35	862.617,04
Taxa: IRC - 21%	152.420,17	181.149,58
Taxa: Derrama		



11. Inventários – Mercadorias

Os inventários de mercadorias, no montante de €13.731.185,00 correspondem às existências de concentrados de urânio (U₃O₈) que nos termos do artigo 15º do Decreto-Lei nº 145/2012, de 11 de julho foram transferidos do LNEG para a EDM, e avaliados nos termos do artigo 28º do Código das Sociedades Comerciais.

A aplicação do critério de avaliação (média dos últimos sete anos disponíveis no observatório da Euratom em que o último ano é 2020) conduz a um valor (67,84 €/kgU) inferior ao preço da avaliação de 86,12 €/kgU. No entanto, as informações de 2023 da mesma Euratom, relativamente ao preço multianual de 2022 (101,28 Eur/kgU), indicam uma valorização dos preços a longo prazo (contratos multianuais) já superiores aos valores da avaliação.



Fonte: European Commission/Euratom Supply Agency (ESA)/Nuclear Observatory

(*) Entre 2020 e 2022, o preço Spot da ESA U3O8 não foi calculado porque não houve transações suficientes (menos de 3) para calcular o índice.

Esta tendência de valorização é acompanhada no mercado *Spot*, com um aumento dos preços nas transações registadas em 2023 para 142,85 Eur/kgU, conforme resultados do Relatório do 3.º e 4.º Trimestre de 2023 da ESA. Contudo, face às incertezas do mercado, justifica-se a opção do Conselho de Administração de manter o valor de contabilização do stock de urânio.

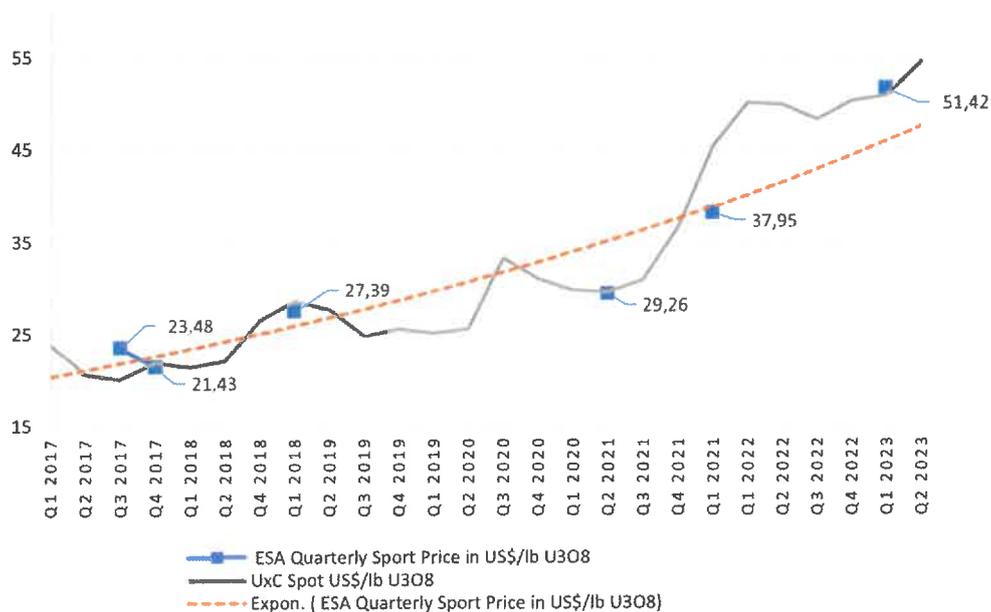
As informações mais recentes sobre a evolução do mercado de urânio confirmam a contínua valorização e retoma progressiva dos preços, decorrente do desequilíbrio entre oferta e procura resultante dos encerramentos ou suspensões de atividade extrativa, entretanto verificados, e

das decisões dos EUA e de alguns Países da UE em reforçar a reserva estratégica de urânio, refletidas na evolução dos preços até 2022.

Em 2023, o funcionamento do mercado europeu comum de combustível nuclear continuou afetado por desenvolvimentos geopolíticos, designadamente a agressão militar da Rússia à Ucrânia que destabilizou o fornecimento global de todas as fontes energéticas, incluindo nuclear, aumentando a dependência externa energética da União Europeia.

Neste contexto, as fontes secundárias de abastecimento de concentrado de urânio, ou combustível nuclear, que inclui os stocks detidos pelos países, ou entidades comerciais, como por exemplo o stock detido pela EDM, poderão assumir um papel essencial para suprir eventuais lacunas na oferta.

Na mesma linha de valorização referenciada pela ESA-Euratom supply Agency citam-se representantes da World Nuclear Association e a própria CAMECO, uma das empresas líder do setor, cuja evolução de preços *Spot* se apresentam no quadro seguinte¹.



Quarterly Uranium market report 2nd quarter 2023-Euratom Supply Agency

¹ Taxa de cambio de 31 dezembro de 2023. 1 EUR = 1,05 USD

Spot Price

	2020	2021	2022	2023	2024
Jan	24.63	29.63	43.08	50.63	100.25
Feb	24.80	27.98	48.75	50.93	95.00
Mar	27.35	30.95	58.20	50.48	-
Apr	33.25	28.90	53.00	52.93	-
May	33.93	31.40	47.75	54.55	-
Jun	32.80	32.25	49.75	56.10	-
Jul	32.45	32.40	47.75	56.38	-
Aug	30.85	34.25	51.25	59.93	-
Sep	29.93	42.60	48.38	71.58	-
Oct	29.70	45.20	52.28	74.38	-
Nov	29.68	45.75	49.88	81.25	-
Dec	30.20	42.05	47.68	91.00	-

Evolução dos preços Spot desde 2020 em USD/lb U₃O₈

(Fonte: <https://www.cameco.com/invest/markets/uranium-price>)

12. Clientes

	2023	2022
Não Corrente		
Clientes C/Corrente	1.549.800,00	2.324.700,00
Corrente		
Clientes C/Corrente	796.820,45	778.319,94
Total	2.346.620,45	3.103.019,94

Em 2021 foram cedidos os direitos de participação no projeto Semblana no montante de € 3 780 000,00 acrescido do IVA, com o pagamento em 6 prestações. Em dezembro de 2021, em março de 2022 e em Junho de 2023 foram recebidas a primeira, segunda e terceira prestação, respetivamente, tendo ficado em saldo de clientes o montante remanescente.



13. Estado e Outros Entes Públicos

Os saldos das contas à data de 31 de dezembro de 2023 são os seguintes:

	Saldo Devedor	Saldo Credor
Pagamentos por conta IRC	546.665,88	
IRC a pagar		
Retenções impostos s/ rendimento		8.524,31
IVA		199.007,21
Contribuições segurança social e outros		26.317,96
Total	546.665,88	233.849,48

14. Outros Créditos a Receber- corrente

	2023	2022
Juros a receber	3.674,03	5.987,90
Devedores diversos	69.180,84	16.460,64
Entidades financiadoras de projectos	6.077.215,63	2.377.321,81
Participadas	36.000,00	36.000,00
Total	6.186.070,50	2.435.770,35

O saldo devedor de € 6 077 215,63 corresponde ao valor das verbas a receber e que foram consignadas por conta do Estado para as atividades da Concessão, no valor de € 5 608 763,10, acrescido do saldo devedor no Protocolo DGEG/EDM (TP2, PA1 e PA2) no montante de € 108 410,60, acrescido do saldo devedor das verbas a receber das entidades financiadoras das candidaturas em curso apoiadas pelo Fundo de Coesão e Fundo Ambiental, de € 360 041,93.

15. Diferimentos

O saldo devedor refere-se a gastos a reconhecer no montante de € 40 239,34 relativos a custos diferidos de fornecimentos externos.

O saldo credor refere-se a rendimentos a reconhecer de rendas no montante de € 667,82.

16. Caixa e Depósitos Bancários

	2023	2022
Caixa/Cheques a depositar	470,72	0,69
Depósitos à ordem	5.178.222,62	10.938.412,24
Outros depósitos bancários	22.430.805,72	25.000.000,00
Total	27.609.499,06	35.938.412,93

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller initials.

Os valores de Caixa e Depósitos Bancários não se encontram sujeitos a restrições, estando disponíveis para uso.

17. Capital Subscrito

O capital da sociedade é de 30 000 000,00 euros, representado por 6 000 000 de ações de valor nominal de 5 euros cada uma, encontra-se integralmente realizado.

Ações/Tipo	Quantidade	%	Valor nominal
A	3 060 000	51	5 Euros
B	2 940 000	49	5 Euros

O capital da sociedade é detido em 100% pelo Estado Português através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

18. Outros Instrumentos de Capital Próprio

A transferência dos concentrados de urânio (U_3O_8) do LNEG para a EDM nos termos do artigo 15º do Decreto-Lei nº 145/2012, de 11 de julho, foi feita a título de prestação acessória de capital do Estado Português, único acionista da EDM. O valor desta prestação foi fixado em €13.731.185,00, conforme relatório elaborado nos termos do artigo 28º do Código das Sociedades Comerciais.

19. Reserva Legal

Conforme dispõe a legislação em vigor, os valores englobados na reserva legal só podem ser utilizados para aumentar o capital ou absorver resultados transitados negativos (sem necessidade de prévia utilização de outras reservas), não podendo ser utilizados para outro fim.

De acordo com a legislação vigente, a EDM é obrigada a transferir para a rubrica de reservas legais, no mínimo, 5% do resultado líquido anual, até que a mesma atinja 20% do capital. A reserva legal, no montante de € 6 000 000,00, está totalmente preenchida. Esta reserva não poderá ser distribuída aos acionistas, podendo, contudo, ser utilizada para absorver prejuízos.



20. Outras Reservas

Em Outras reservas estão englobados os valores que anualmente o Acionista tem deliberado integrar na Reserva especial de recuperação ambiental.

No mapa Demonstração das Alterações no Capital Próprio do exercício figuram os movimentos ocorridos.

21. Resultados Transitados

Os resultados transitados apresentam um saldo de € 670 799,68. No mapa Demonstração das Alterações no Capital Próprio do exercício figuram os movimentos ocorridos.

Durante o exercício de 2023, foi transferido para esta conta o montante de € 501 752,03 referente à aplicação parcial do resultado do exercício de 2022, o montante de € 5 762,24, resultante da regularização parcial de excedente de revalorização relacionada com reintegrações contabilizadas como gastos do exercício. Foi também reajustada a conta Resultados Transitados por ativos por impostos diferidos e passivos por impostos diferidos no montante de € 29 939,48.

Em 2020 havia sido contabilizado o montante de € 1 295 033,77, relativo à imparidade da dívida da Almada Mining, reclamada pela EDM na sequência do pagamento da comparticipação daquela empresa no âmbito do processo movido pela Drillcon Iberia. Em 6 de setembro de 2021 a EDM teve conhecimento da declaração de insolvência da Almada Mining.

Em 2018 havia sido contabilizada em Resultados Transitados um reforço da provisão para encargos com a Caixa Geral de Aposentações/ENU, no montante de € 743 308,01, resultante de estudo de avaliação atuarial. Em 2023, esta provisão foi novamente reforçada em € 187 146,93 face à avaliação atuarial efetuada durante o exercício.

22. Ajustamentos em Ativos Financeiros

O valor positivo de € 281 781,46 resulta de ajustamentos decorrentes do método de equivalência patrimonial. O saldo à data de 1 de janeiro de 2022 era negativo em € 54 754,77. Durante o exercício de 2022 foi ajustado com uma regularização positiva de € 336 536,23 referente a correção da participação financeira na EDMI.

Relativamente a regularização referida no paragrafo anterior, informa-se que as D. Financeiras de 2021 da subsidiária foram reexpressas.



23. Excedente de Revalorização

Em 2010 foi feita a avaliação por entidade independente dum imóvel em Lisboa tendo o seu valor sido revalorizado em € 161 407,55 e ajustado durante o exercício de 2023 no montante de € 5 762,24 conforme consta na nota 21. Este movimento está refletido no mapa Demonstração das Alterações no Capital Próprio.

24. Provisões

Nesta conta encontram-se registados:

- O valor atual com encargos com pensões de trabalhadores das extintas ENU – Empresa Nacional de Urânio e da JEN – Junta de Energia Nuclear. A EDM paga estes encargos mensalmente à CGA (Caixa Geral de Aposentações);
- Foram feitas em 2023 regularizações decorrentes da utilização pelos pagamentos de encargos à Caixa Geral de Aposentações no montante de € 136 806,69;
- Foi feito um reforço na provisão CGA/ENU, no montante de € 187 146,93;
- Provisão para encargos resultantes de danos em áreas recuperadas.

Tipo de provisão	Saldo inicial	Regularizações	Reforço	Saldo final
Provisão encargos CGA/ENU	862.617,04	136.806,69	187.146,93	912.957,28
Outras provisões	424.284,57	344.284,57		80.000,00
Total	1.286.901,61	481.091,26	187.146,93	992.957,28

Em 2022 constituída foi uma provisão resultante da execução dos trabalhos para a Correção de Defeitos de Obra na Reserva de Água da Cunha Baixa, cujo montante se estima superior ao das garantias bancárias acionadas para o efeito. Foi utilizado em 2023 o valor total de € 344 284,57.



25. Outras Dívidas a Pagar

	2023	2022
Passivo não corrente		
Credores diversos	115.960,19	115.960,19
Passivo corrente		
Remunerações a liquidar	162.405,21	87.687,07
Outros acréscimos custos	35.503,41	37.568,65
Credores diversos	93.077,37	573.234,99
Verbas recebidas para investimentos a realizar	4.072.769,44	3.160.150,80
Total	4.479.715,62	3.974.601,70

O valor de € 4 072 769,44 das “Verbas recebidas para investimentos a realizar” corresponde ao saldo das transferências do Fundo Ambiental para a manutenção e proteção ambiental em ocorrências críticas e pós-fase de remediação, bem como para a descontaminação no antigo Parque Habitacional do antigo bairro mineiro da EX-ENU, na Urgeiriça.

26. Fornecedores

O saldo de fornecedores refere-se às contas correntes no mercado nacional e de acordo com os prazos de pagamento estabelecidos.

	2023	2022
Fornecedores c/correntes	103.646,22	549.144,46
Total	103.646,22	549.144,46

27. Vendas e Prestação de Serviços

	2023	2022
Vendas		
Prestação de serviços	79.483,00	0,00
Total	79.483,00	0,00



28. Trabalhos para a Própria Entidade

	2023	2022
Investimento no âmbito ambiental	955.461,04	873.450,21
Outros projetos	0,00	3.357,30
Total	955.461,04	876.807,51

29. Fornecimentos e Serviços Externos

	2023	2022
Trabalhos especializados	115.797,28	167.480,58
Vigilância e segurança	114.330,40	94.020,81
Honorários	13.939,73	12.742,42
Conservação e reparação	15.857,61	28.015,60
Materiais	7.724,30	3.863,47
Energia e Fluidos	76.538,92	90.427,22
Deslocações e estadas	3.635,55	8.454,63
Rendas e Alugueres	45.093,64	51.060,65
Comunicação	46.049,11	44.313,95
Seguros	33.361,21	31.856,98
Contencioso e notariado	240,40	550,42
Despesas de representação	945,08	1.889,95
Limpeza, higiene e conforto	25.861,79	12.492,54
Outros fornecimentos e serviços	72.626,76	79.324,92
Total	572.001,78	626.494,14

30. Gastos com Pessoal

	2023	2022
Remunerações dos órgãos sociais	237.683,32	237.490,47
Remunerações do pessoal	551.548,09	434.366,48
Encargos sobre remunerações	177.424,50	147.957,79
Benefícios pós emprego	53.146,06	56.664,39
Seguro acidentes de trabalho	12.239,76	12.239,80
Gastos de acção social	40.153,79	36.603,56
Outros gastos	17.921,06	18.792,32
Total	1.090.116,58	944.114,81

O número médio de pessoas ao serviço da empresa durante 2023 foi de 17 trabalhadores, 3 Administradores e Fiscal Único.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several initials below.

31. Imparidades

	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Clientes	0,00	0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	0,00	0,00	0,00
Devedores e credores	0,00	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	159.615,33	159.615,33	0,00
Total	159.615,33	159.615,33	0,00

Imparidade	Imparidades acumuladas a 01/01/2023	Reforço de imparidades no exercício	Anulação de imparidades no exercício	Imparidades acumuladas a 31/12/2023
Clientes	0,00	0,00	0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Devedores e credores	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	159.615,33	0,00	0,00	159.615,33
Total	159.615,33	0,00	0,00	159.615,33

32. Outros Rendimentos e Ganhos

	2023	2022
Rendimentos suplementares	7.961,48	7.202,03
Rendimentos e ganhos restantes ativos financeiros (a)	1.080.000,00	1.080.000,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0,00	7.208.221,53
Outros rendimentos e ganhos	80.840,63	94.324,58
Outros	65.246,78	31.990,37
Total	1.234.048,89	8.421.738,51

- (a) De acordo com o Plano Estratégico para o mandato de 2007-2009 apresentado pela EDM em 29 de junho de 2007, o montante de “capital afeto à recuperação ambiental”, foi fixado em € 12 000 000,00, o qual tem vindo a ser considerado desde 1 de julho de 2007. No exercício de 2023, à semelhança dos anos anteriores, o rendimento financeiro associado à concessão para a recuperação ambiental foi contabilizado nos rendimentos e ganhos, sendo o rendimento anual de € 1 080 000,00, o qual tem uma taxa associada de 9%.

33. Ganhos/Perdas Imputadas a Subsidiárias e Associadas

	2023	2022
Ganhos em subsidiárias	124.954,35	27.904,70

34. Outros Gastos

	2023	2022
Impostos diretos	4.104,93	1.904,15
Impostos indiretos	1.019,08	792,64
Taxas	94,00	742,23
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	0,00	986.440,83
Outros	46.602,15	14.112,79
Total	51.820,16	1.003.992,64

35. Gastos de Depreciação e Amortização

	2023	2022
Ativos tangíveis		
Edifícios e outras construções	17.552,88	17.552,86
Equipamento básico	3.121,64	3.121,64
Equipamento de transporte	15.596,88	
Equipamento administrativo	11.553,08	13.381,12
Outros ativos tangíveis	1.896,64	4.493,36
Total	49.721,12	38.548,98

36. Juros e Outros Rendimentos Similares

	2023	2022
Juros obtidos	3.936,13	5.991,68
Total	3.936,13	5.991,68

Os juros obtidos referem-se à especialização do juros de uma aplicação financeira no montante de €25.000.000,00 efetuada no IGCP em dezembro de 2022 com vencimento em Janeiro de 2023 (especialização de juros no montante de 347,20€ no exercício de 2023) e uma segunda aplicação financeira no montante de €22.430.805,72 efetuada no IGCP em dezembro de 2023 com vencimento em Janeiro de 2024 (especialização de juros no montante de 3.588,93€ no exercício de 2023).

37. Imposto sobre o Rendimento

	2023	2022
IRC	80.651,14	1.209.962,05
Derrama Estadual	0,00	139.794,57
Tributação autónoma	17.717,54	8.940,40
Derrama		
Passivo por imposto diferido	-1.210,07	-1.210,07
Total	97.158,61	1.357.486,95

O valor total de € 98 368,68 corresponde ao IRC liquidado no exercício. A demonstração de resultados apresenta o imposto sobre o rendimento no montante de € 97 158,61 respeitando a diferença de € -1 210,07 ao ajustamento dos passivos por impostos diferidos.

38. Compromissos

Durante o exercício de 2023 a contribuição da Empresa para o Plano Complementar de Pensões de Reforma foi de € 53 146,06. Este plano foi alterado, com efeitos a 1 de outubro de 2006, para um plano de contribuição definida e simultaneamente contributivo, com contribuições dos trabalhadores e da Empresa. Em maio de 2007 e de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 71/2007, os membros do Conselho de Administração deixaram de integrar o Plano da empresa.

Em 31 de dezembro de 2023 as responsabilidades relativas a cauções estão cobertas por depósitos caução, tendo sido canceladas as garantias bancárias anteriormente existentes. Assim, existem os seguintes depósitos caução a favor das entidades abaixo indicadas:

Secretaria Geral/ Ministério da Economia	€ 15 079,00
DGEG/Ministério da Economia (ex-ENU)	€ 897,84
DGEG/Ministério da Economia (ex-ENU)	€ 179,57
DGEG/Ministério da Economia (ex-ENU)	€ 179,57
DGEG/Ministério da Economia (área do Gavião)	€ 9 975,96
DGEG/Ministério da Economia (área de Gralheira Jales)	€ 1 000,00
DGEG/Ministério da Economia (área de Argozelo)	€ 1 000,00
DGEG/Ministério da Economia (área de Argozelo)	€ 10 000,00

39. Outras Divulgações – Processos em Tribunal

Não há conhecimento, nesta data, de quaisquer ações em tribunal.

40. Outras Divulgações – Concessão para a Recuperação Ambiental

Reconhecendo-se que as atividades de recuperação e monitorização ambiental de áreas mineiras degradadas revestem a natureza de serviço público, a concessão exclusiva da atividade de recuperação ambiental foi atribuída, através do Decreto-Lei nº 198-A/2001 de 6 de julho (a que também se refere o Despacho Conjunto nº 242/2002 de 14.03.2002), por um prazo de 10 anos, à EXMIN, empresa, à data, detida pela EDM.

Em 2005, a EXMIN foi integrada na EDM, por fusão, transferindo-se para esta todo o património ativo e passivo da empresa fundida, incluindo direitos e responsabilidades existentes, prosseguindo a EDM com o desenvolvimento a atividade de recuperação ambiental.

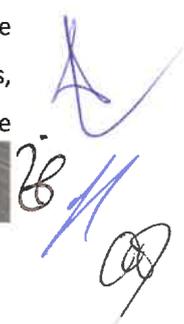
O regime jurídico da atividade de recuperação ambiental das áreas mineiras degradadas, encontra-se definido no Decreto-Lei acima mencionado, sendo da responsabilidade do Estado os correspondentes encargos com a referida recuperação ambiental.

Deste modo a reabilitação ambiental de antigas áreas mineiras de radioativos tem vindo a ser efetuada e financiada no âmbito da Concessão, essencialmente, com recurso aos financiamentos comunitários, exceto quanto à modelação e selagem da Barragem Velha, na Urgeiriça, cujos encargos foram suportados por fundos próprios da empresa.

Em 22 de dezembro de 2011 foi publicada a Resolução do Conselho de Ministros nº 62/2011 que aprova a renovação do contrato de concessão de recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas pelo período de 4 anos.

Em 2015 o Conselho de Administração da EDM apresentou ao Estado, na sua qualidade de Concedente, uma nova proposta de renovação do Contrato de Concessão por um período de 7 anos. A renovação do contrato foi aprovada em Conselho de Ministros de 10 de setembro de 2015, tendo sido, em 21 de setembro de 2015 publicada a Resolução do Conselho de Ministros nº81 /2015.

Em 30 de outubro de 2022, o Conselho de Administração enviou ao Estado uma proposta de renovação do Contrato de Concessão da atividade de recuperação de áreas mineiras degradadas, a celebrar entre o Estado Português e a EDM, por um novo prazo adicional de 8 anos. A 22 de



Junho de 2023 foi autorizada, em Conselho de Ministros, a renovação do Contrato de Concessão, conforme publicação da Resolução do Conselho de Ministros nº 70/2023, em 14 de Julho de 2023, aguardando-se a assinatura do mesmo.

A relação anual entre investimentos realizados, investimentos financiados e recebimentos está evidenciada no quadro que a seguir se apresenta.

	Investimentos realizados	Investimentos concessão	Recebimentos concessão
2005	2.123.178,65	1.859.284,84	755.613,28
2006	6.385.449,30	5.023.166,62	2.185.143,04
2007	12.107.435,11	7.480.866,79	2.814.143,54
2008	12.043.410,50	10.410.396,40	14.704.362,82
2009	4.656.760,64	2.004.405,82	4.540.427,00
2010	8.386.261,05	7.672.443,56	4.140.700,00
2011	7.869.464,84	7.011.776,54	5.377.360,55
2012	9.750.653,78	8.278.529,97	8.913.048,53
2013	7.366.713,03	6.250.559,02	3.879.824,98
2014	7.122.129,87	6.252.421,74	2.264.530,24
2015	13.663.511,39	12.121.535,41	3.091.225,10
2016	5.018.494,54	3.555.700,84	7.115.070,09
2017	6.885.900,86	6.300.075,86	4.069.819,98
2018	7.174.451,72	5.277.456,31	3.397.872,77
2019	10.747.883,43	8.605.025,00	6.190.650,60
2020	11.611.514,07	9.934.799,28	6.529.530,95
2021	7.955.584,55	7.378.999,90	6.343.508,19
2022 (a)	3.012.213,49	2.409.441,27	1.550.161,72
2023 (b)	6.515.922,37	5.533.660,74	4.193.731,81

a) Na coluna investimentos realizados está considerado o valor relativo ao PIPSC no montante de € 318 784,88.

b) Na coluna investimentos realizados está considerado o valor relativo ao Fundo Ambiental no montante de € 404 930,56 e o valor relativo ao PIPSC no montante de .€ 42 608,25

Em 2023 o saldo das verbas para financiamento da contrapartida nacional e despesas não elegíveis dos projetos da Concessão é devedor pelo que o mesmo se encontra refletido no Ativo em outros créditos a receber.

41. Acontecimentos após a data de balanço

Nada a referir.

42. Impactos de fatores excepcionais, designadamente da crise geopolítica na atividade da empresa à data de balanço

Entende-se que 2023 deixou de ser um ano com reflexos de condicionalismos impostos pela situação de pandemia, no entanto, por outro lado, o agravamento da situação de Guerra na Ucrânia e no Médio Oriente influenciaram toda a atividade económica mundial. 2023 ficou marcado: pela crise inflacionista e pela necessidade de estabilização da mesma, com consequente subida dos preços e dos juros, tentando ser acompanhada pela atualização dos rendimentos para evitar uma crise económica. Por outro lado, nesse ano já se refletiu uma estabilização dos preços da energia, anteriormente condicionada pela dependência da União Europeia (EU) do gás russo, da diminuição da oferta e da diversidade de fornecimento, da origem e da fonte, tendo levado ao aumento substancial do seu preço, que no caso do mercado ibérico foi em parte aliviado por um conjunto de medidas, mas ainda assim sentido pelas condições climáticas extremas, nomeadamente com a seca assinalável no ano hidrológico. A subida das taxas de juro do Banco Central Europeu, da Reserva Federal Americana e de uma forma geral dos restantes Bancos Centrais, com reflexos na atividade económica, provocou uma instabilidade nos mercados financeiros e na banca, com receio dos riscos de cenário de recessão, mas que acabou por ser evitada pelo controlo das dívidas soberanas, como por exemplo em Portugal, nomeadamente com superavit orçamental e a descida da dívida pública. Apesar de tudo, já em 2024, o Banco Central Europeu reviu as suas previsões para uma retoma moderada, com uma estabilidade nas taxas de juros e um controlo da inflação.

Desta forma, no domínio dos recursos minerais revelam-se como aspetos críticos a dificuldade na obtenção de licenças, seja através da abertura de concursos, seja através do aumento de pedidos de áreas, entre 2022 e o primeiro semestre de 2023, onde foram dados claros sinais de abertura e crescimento ao nível nacional e mundial, no setor, por via da necessária transição energética e por via da assunção da estratégia da União Europeia, através do ato das matérias-primas críticas. O final de 2023, acabou por terminar com sinais de recessão que têm levado a um decréscimo de potenciais investidores internacionais no setor da prospeção mineira, situação que foi largamente agravada pela inflação, os altos custos energéticos e a instabilidade dos preços das *commodities*, a acrescer ao facto de não existirem disponíveis em Portugal “alvos” de interesse mineiro capazes de justificar elevados investimentos. Salienta-se que os “alvos” de prospeção mineira de maior interesse, e mesmo de interesse intermédio, encontram-se todos incluídos em contratos de prospeção e pesquisa de empresas já em operação e cuja

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'A' and '26'.

capacidade de executar ou atrair grandes investimentos tem diminuído. Apesar desta situação a atividade da EDM decorreu dentro da normalidade, sem impactos significativos a nível de proveitos e custos.

43. Ativos contingentes

Em 15 de dezembro de 2021, a EDM celebrou com a Somincor um contrato de cedência dos seus direitos de exploração das minas Neves-Corvo (projeto Semblana), pelo valor fixo de € 3 780 000,00 acrescido de iva e pelo valor variável condicionado às quantidades de minério existente.

Também, em 18 de maio de 2022, a EDM celebrou com Almina um contrato de cedência dos direitos de exploração mineira do Projeto Gavião, pelo valor de € 11 612 571,00 dos quais € 8 112 571,00 (acrescidos de iva) foram recebidos na data do presente contrato e os restantes € 3 500 000 deverão ser recebidos na data do início da produção comercial do minério.





RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ao Acionista da
EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A.

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, cumpre-nos submeter à vossa apreciação o relatório e parecer sobre os documentos de prestação de contas, apresentados pela Administração da EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A. (a Entidade), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e que compreendem o Relatório da Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o correspondente Anexo.

Examinámos os registos e documentos contabilísticos, os quais se encontravam em boa ordem, em observância da lei e dos estatutos.

A apreciação dos documentos de prestação de contas e do Relatório da Gestão, permite-nos concluir que as demonstrações financeiras refletem de forma adequada a situação financeira e patrimonial da Empresa em 31 de dezembro de 2023.

Assim, somos de parecer que:

- a) As contas apresentadas pela Administração merecem aprovação;
- b) O Relatório da Gestão deve igualmente ser aprovado.

Verificámos ainda que foi:

- Cumprida a exigência da apresentação anual do relatório de boas práticas do governo societário;
- Foram cumpridas as orientações legais vigentes para o Setor Empresarial do Estado, designadamente do cumprimento das orientações relativas às remunerações vigentes em 2023.

Lisboa, 13 de março de 2024

Cascais, Magro, Roque & Amaral, SROC Lda.

Representada por:

Pedro Nuno Ramos Roque, ROC nº 828
Registado na CMVM com o n.º: 20160456

CASCAIS, MAGRO, ROQUE & AMARAL, SROC LDA
CAPITAL SOCIAL: 50.000 € | NIPC 503 253 316 | CMVM: 20161443 | OROC: 125

SEDE
Edifício Atlanta II, Rua Abranches Ferrão, n.º 10 – 6.º G
1600 - 001 Lisboa - Portugal
Tel.: +351 217 203 300 | Fax: +351 211 454 314 | lisboa@sroc125.pt

DELEGAÇÃO
Rua Soeiro Viegas, n.º 21 – 2.º Esq. B
6300 - 758 Guarda - Portugal
Tel.: +351 271 223 974 | Fax: +351 271 225 469 | guarda@sroc125.pt



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 59 004 329,83 EUR e um total de capital próprio de 53 176 538,83 EUR, incluindo um resultado líquido de 537 065,16 EUR), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A.** em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Em conformidade com o disposto no artigo 15º do Decreto-Lei nº 145/2012, de 11 de julho, foram transferidos para a EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A., concentrados de urânio (U3O8) a título de prestação acessória de capital do Estado Português, que se encontram refletidos no Balanço na rubrica de Inventários, pelo montante de 13 731 185 EUR (valorizados, à data da realização da prestação acessória, tendo por base o valor médio de mercado das publicações especializadas do observatório de preços do EURATOM). De acordo com as indagações efetuadas, a Administração da Entidade considera que o valor escriturado é recuperável, motivo pelo qual não foi reconhecida imparidade deste ativo.



Dada a forma que veio a ser determinada pelo Estado para financiamento da Concessão de recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas e de outros trabalhos solicitados à EDM, a Empresa, de forma muito particular, reconhece as intervenções efetuadas naquele âmbito como ativos intangíveis em curso, reconhecendo os financiamentos, quando efetua os respetivos pedidos de pagamento, por amortização direta dos correspondentes ativos intangíveis em curso.

Adicionalmente a Empresa considerou como efetuadas por conta e em substituição do Estado as despesas realizadas no âmbito da Resolução de Conselho de Ministros nº 50/2019, de 5 de março, que aprovou o Plano de Intervenção nas Pedreiras em Situação Crítica.

Encontra-se registado como uma dívida do Estado, enquanto Concedente, no âmbito do Contrato de Concessão da Recuperação de Áreas Mineiras Degradadas, parte da remuneração do capital e relativamente às intervenções efetuadas naquele âmbito, relativamente à componente nacional dos financiamentos bem como os gastos com intervenções não elegíveis para financiamento comunitário, no montante de cerca de 5 600 000 EUE (2022: 2 000 000 EUR). A EDM mantém em curso procedimentos para definir e formalizar, com a Direção Geral de Geologia e Energia (DGEG) e o Acionista, os mecanismos necessários para o financiamento destas componentes.

Baseados no nosso exame aos suportes dos pressupostos assumidos nos documentos de prestação de contas, nomeadamente os inerentes ao valor das avaliações de imparidade efetuadas em 2021, por peritos independentes, aos imóveis detidos pela EDM I - Empresa de Projetos Imobiliários, SA, subsidiária responsável pela gestão e valorização de património imobiliário, cuja participação financeira e suprimentos ascendem a cerca de 6 700 000 EUR (2022: 6 700 000 EUR), nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a crer que esses pressupostos não proporcionam uma base aceitável para a prestação daquela informação financeira. De referir que as características muito específicas de parte do património imobiliário da EDM I, proveniente de empresas mineiras encerradas, associada à ausência de procura no referido segmento do mercado imobiliário, pode afetar materialmente os suportes e previsões constantes das respetivas avaliações e, desta forma, a valorização dos investimentos efetuados pela EDM na EDM I.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e



- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;



- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 13 de março de 2024

Cascais, Magro, Roque & Amaral, SROC Lda.

Representada por:

Pedro Nuno Ramos Roque, ROC n.º 828
Registado na CMVM com o n.º: 20160456



Tel: +351 217 990 420
Fax: +351 217 990 439
www.bdo.pt

Av. da República, 50 - 10º
1069-211 Lisboa

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SA, (adiante também designada por EDM ou Empresa), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de € 59 004 330 e um total de capital próprio de € 53 176 539, incluindo um resultado líquido de € 537 065), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SA, em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras* abaixo. Somos independentes da Empresa nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

1. Dada a forma que veio a ser determinada pelo Estado para financiamento da Concessão de recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas e de outros trabalhos solicitados à EDM, a Empresa, de forma muito particular, reconhece as intervenções efetuadas naquele âmbito como ativos intangíveis em curso, reconhecendo os financiamentos, quando efetua os respetivos pedidos de pagamento, por amortização direta dos correspondentes ativos intangíveis em curso.

2. Encontra-se registado como uma dívida do Estado, enquanto Concedente, no âmbito do Contrato de Concessão da Recuperação de Áreas Mineiras Degradadas, parte da remuneração do capital e relativamente às intervenções efetuadas naquele âmbito, relativamente à componente nacional dos financiamentos bem como os gastos com intervenções não elegíveis para financiamento comunitário, no montante de cerca de € 5 600 000 (2022: € 2 000 000). A EDM mantém em curso procedimentos para a definir e formalizar, com a Direção Geral de Geologia e Energia (DGEG) e o Acionista, os mecanismos necessários para o financiamento destas componentes.

3. Conforme referido na nota 25 das notas anexas às demonstrações financeiras e consistentemente com os exercícios anteriores, a Empresa considerou como efetuadas por conta e em substituição do Estado despesas de investimento de cerca de € 400 000 realizadas no âmbito dos dois protocolos, celebrados com o Fundo Ambiental: (i) Manutenção e Proteção Ambiental em Ocorrências Críticas e Pós-Fase de Remediação; e (ii) Intervenções no antigo Parque Habitacional da área mineira da Urgeiriça, relativamente aos quais recebeu cerca de € 4 500 000, apresentados no passivo deduzidos das despesas de investimento já realizadas.

4. Baseados no nosso exame aos suportes dos pressupostos assumidos nos documentos de prestação de contas, nomeadamente os inerentes ao valor das avaliações de imparidade efetuadas em 2021, por peritos independentes, aos imóveis detidos pela EDMI - Empresa de Projetos Imobiliários, SA, subsidiária responsável pela gestão e valorização de património imobiliário, cuja participação financeira e suprimentos ascendem a cerca de € 6 700 000 (2022: € 6 700 000), nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a crer que esses pressupostos não proporcionam uma base aceitável para a prestação daquela informação financeira. De referir que as características muito específicas de parte do património imobiliário da EDMI, proveniente de empresas mineiras encerradas, associada à ausência de procura no referido segmento do mercado imobiliário, pode afetar materialmente os suportes e previsões constantes das respetivas avaliações e, desta forma, a valorização dos investimentos efetuados pela EDM na EDMI.

5. No âmbito das medidas de adaptação da orgânica do Laboratório Nacional de Energia e Geologia, IP (LNEG), aos objetivos do Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC), nos termos do Artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 145/2012, de 11 de julho, o Estado transferiu para a EDM os ativos de urânio (U308) do LNEG, valorizados em € 13 700 000, a título de prestação acessória de capital do Estado. Aplicando critérios idênticos aos então utilizados, aqueles ativos seriam valorizados em € 12 600 000 (2022: € 11 000 000). Não fazendo o consumo e/ou venda de urânio (U308) parte de atividade operacional da EDM, e não existindo previsão para a venda do urânio (U308) no médio/longo prazos, tem sido entendimento da EDM manter estes ativos ao custo de aquisição. De referir ainda que os objetivos do parqueamento do urânio (U308) na Empresa e a forma como foi registado e valorizado, a título de prestações acessórias de capital, deverá ser enquadrada e analisada na perspetiva do Estado, acionista único da Sociedade.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.



Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Empresa de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade da Empresa de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Empresa.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também: (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno; (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa; (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão; (iv) concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa para dar



continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Empresa descontinue as suas atividades; (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Lisboa, 13 de março de 2024



João Guilherme Melo de Oliveira
(ROC n.º 873, inscrito na CMVM sob o n.º 20160494),
em representação de BDO & Associados - SROC